

ANDRÉA BARRETO BORGES DE SOUZA

**MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE “(EX-) MENINOS DE RUA” DE SANTO
ANTÔNIO DE JESUS – BA: VOZES E SILÊNCIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito básico para obtenção do título de Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof^o Dr. Vitor Hugo Fernandes Martins

SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BAHIA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉA BARRETO BORGES DE SOUZA

MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE “(EX-) MENINOS DE RUA” DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA: VOZES E SILÊNCIOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito básico para obtenção do título de Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional.

APROVADA EM: ___ / ___ / _____

BANCA

Profº Dr. Vitor Hugo Fernandes Martins

Profº Dr. Odilon Pinto de Mesquita Filho

Profª Dra. Rocio Castro Kustner

Aos meus pais, Ana e Pedro (*in memoriam*), pelas lições imprescindíveis de amor e de família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me sustenta em minha caminhada, todos os dias.

Aos entrevistados, parceiros imprescindíveis para a realização deste trabalho. Agradeço pela disponibilidade e pelos momentos produtivos de conversa, em que, muito mais que transmitir informações, cada um compartilhava suas dores, angústias e sonhos.

A minha família, sempre presente em minha vida: minha mãe, que me apóia e me incentiva, sempre, além de ser fonte inesgotável de amor; meu pai, que marcou por sua ética, sensibilidade e sabedoria, coisas que aprendeu na escola da vida; as minhas irmãs Rita, Conça e Anaide, eternas companheiras; aos meus sobrinhos Juliana, Pedro, Ramon, Juninho, Raul e Kauã, fontes inesgotáveis de energia, alegria e coragem.

Ao meu orientador, Vitor Hugo, pela disponibilidade e pelas conversas, em que, além do doutor, falava o poeta e amigo.

À Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por permitir o meu afastamento das atividades docentes para me dedicar à pesquisa.

A todos os professores do Programa, os quais contribuíram significativamente para a construção da dissertação e para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

Ao Professor Odilon e Professora Rocio, pelas contribuições valiosas para a concretização deste trabalho. Agradeço também a professora Nancy, que participou da Qualificação.

A Coordenadora do Programa, Rocio Castro, e a equipe administrativa: Andréa, Julinara e César. Agradeço pelo apoio e incentivo, sem os quais teria sido muito mais difícil superar os desafios.

Aos meus eternos companheiros do Conselho Tutelar, pela amizade e pela troca de experiências, essenciais no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos Erasmo, Elisângela, Eliane, Gustavo, Ivana, Jacqueline, Leandro Moraes, Marília, Margarete, Karina e tantos outros que sempre acreditaram em mim.

Aos colegas do curso, que se tornaram essenciais em minha vida, pela rica convivência diária, em que, muito mais que livros, compartilhamos alegrias, angústias e (in)certezas.

Aos colegas de trabalho dos Colégios Polivalente de Conceição do Almeida e Maria Conceição Conceição Costa e Silva de Oliveira, pela torcida e incentivo.

À Faculdade de Ciências Educacionais, pela aprendizagem construída junto aos alunos das turmas de Letras e Pedagogia.

A Sílvia Brito, Erasmo, Irmã Benedita, Bonfim do Lua Cheia, Capitão Castilho, aos Policiais Sílvio e Elenilson, a Sra. Maria e ao Padre Nelson e ao CMDCA, que gentilmente contribuíram com esta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, participaram da construção desta Dissertação. Agradeço pelas contribuições, aquelas que não se pode pagar nem medir, pois são resultado de carinho, amizade, sinceridade, apoio... Ofereço a todos este trabalho, desejando que a leitura dos capítulos aqui organizados traga conhecimento sobre a realidade dos “meninos de rua” de Santo Antônio de Jesus e, conseqüentemente, nos faça refletir criticamente sobre os sentidos que cotidianamente (re-)produzimos sobre crianças e adolescentes que se encontram nas ruas e, especialmente, sobre aquelas pessoas que não estão mais nas ruas, mas que continuam sonhando com uma vida digna, de respeito, de cidadania.

“... não digo que minha infância foi ruim, porque tudo que eu aprendi de bom e de ruim foi aqui, no centro de Santo Antônio de Jesus.”

Roberto, 02/06/2007.

ABRIVIATURAS

AD – Análise do Discurso

APMSAJ – Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto da criança e do Adolescente

RESUMO

Diariamente, dezenas de meninos e meninas ocupam as ruas de Santo Antônio de Jesus, Bahia. Neste espaço, trabalham, dormem, alimentam-se, dentre outras atividades. Grande parte da sociedade direciona, geralmente, sentidos negativos a esta população, denominado-os, pejorativamente, de "moleques", "abandonados", "menores", dentre outros nomes que expressam preconceitos há muito cultivados. O que acontece com os chamados "meninos de rua" depois que saem das ruas e, adultos, buscam alternativas de sobrevivência? Certamente, as experiências dos "(ex-) meninos de rua" podem ser diversas. Para conhecê-las, realizamos seis entrevistas, por meio das quais analisamos discursivamente as memórias e a interferência destas na construção das identidades dos sujeitos que, saindo das ruas, não desejam mais ser identificados ou identificar-se com os sentidos direcionados aos meninos e meninas que vivem em tempo total ou parcial nas ruas. As vozes e os silêncios sobre a rua (des)velaram sentidos sobre a família, sobre "meninos de rua" e sobre outros aspectos relacionados à vida na rua. Os sentidos identificados nos fizeram "ouvir" vozes do Outro, que já foram ditas e esquecidas, mas que, pela ação do esquecimento, e da ideologia, levam o sujeito a ter a ilusão de ser a origem do que diz. Leituras sobre os espaços, sobre a História e a Literatura nos favoreceram a compreensão dos sentidos presentes dos discursos analisados, embora saibamos que esta compreensão será sempre incompleta, pois o discurso, a todo o momento, nos escapa.

Palavras-chave: "(Ex-) Meninos de rua", Discursos, Identidades, Memórias.

ABSTRACT

Daily, dozens of boys and girls occupy Santo Antônio de Jesus streets, in Bahia. There, they work, sleep and feed themselves, amongst other activities they do. Many people in society usually directs them negative senses, calling them, pejoratively, of “punks”, “abandoned children”, “minors”, amongst other names that Express prejudices for a long time cultivated. What happen to “street children” after leaving streets and, once adults seek survival alternatives? Certainly, the experiences of “(former) street children” can be diverse. To know them, we conduced six interviews, through which we have analyzed discursively their memories and their interference in identities construction of citizens who, once out of the streets, don’t want anymore to be identified themselves with the senses that are targeted to boys and girls who live total or partially on streets. Voices and silences about the streets exposed different senses of family, “street children” and about other aspects of life on the street. The identified senses allowed us to “hear” other’s voices, which has already been Said and forgotten, but by the action of oblivion and ideology, takes the subject to have the illusion of being the origin of what is Said. Readings about spaces, history and literature permitted us to understand the meanings of these analyzed speeches, although we know that this understanding Will, always be incomplete, because the speech, every time, escapes us.

Keywords: “(Former) Street Chindren, Speeches, Identityes, Memories.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE “(EX-) MENINOS DE RUA”	21
1.1 <i>“Meninos de rua” e visões de / sobre a infância</i>	24
1.2 <i>Apresentando os entrevistados</i>	28
1.3 <i>Os sujeitos e os sentidos: como analisá-los?</i>	32
1.4 <i>Discursos e memória coletiva: histórias, espaços e literatura</i>	37
2 DA CASA PARA A RUA: VOZES E SILÊNCIOS	62
2.1 <i>Discursos sobre o urbano</i>	64
2.2 <i>Memórias sobre a família: uma análise</i>	69
2.3 <i>Quem é o “menino de rua”? Interdiscursos</i>	81
2.4 <i>Silêncios</i>	93
3 DA RUA PARA A CASA: IDENTIDADES	100
3.1 <i>A construção das identidades</i>	101
3.2 <i>Memórias e identidades</i>	105
3.3 <i>A identidade imposta: os interdiscursos</i>	112
3.4 <i>Discurso e identidade: conformismo e resistência</i>	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
FONTES	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Socorro, alguma rua que me dê sentido, em qualquer cruzamento, acostamento, encruzilhada, socorro, eu já não sinto nada”. Este trecho da música *Socorro*, de Arnaldo Antunes¹, coloca-se, diante de nós, como objeto instigante de reflexão. Instiga-nos pelo fato de trazer a rua enquanto espaço que extrapola as características comumente atribuídas: rua enquanto lugar de passagem, perigo, vendedores etc. A rua é, nesta música, espaço de sentidos. É necessária à sobrevivência.

Passemos, então, a refletir sobre algo que há muito temos questionado, tentando compreender o seguinte: o que é a rua para muitos meninos e meninas que vivem nas ruas das cidades brasileiras? Chegando mais perto do contexto em que interagimos e observamos: o que são as ruas de Santo Antônio de Jesus – cidade situada no Recôncavo da Bahia – para o “menino de rua”?

Diante destes questionamentos, iniciamos este trabalho definindo primeiro o que não queremos. Não pretendemos conhecer as ruas observando-as de longe. Também não queremos conhecer essa relação da criança e do adolescente por meio dos relatos de pessoas que passam pelas ruas, policiais, comerciantes ou quaisquer outras pessoas que dizem e calam sobre o “menino de rua”.

Desta forma, optamos por entender que sentidos são esses que a rua apresenta, que parece ser tão essencial às pessoas, ouvindo relatos de quem já viveu na rua. Isto é, não fomos para a rua conversar com o “menino de rua”. Para tanto, procuramos “(ex-) meninos de rua” de Santo Antônio de Jesus, com o objetivo de compreendermos suas memórias e identidades, cientes de que construímos identidades contando histórias.² Contamos histórias para nós mesmos e para outras pessoas. Identificamos-nos ao recordar o que acreditamos que éramos no passado, o que somos no presente e o que pretendemos ser no futuro.

¹ ANTUNES, A. “Socorro” (03’12”) in **O essencial de Arnaldo Antunes**. (CD – áudio) RJ: BMG internacional, 1999.

² THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, pp. 51-84, abr. 1997.

As pessoas que vivenciaram experiências de rua, isto é, aquelas que foram denominadas pejorativamente como “meninos de rua”, categoria a ser explicitada neste estudo acadêmico, viveram uma realidade específica, complexa, construída com a interferência de diversos fatores econômicos, sociais, culturais. Trabalhar com estas minorias, ouvindo suas vozes, silêncios e memórias é uma tarefa desafiadora.

Reconhecemos que fomos traçando objetivos no decorrer do estudo, mas as vozes e os silêncios que encontramos durante a pesquisa foram impondo um ritmo e um caminho para o trabalho. Dessa forma, ao tentarmos compreender os sentidos da rua, as vozes e os silêncios sobre a família apareceram com muita ênfase no início de todas as entrevistas, sem que já tivéssemos feito perguntas envolvendo esta temática. Assim, a memória sobre a rua é, em um primeiro momento, a memória sobre a família.

Se o nosso trabalho será analisar os discursos por meio de entrevistas com “(ex-) meninos de rua”, o corpus da análise não é forçado (por perguntas insistentes) para que encontremos as respostas que queiramos ouvir. Assim, o corpus da pesquisa é constituído pelas vozes e silêncios, isto é, pelo que o sujeito fala e cala. E a família é um elemento essencial, nos discursos analisados neste trabalho, inclusive para compreendermos a relação com a rua, para reconhecermos o movimento complexo da identidade, ou melhor, das identidades e para identificarmos a representação sobre “meninos de rua”.

Para o desenvolvimento da pesquisa, definimos como recorte temporal o período posterior à promulgação do **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA³. Trata-se do momento em o poder público e a sociedade deram mais atenção para crianças e adolescentes em situação de risco, com a criação do Conselho Tutelar, órgão de proteção a esses sujeitos, bem como há o crescimento do número das ONG’s – Organizações Não-Governamentais, que trabalham no atendimento dessa população infanto-juvenil. A definição desse recorte temporal deve-se também a aspectos específicos do desenvolvimento da Cidade, que envolvem o crescimento do comércio, o nível de acessibilidade, devido à construção de rodovias, a proximidade com Salvador e outros aspectos que a seguir serão discutidos adequadamente.

³ BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/90.

Os entrevistados não podem ser tratados no singular, pois estiveram – e ainda podem estar – nas ruas por motivos diversos, e certamente agiram de formas também diversas, mesmo que, por busca de afirmação, buscassem ter um mesmo comportamento ou reação nas situações enfrentadas. Apesar da pluralidade das experiências de cada um, o que pretendemos analisar é: como, em cada texto analisado, o sujeito do discurso constrói / reproduz a memória sobre a rua. Desta maneira, o maior desafio deste trabalho é perceber, nos referidos discursos, de que modo esta memória e, especialmente, como a memória sobre a família e sobre crianças e adolescentes em situação de rua interferem ou contribuem para a construção das identidades desses sujeitos.

A História Oral é uma metodologia indispensável para a concretização desta pesquisa. A verificação do processo de construção das identidades está sendo realizada por meio “de conversas com pessoas sobre a experiência e as memórias individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma.”⁴

No entanto, apesar do contato individual com cada entrevistado, partimos do pressuposto de que a memória é construída num meio social dinâmico, utilizando-se de aspectos de uma cultura socialmente compartilhada. Sendo assim, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e “este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupamos e as relações que estabelecemos.”⁵ Deste modo, embora aspectos dos entrevistados possam aparecer, nos ocupamos aqui do sujeito do discurso, que expressa a memória coletiva, o interdiscurso.

Os sentidos para a rua podem ser muitos. Esta é espaço de reinvenção simbólica de vários elementos como casa, família e escola e de luta criativa para sobreviver. É por isso que optamos por ouvir os relatos de quem já experienciou transformar os sentidos da rua, praticando sentidos diferentes daqueles comumente presentes na memória sobre a rua como imprópria para morar. Isso não quer dizer que para nós a rua seja espaço de liberdade e proteção. Os sentidos são bem mais complexos.

Temos consciência de que o trabalho com História Oral não busca um retrato fiel do passado ou uma voz autêntica sobre este. Não estamos buscando identificar

⁴ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História** nº 15, abril de 1997, p. 15.

⁵ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 51.

o que de fato aconteceu. Por meio da metodologia utilizada, buscamos as impressões dos sujeitos sobre o que aconteceu. Partimos do dito e do não-dito para analisarmos como sujeitos e sentidos são produzidos ideologicamente no espaço urbano complexo no contexto de Santo Antônio de Jesus.

No processo de composição da memória, a subjetividade, a maneira como as lembranças são (re-)construídas, as deturpações, o inconsciente, dentre outros mecanismos, são relevantes para a compreensão dessa memória e da identidade. Os silêncios são aspectos a serem observados. Em se tratando da família, por exemplo, estes silêncios são abundantes, pois são construídos acerca de situações traumatizantes, de violência, de perdas, em um contexto em que havia privação dos recursos básicos necessários à sobrevivência. Os silêncios podem ser inconscientes ou ser resultado da política do silêncio, com a qual necessitam lidar para a inserção na sociedade.

Segundo Thomson, “a vida psicológica do cotidiano inclui aspirações frustradas e perdas debilitantes que tentamos administrar de forma mais segura e menos dolorosa”. No entanto, mesmo com os recursos conscientes e inconscientes que os sujeitos utilizam para tentar harmonizar as memórias e as identidades, é impossível ter um domínio completo das experiências ameaçadoras do passado. Assim, conforme o mesmo autor, “o resultado são identidades fragmentadas e contraditórias.”⁶ Para a compreensão destas, encontramos em Hall subsídio necessário, visto que, para o autor,

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.⁷

Não podemos pensar em compreender as memórias acerca das vivências de crianças e adolescentes retomando preconceitos. As memórias apresentadas nos apontam para múltiplas identidades, o que não coincide com uma prática comum de vários setores da sociedade de caracterizar todos os “meninos de rua” como

⁶ THOMSON. *Op. cit.*, p. 58.

⁷ HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. - RJ: DP&A, 2005, p. 13.

“moleques”, “desvalidos”, “infratores”, “trombadinhas”, “pivetes”, “delinqüentes”, “menores abandonados”. Na maioria das vezes, estes nomes estão relacionados a uma visão desses meninos como perigosos e prejudiciais à sociedade e cujo futuro está comprometido. As denominações também estão relacionadas a aspectos políticos e ideológicos que produzem silenciamentos de outros sentidos.

As experiências vividas por crianças e adolescentes em situação de rua podem não coincidir com as “lendas”, com as narrações feitas por muitas pessoas sobre eles. No entanto, em vários momentos, conforme percebemos nas entrevistas, suas lembranças se confundem com os estereótipos, com os preconceitos sobre “meninos de rua”.

Ao analisarmos os discursos, percebemos o deslizamento de sentidos – e dos sujeitos – quando se referiam às experiências do passado e ao relatar o hoje. No discurso, o sujeito ocupa um lugar em que constrói sentidos diferentes também para a família: na época em que a criança ou o adolescente foram para a rua, e hoje, quando já não estão mais nas ruas. Se estão vivendo em outro momento histórico, o recorte da ideologia nos apresenta uma outra identificação do sujeito, que, certamente, seria diferente se ocupasse outro “lugar”. Sendo assim, a forma-sujeito do discurso já não quer mais ser identificada nem identificar-se com os sentidos atribuídos aos “meninos de rua”.

Nesse processo complexo de (re-)construção da memória, quando os sujeitos falam e calam sobre a rua, toda a atenção e análise são voltados para o discurso, que nos proporciona a abordagem da relação entre língua, sujeito e história. A Análise do Discurso, doravante AD, torna-se um instrumento favorável à análise das identidades dos sujeitos, visto que a linguagem enquanto discurso é interação, é um modo de produção social e, conseqüentemente, um instrumento essencial no processo identitário. “Ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado para manifestação da ideologia.”⁸

É necessário salientarmos que se trata aqui da AD Francesa, a qual tem sua origem nos anos 1960, sendo afetada por rupturas, com o desenvolvimento do Marxismo, da Lingüística e da Psicanálise. Há um deslocamento do ponto de partida da análise do produto pronto ou do processo interno de produção, segmentado ou

⁸ BRANDÃO, Helena Hathusue. **Introdução à Análise do Discurso**. 2^o ed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p 20.

não, para as condições de produção, ou seja, o objeto de estudo deixou de estar centrado na fala, na escrita ou no texto em si mesmos para recair nas condições, na situação, no momento de produção, invertendo a linha de raciocínio a respeito do processo de produção do discurso. A atenção passou do texto para os sujeitos e para as condições/razões de produção. Esse sujeito, que não é sujeito social, mas do discurso, seria resultado de um processo histórico-social e influenciado ideologicamente, o que o transforma e marca o seu discurso.

A AD, segundo Orlandi, surge pela necessidade teórica de se trabalhar a opacidade do texto, a sua materialidade, o seu funcionamento, a sua historicidade, e os mecanismos dos processos de significação. Nestes estudos, verificamos a presença do “político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique”.⁹ Desse modo, trabalhar a identidade do sujeito implica, necessariamente, analisar o discurso, o modo de dizer, as representações simbólicas ditas de um lugar subjetivo, quer dizer, um sujeito que fala de um determinado lugar, com condições históricas e ideológicas específicas.

O trabalho com História Oral e AD é bastante produtivo, visto que percebemos a proximidade e a possibilidade de parceria entre estas áreas. É por meio da História Oral que temos acesso às vozes, aos silêncios (e obviamente às memórias). Com a AD podemos trabalhar essas vozes e silêncios, que são expressas por meio do discurso. Refletindo, do ponto de vista dos processos de significação, podemos ouvir as vozes e os silêncios e, como analistas do discurso, compreendermos que a produção / reprodução de sentidos é socialmente administrada e não há sentidos que não sejam construídos fora do movimento entre história e ideologia. A memória, assim como o discurso, não é neutra. É construída para dar sentido ao passado e às experiências pessoais.¹⁰ Além disso, segundo a teoria da AD, nunca há neutralidade na fala, nem mesmo no uso aparentemente cotidiano dos signos. Salientamos também que não há essa suposta neutralidade no silêncio.

⁹ ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 22^a ed, 2005, p 21.

¹⁰ THOMSON. *Op. cit.*

Fomos motivados a iniciar nosso trabalho, e a ele damos continuidade, porque "desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos."¹¹ Para tanto, para termos acesso às vozes e aos silêncios, realizamos entrevistas com seis pessoas que vivenciaram experiências nas ruas. Os discursos pré-construídos pelos sujeitos dos discursos analisados constituem o elemento central da pesquisa ora apresentada. No entanto, outras fontes, como jornais e relatórios do Conselho Tutelar e CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão utilizados, porém, como instrumentos que nos oferecem mais informações sobre os sujeitos e sentidos dos discursos.

Além disso, realizamos entrevistas com alguns atores sociais: a mãe de um "(ex-) menino de rua", uma representante de ONG e a primeira presidente do CMDCA. Destas entrevistas, retiramos informações que nos fazem compreender melhor o contexto sócio-histórico em que viveram os entrevistados, cujos discursos nos interessam.

Um texto tem em suas margens muitos outros textos. Como aponta Orlandi, existem outros discursos no discurso que, assim como os sujeitos e os sentidos, são sempre incompletos. Todo discurso é heterogêneo e é na formação discursiva que o sujeito adquire sua identidade. Esta é formada dentro desse processo complexo afetado pela ideologia, que atinge não o sujeito, mas a estrutura na qual o sujeito age, isto é, na forma imaginária e simbólica de produzir sentidos.

O primeiro capítulo desta dissertação, denominado Múltiplos olhares sobre "(ex-) meninos de rua", inicia-se tratando das visões sobre a infância construídas historicamente e como os "meninos de rua" situam-se em relação a estes olhares. Esta reflexão é imprescindível para analisarmos o movimento da história e a memória nos discursos a serem analisados.

Os entrevistados também são apresentados neste capítulo, pois o contexto social em que estão inseridos importa enquanto condição de produção, que certamente traz reflexos nos discursos. No entanto, é necessário ressaltarmos que não realizamos aqui um trabalho sociológico. Por isso, após a apresentação das pessoas entrevistadas, informamos as especificidades da Análise do Discurso, que utilizaremos como suporte teórico.

¹¹ PORTELLI. *Op. cit.*, p.18

A AD será abordada detalhadamente. Especificaremos seus furos, seus nós, sua incompletude, suas complexidades, dentre outros elementos que fazem da AD uma (des)disciplina de entremeio. Questões como: sujeito, condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, serão abordadas não de maneira isolada, mas sendo constantemente relacionadas ao discurso dos sujeitos que viveram nas ruas que foram entrevistados no decorrer da pesquisa.

O caráter multidisciplinar desta pesquisa nos permite um diálogo constante com outras disciplinas: História, Geografia, Literatura, Antropologia, Sociologia, dentre outras (citamos, no corpo do texto ou nas notas de rodapé, as áreas às quais os autores estão filiados). Por isso, valendo-nos desses estudos, abordaremos vários âmbitos relacionados à Cidade.

Serão feitas também reflexões sobre a família para que possamos compreender como esta temática aparece nos discursos. Ressaltamos que, embora as abordagens tenham sido feitas em âmbito local, será imprescindível a relação com a temática em âmbito mais amplo, incluindo reflexões sobre alguns momentos históricos no Brasil. Além disso, as pesquisas não foram realizadas de maneira aleatória, pois partimos de pistas dadas pelos discursos, que nos apontam para elementos importantes do contexto sócio-histórico.

Pela Geografia, buscamos conhecer aspectos relacionados ao desenvolvimento espacial da Cidade e como isso interfere na ida de diversas crianças e adolescentes para a rua e em suas idas e vindas para a casa. Além disso, somos instigados, numa primeira leitura deste tema, a nos questionarmos sobre as especificidades dos espaços na nossa sociedade. Pensamos na construção dos diversos olhares sobre a rua e no porquê esta é comumente colocada em oposição a outros espaços, especialmente o da casa. Valemo-nos também de leituras da Antropologia, como a que aparece na obra **A Casa e a Rua**, de Roberto da Matta.¹² Em relação a esta discussão, de casa e rua, o aspecto central do trabalho é que a rua pode ser transformada em espaços de acordo com as vivências e experiências nela desenvolvidas.¹³ Será essencial percebermos, assim, especificidades deste espaço em Santo Antônio de Jesus.

¹² DA MATTA, Roberto. **A Casa e A Rua**. 6 ed. RJ: Rocco, 2000.

¹³ CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ:Vozes, 1994.

Recorrendo à História, verificamos aspectos relacionados à situação de “meninos de rua” na Cidade, sejam causas, tratamentos a eles dispensados, dentre outros, relacionando estas reflexões à situação da família. Por meio da obra de Felipe Áries¹⁴, além de outras que tratam dessa temática, constatamos que, por diversos séculos, crianças e adolescentes foram rejeitados. O que podemos imaginar, então, do tratamento dispensado às crianças e adolescentes inseridos em um contexto desestruturado do ponto de vista econômico e social?

No segundo capítulo, *Da casa para a rua: vozes e silêncios*, trataremos especificamente dos discursos sobre a rua e como os sujeitos (se) significam esse movimento de afastamento da família e metaforização da rua. Sendo o discurso o lugar do trabalho da língua e da ideologia, verificaremos como, por meio desta relação, sujeitos e sentidos são produzidos e como são influenciados por um interdiscurso sobre a rua, sobre “meninos de rua” e família.

Durante a análise, será preciso atentarmos para a historicidade do discurso, pois, para que uma palavra tenha sentido, é necessário que ela já tenha sentido. Além disso, as palavras não são transparentes. Como os sentidos são construídos pelos sujeitos que já viveram nas ruas? Como a memória, o que já foi dito antes, aparece nos seus discursos? Como os sentidos sobre o urbano interferem na produção dos sentidos e dos sujeitos?

No terceiro capítulo, intitulado *Da rua para a casa: Identidades*, o discurso também será amplamente analisado, de forma a compreendermos – embora sempre parcialmente - a construção das identidades dos sujeitos. Neste sentido, a AD nos oferece subsídios preciosos, pois é pelo discurso que os sujeitos se mostram, e se escondem, e estão sempre em movimento, identificando-se com novas formações discursivas.

Neste capítulo, não é possível afirmarmos que os sujeitos dos discursos analisados, ao fazerem referência aos dias atuais, identifiquem-se com uma forma-sujeito que valorize necessariamente a casa. Nesses discursos, os conflitos com a casa podem ser silenciados. Por isso, não afirmamos que há um retorno harmonioso para a casa e para a família. Como veremos a seguir, os sentidos são complexos e as identidades são moventes, pois o discurso sobre a rua e sobre família é

¹⁴ ARIÈS, Felipe. **História social da criança e da família**. 2 ed. RJ: Guanabara, 1981.

constituído de falhas, de possíveis, de sentidos ainda irrealizados que sustentam na incompletude a possibilidade de novos sentidos. E de novos sujeitos.

1. MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE “(EX-) MENINOS DE RUA”

A existência de crianças e adolescentes nas ruas não é um problema recente na realidade brasileira. Embora as pesquisas tenham sido intensificadas na década de 1980, alguns estudos nos apresentam, na história do Brasil, desde o período da colonização, uma realidade de pobreza, de marginalidade social em que crianças e adolescentes aparecem como vítimas, vivenciando diretamente as conseqüências da exclusão a que estão submetidos.

Tal exclusão se dá em todos os níveis – econômico, social, cultural, político – sendo reforçados cotidianamente pela construção e reprodução de estereótipos, por meio dos quais crianças e adolescentes que viviam e vivem nas ruas são rotuladas, apontadas como marginais e, em vez de vítimas, passam a ser tratadas como origem de problemas.

Neste estudo acadêmico, trabalhamos com as vozes e os silêncios sobre a rua e sobre a família – já que as memórias sobre a experiência de “menino de rua” tratam, inevitavelmente, sobre o afastamento de casa, da família e ida para a rua. Por isso, é crucial que, em lugar de uma abordagem inconsistente, que trate a criança como “futuro”, como “esperança” de um país, façamos uma reflexão sobre os aspectos sócio-históricos e culturais do País, mesmo que de forma breve, da chegada dos portugueses, no período colonial, aos dias atuais, percebendo que os problemas que hoje visualizamos diariamente nas ruas das grandes e pequenas cidades do Brasil, especialmente em Santo Antônio de Jesus, Bahia, não são atuais, pois, conforme aborda Marcílio,

os brancos introduziram nas Américas a prática do abandono dos filhos. A situação de miséria, exploração e marginalização levou os indígenas, e depois os africanos e mestiços a seguir o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos. O modelo europeu de família – monogâmica, sacramental, indissolúvel – foi de difícil estabelecimento entre as populações pobres, mestiças, marginalizadas.¹⁵

¹⁵ Segundo a historiadora Marcílio, as pesquisas sobre crianças abandonadas (enjeitadas e ilegítimas nos países da América Latina) são raras. Apenas a partir de 1980 tais estudos se intensificaram. Muitas pesquisas foram desenvolvidas na Universidade, as quais “nos permitem conhecer melhor a história da criança abandonada e das políticas e instituições criadas para protegê-la.” MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da criança Abandonada**. Hucitec: São Paulo, 1998, p. 128.

O trecho citado aponta para questões econômicas, que envolvem pobreza, miséria, exploração, e para questões culturais, como o modelo de família implantado, forçadamente, especialmente devido ao regime de escravidão, que a fragmentava. Para entender as memórias sobre a rua, será necessário, portanto, compreendermos aspectos relacionados às famílias e seus sentidos comumente retomados. Problemas sociais, culturais e econômicos estão estritamente ligados e estão presentes no Brasil até os dias atuais, com outras roupagens, influenciando na problemática vivida pela infância e adolescência.

A compreensão de múltiplos olhares sobre os “meninos de rua”, em vários âmbitos, é imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa, cujo objetivo é perceber a influência da memória na construção das identidades de “(ex-) meninos de rua” em Santo Antônio de Jesus. Como o que nos interessa são os discursos, já neste primeiro capítulo partiremos de aspectos discursivos essenciais percebidos nas entrevistas, os quais nos apontam para a memória relativa a questões econômicas, sobre o espaço, dentre outros.

Trabalhar com a temática ‘meninos de rua’ exige de nós, pesquisadores, um conhecimento amplo desta realidade, abrangendo questões relacionadas à infância e sua relação com os espaços, com a História e com a Literatura. O desafio de trabalharmos por meio desta perspectiva está em buscar a integração do local com o global, pois, se partirmos da cidade de Santo Antônio de Jesus, esta não está isolada do mundo, do País, da região e das conseqüências históricas de tudo o que acontece em seu espaço e em âmbito mais amplo. Além disso, os vários campos do conhecimento nos fazem conhecer sentidos sobre a infância que se encontra na rua.

Portanto, antes de analisarmos os discursos e as identidades dos sujeitos que expressam memórias sobre a rua, buscaremos outras fontes que possibilitem compreender quem é o “menino de rua”, por que vive nesse espaço e como houve o aumento de crianças e adolescentes nas ruas, especialmente em Santo Antônio de Jesus. Assim, fazendo um movimento do discurso ao contexto sócio-histórico, procuraremos respostas para estas perguntas.

Convivemos em uma sociedade que reúne diversos tipos de contradições. Pobres e ricos dividem quase, senão o mesmo espaço; algumas pessoas morrem de fome, por falta de atendimento médico, violência, ao passo que outras se isolam dentro de muros construídos para se proteger e para proteger os patrimônios construídos por décadas. Longe de querermos encerrarmos as contradições da

sociedade, o certo é que as coisas nos parecem – parecem a toda sociedade – como naturais. As formas de vidas das pessoas são apresentadas por vezes supostamente transparentes, cujos sentidos são tomados como verdades.

É desta perspectiva que crianças e adolescentes são percebidos pela sociedade. Por meio de olhares ditos neutros, lançados sobre essa população, construídos historicamente e que serão aqui abordados devidamente, os chamados “meninos de rua” são vistos comumente por grande parte da sociedade, pelas instituições, pela mídia. Por esses olhares, meninos e meninas que vivem nas ruas são colocados, na maioria das vezes, em oposição a crianças e adolescentes que vivem numa situação privilegiada, que têm uma família minimamente estruturada para manter o convívio e a permanência em casa. Por isso, nesta pesquisa, abordaremos visões da infância e da adolescência, que sustentam e são sustentadas por práticas e idéias sobre os “meninos de rua”, as quais refletem até mesmo no discurso dos sujeitos – assujeitados pela ideologia – que trazem a própria memória sobre a rua.

Assim, torna-se “natural” haver uma infância privilegiada e outra excluída. Encontrar crianças e adolescentes nas ruas, vivendo de forma desumana, é algo corriqueiro, “normal”. “Normal” também é a idéia de que estes são “marginais”, “pivetes”, “trombadinhas”, “malandros”. Dessa maneira, pela visão de infância universal e hegemônica, esses meninos e meninas são negados, discriminados.

Desconsideram-se, dessa forma, as relações de saberes e poderes que sustentam a construção dos discursos (referimo-nos, especialmente, aos discursos dos sujeitos que expressam a memória sobre a rua) e, além disso, desconsidera-se que a infância que vive na rua é mais uma possibilidade no contexto econômico, social, político e cultural do Brasil e, no caso deste estudo, de Santo Antônio de Jesus.

Salientamos que não pretendemos aqui colocar crianças e adolescentes que vivem ou passam a maior parte do seu dia como o “outro lado da moeda”, em contraposição às crianças e adolescentes que têm seus direitos garantidos. Partimos do pressuposto de que, contrariamente aos discursos comumente apresentados, existem muitas infâncias.

1.1 “Meninos de rua”: visões de / sobre a infância

Pensar nas pessoas, em sua maioria adultos hoje, que viveram ou vivem nas ruas de Santo Antônio de Jesus e, por meio das entrevistas, analisar discursivamente suas memórias e identidades, nos instiga a refletir sobre as crianças e adolescentes em situação de rua sob vários olhares. Para tanto, é necessário atentarmos para as visões de/sobre infância construídas historicamente e como meninos e meninas em situação de rua estão situados em relação a esses olhares.

Cotidianamente, nos percursos que fazemos da nossa casa aos ambientes que freqüentamos, encontramos e interagimos com diversas crianças e adolescentes. Se pensarmos nestas pessoas e em suas características, seremos frustrados numa tentativa de ‘rotulá-las’, de direcionar a meninos e meninas, independente da situação deles, as mesmas definições e pensamentos. Essa frustração a que nos referimos decorre, certamente, da pluralidade de infâncias que existe em nosso país. Apesar disso, os estudos sobre a infância “têm sido marcados pelo signo de uma infância muitas vezes atemporal, ingênua, dependente.”¹⁶

Refletirmos sobre os significados da infância implica problematizar as diversas visões sobre ela produzidas, que, sustentadas numa ideologia, chegam até nós como naturalizadas e “nos impõem uma generalização a tudo aquilo que significa ser infantil e nos impede de pensar nas muitas infâncias, nos muitos brasis-infantis que vêm sendo produzidos ao longo dos séculos.”¹⁷

A produção da criança e do adolescente está relacionada a um jogo de poder e de verdades utilizado para o disciplinamento e produção como sujeito-aprendiz, isto é, para a governamentalização desses sujeitos. Segundo Larrosa¹⁸, a criança é heterogênea em relação aos adultos, a todo tempo ela nos escapa. Desta forma, segundo o pensamento do autor, na medida em que procuramos colocá-la em um espaço e em lugar construído para ela, tanto mais continua ‘fugindo’ do nosso domínio.

¹⁶ DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**; da criança na rua à criança cyber. Vozes: Rio de Janeiro, 2005, p. 11. Dornelles é Doutora em Educação.

¹⁷ *Idem*, p. 12.

¹⁸ LARROSA, J. **Pedagogia profana**. Porto Alegre: Contrabando. 1998. *apud* DORNELLES. *Op. cit.* Larrosa é Doutor em Pedagogia.

Para pensarmos a idéia de governo, tomemos o estudo do historiador Mattos sobre o período Imperial, em que discute a noção de governo, que, segundo o autor, era exercido pela “boa sociedade” – constituída pelos “brancos” – e a esta caberia “reger bem” a Casa e o Estado. Embora se trate de outro momento histórico, podemos nos valer do referido estudo para compreendermos como se situavam aqueles que não se pertenciam ao mundo da casa, “do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo.”¹⁹

Referimo-nos, especialmente, aos sujeitos, pobres, que vivenciavam as conseqüências da desigualdade da colonização, e que tinham como alternativa viver nas ruas. Estes eras vistos como um contraste em relação à ordem da casa, o que era – e ainda é assim? – um perigo, pois, embora não se incluíssem no mundo do governo, as pessoas livres e pobres “expressavam por meio da violência aberta a humanidade que cotidianamente lhes era negada.”²⁰

Diante da oposição da casa e da rua, que embasavam a noção de governo e, certamente, a prática de ações violentas e repressivas para aqueles que não estavam na ordem da casa, especialmente ex-escravos, podemos compreender como esta oposição vai perdurar por muito tempo, chegando aos dias atuais e motivando uma prática de tratamento igualmente repressiva para crianças e adolescentes que se encontram na rua, distante do controle do “governo” da família.

Neste estudo, é preciso levarmos em consideração que a própria infância com o sentido que temos hoje é uma invenção histórica, visto que até o século XVI, crianças e adultos se misturavam nas diversas atividades do cotidiano.²¹ A adolescência também apenas foi ganhando especificidade à medida em que foi-se fixando na história a divisão etária entre os sujeitos, “impondo obrigações e direitos, estabelecendo marcas nas coisas e nos corpos.”²²

A criança de rua, sendo colocada em contraposição às demais crianças, passa a ser motivo de perigo, especialmente a partir do século XVI, quando, segundo alguns estudos, a infância começa a entrar em cena. Até esse momento, a família não tinha função efetiva na vida da criança. Além da família, entrou em cena a escola como um aparelho importante no disciplinamento dos sujeitos. As Ciências

¹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.** 4 ed, RJ: ACCESS, 1994, p. 114.

²⁰ *Idem*, p. 115

²¹ ARIES. *Op. cit.*

²² DORNELLES. *Op. cit.*, p.13.

Humanas, cujo trabalho efetivou-se no século XIX, com “grande esforço de disciplinarização e normatização realizado”²³, também passaram a voltar muita atenção para crianças e adolescentes.

Se a criança era vista antes apenas como um mero ser biológico, a partir do século XVI, cada vez mais ela passa a ser falada, dita, explicada, caracterizada como um ser diferente do adulto. Constrói-se o ideal de um sujeito infantil, produzido pela razão, que precisa ser orientado. Assim, desde então, a criança que desvia do ideal normal e natural descrito pela concepção das ciências deve ser patologizada e “todas as desviantes deverão ser medicalizadas e corrigidas.”²⁴

Por esta perspectiva, a criança e o adolescente que não estão inseridos numa família capaz de governar seus filhos, que não freqüentam escola ou outros sistemas de aprendizagem e que estão propícios a cometer atos ilícitos, por estarem expostos à rua, fogem do padrão. Logo, devem ser objetos da ação do governo e da sociedade em geral.

Se a invenção da infância implica a produção de saberes e verdades que a descrevem, classificam, comparam, hierarquizam, homogeneízam, a criança em situação de rua é, por esses saberes, excluída, vigiada, punida, pois não se leva em consideração que

existem infâncias mais pobres e mais ricas, infâncias do Terceiro mundo e dos países mais ricos, infância da tecnologia e dos buracos e esgotos, infâncias superprotegidas, abandonadas, socorridas, atendidas, desamadas, amadas etc.²⁵

No Brasil, a história da infância reflete a história das crianças no Ocidente. Segundo Marcílio²⁶, as fases caritativas, filantrópicas e do Bem-Estar do Social, esboçadas na Europa, refletem-se no Brasil. A fase caritativa iniciou-se no período colonial, durando até meados do século XIX. Sua inspiração é religiosa, privilegiando a caridade e a beneficência. A preocupação em garantir o sacramento do batismo para todos os recém-nascidos – protegendo-os do Limbo – somada ao temor frente

²³ DORNELES. *Op. cit.*, p.151.

²⁴ *Idem*, p. 15.

²⁵ *Idem*, p. 71.

²⁶ MARCILIO. *Op. cit.*

ao risco do reaparecimento do infanticídio nas cidades, levaram à fundação de uma forma de assistência infantil muito praticada: a Roda dos Expostos.

A fase filantrópica caracterizava-se pelo cuidado com os corpos, preocupação característica da sociedade capitalista e industrializada, cuja exigência maior era mão-de-obra. Nesta fase, surgiu o Código de Menores, voltado para o controle da infância e adolescência delinqüentes e abandonadas.

Fraga Filho, em **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**²⁷, relata a vida de crianças e adolescentes que se apropriavam das ruas de Salvador daquele período. Demonstra que eram motivos de constantes queixas por parte das autoridades, além de serem vistos com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos.

Já a terceira fase caracteriza-se fundamentalmente pela criação da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – e do 2º Código de Menores, em 1979, que regulamentava as recém-criadas FEBEMs, destinadas a operar recepção, triagem e observação das crianças e adolescentes. Em vez de punição, nesse novo código, teoricamente, é previsto tratamento para o adolescente, que passa a ser visto como “vítima da sociedade cruel e desumana”.

Buscando modificar radicalmente a maneira de tratar a população infanto-juvenil no Brasil, em 1990 foi promulgado o ECA. Esta nova lei não utiliza mais a categoria “menor”, “infrator” ou “abandonado”, já que passa a usar as categorias mais abrangentes crianças e adolescentes. Estes são reconhecidos pelo ECA como sujeitos de direitos e que, como tal, devem gozar de proteção integral. Embora ainda sejam chamados pela sociedade em geral de “menores”, esses sujeitos que passam parte de seu tempo na rua compõem apenas uma parte do que podemos chamar de múltiplas infâncias.

Essas crianças e adolescentes que estão ‘fora da ordem’, que não se encaixam no padrão de infância apontado como ‘normal’, são vistos em Santo Antônio de Jesus, “olhando” carros, carregando feira, brincando na rua, pedindo comida, dinheiro e outras coisas.

As pessoas apresentadas a seguir não apresentam mais esse perfil. No entanto, podem oferecer subsídios para compreendermos essa realidade, pois já ocuparam as ruas de Santo Antônio de Jesus como “meninos de rua”. Assim, as

²⁷ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1 ed. São Paulo: HUCITEC/EDUFBa, 1996. Fraga Filho é historiador.

informações que apresentaremos podem ser úteis para melhor visualizarmos o contexto sócio-histórico de Santo Antônio de Jesus.

1.2 Apresentando os entrevistados

Já temos apontado em diversos momentos o objetivo desta pesquisa: o estudo de vozes e silêncios sobre a rua, particularmente da relação desta com a família, o que se mostrou muito presente nas memórias analisadas. Mas é necessário ressaltarmos o seguinte: o sujeito que dissemos que se mostra no discurso não é o sujeito empírico, este que está na rua, em casa ou em qualquer outro lugar. A noção de sujeito relaciona-se com a de ideologia: esta é a condição para a sua existência, assim como dos sentidos. O sujeito é um “lugar” que ocupa para ser sujeito, assumindo “posições” para (se) significar.

Durante a análise, interessa-nos este sujeito do discurso. Apesar disso, consideramos importante apresentar as pessoas entrevistadas. Algumas características e aspectos relacionados às suas vidas nos fazem compreender melhor o contexto sócio-histórico-ideológico em que estão inseridos, o que constitui parte das condições de produções do discurso.

Nossas entrevistas foram realizadas no período de junho de 2007 a abril de 2008. Se nossos entrevistados não poderiam se encaixar em um perfil uniforme quando eram crianças e adolescentes, podemos fazer esta afirmação para suas vidas no momento. Roberto, Júlio, Bruno, Sílvio e Sara são nomes fictícios que utilizaremos para nossos entrevistados. Temos ainda Sérgio, um adolescente que ainda vive em uma instituição. Sendo assim, foge à proposta da pesquisa, que inclui entrevistados adultos. Mas, em algum momento, analisaremos discursivamente o texto produzido oralmente por Sérgio, devido à possibilidade de reflexão que podemos extrair dele.

O nome fictício é fruto da responsabilidade e necessidade de ética nesta pesquisa, pois nossos entrevistados viveram experiências complexas, foram presos, usaram substâncias psicoativas, dentre outras experiências delicadas. Preservá-los e não os expor a constrangimento é um dever, mesmo diante do possível desejo de algum deles em ver seus nomes citados no trabalho.

Começamos a apresentação citando Roberto, que se coloca diante de nós como um desafio. Ele está atualmente com 24 anos de idade. Segundo nos relatou, foi para a rua com 14 anos. Não foi registrado pelo pai. O Conselho Tutelar o acompanhou durante quase toda a sua adolescência e é bastante presente em seus relatos.

O desafio que citamos anteriormente se dá pelo seguinte: entrevistamos Roberto pela primeira vez no início do mês de junho de 2007, quando ele realizava atividades informais na rua, embora não se identificasse mais com a vida de “menino de rua”. No mês de abril de 2008²⁸, voltamos a entrevistá-lo, porém, desta vez, em uma Delegacia de Polícia de uma cidade próxima a Santo Antônio de Jesus, onde o referido entrevistado esteve preso. No mês de dezembro de 2007, conversamos também com sua mãe, Sra. Maria (nome também fictício), a fim de termos uma amostra sobre o discurso da família de um sujeito que vivia na rua, já que a família aparece, quase sempre em todos os discursos, como uma das causadoras da ida da criança ou do adolescente para a rua.

Júlio²⁹, também com 24 anos, foi quem mais demonstrou dificuldade em recordar suas experiências sobre a rua: chorou, falou muito sobre os amigos que foram assassinados. Ele, assim como Roberto, Bruno e Sílvio, foi muito receptivo à idéia de realizar a entrevista. Tivemos a oportunidade de reencontrá-lo informalmente alguns dias após a nossa conversa e ele nos falou que esteve com outros entrevistados, chegando a comentar positivamente sobre o fato de falar sobre as experiências de vida na rua.

Bruno³⁰, 22 anos, trabalha na instituição na qual foi acolhido ao sair da rua. Frequenta igreja, constituiu família e já tem um filho. Em sua entrevista, materializa-se um discurso em que é forte a presença do discurso oficial sobre aspectos como família, mesmo que haja um descompasso entre essa memória discursiva e suas experiências familiares, já que sofreu abandono por parte da mãe e seu pai é alcoólatra.

Silvio³¹, 21 anos, também passou alguns anos da adolescência na rua, indo parar na instituição, de onde saiu após completar 18 anos. Há uma ênfase na

²⁸ Entrevista realizada com Roberto em 01 de abril de 2008.

²⁹ Entrevista realizada com Julio em 13 de julho de 2007.

³⁰ Entrevista realizada com Bruno em 15 de agosto de 2007.

³¹ Entrevista realizada com Sílvio em 26 de março de 2008.

informação de que hoje possui uma casa e trabalho. Não deseja mais realizar ações que fazia ao estar na rua, especialmente por ter vivido na instituição, ter voltado para a escola e conseguido emprego formal. Isto é, as instituições de orientação e controle da sociedade têm grande influência na construção da identidade dos sujeitos.

No caso de Sérgio³², que tem 14 anos de idade e está há aproximadamente quatro anos na instituição, salientamos que, durante uma visita que lhe fizemos, iniciamos uma conversa e resolvemos, com a devida autorização da coordenadora, gravá-la. Neste caso, o silêncio foi marcante em diante de quase todas as perguntas. Percebemos semelhança com os silêncios freqüentes nas respostas conseguidas pela analista do discurso Rosa Helena Blanco Machado, a qual comenta que:

seguramente, o silêncio recorrente dos entrevistados é consequência desse lugar à margem que lhes destina a sociedade, e paradoxalmente esse silêncio indica o lugar social que esses sujeitos assumiriam se reintegrados à sociedade: aprender a viver adaptado a ele é aprender a silenciar.”³³

Entrevistamos também uma mulher, a quem chamamos aqui de Sara. A maioria masculina não se dá por uma escolha aleatória de gênero, pois, durante a realização da pesquisa, encontramos uma maioria masculina que vivenciou experiência de rua. Como essas pessoas nos foram indicadas por membros das instituições, talvez isso explique o pouco acesso a “(ex-) meninas de rua”, já que o Município não dispõe de abrigos femininos que acolham meninas em situação de rua. Além disso, segundo a socióloga Ribeiro³⁴, a menor concentração de crianças do gênero feminino encontrada nas ruas justifica-se pelo fato destas, em sua grande maioria, ou serem levadas a ocuparem, em casa, o papel deixado por suas mães, que também saíram em busca de ajuda para o orçamento familiar, ou serem levadas

³² Entrevista realizada com Sérgio em 11 de julho de 2007.

³³ MACHADO, Rosa Helena Blanco, **Vozes e silêncios de meninos de rua**: o que os meninos de rua pensam sobre as nossas instituições. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. XXXII.

³⁴ RIBEIRO, I. “Sociedade e família no Brasil contemporâneo”: de que menor falamos? *in* RIBEIRO, I. & BARBOSA, M. L. V. A. (Orgs.), **Menor e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, pp. 27-39.

a assumir pequenos afazeres domésticos remunerados, exercidos em outras residências.

Segundo Rizzini e Rizzini³⁵, historiadora e cientista política, respectivamente, na maioria das vezes, estas meninas são mantidas em casa, realizando pequenos afazeres domésticos, como forma de evitar o seu ingresso em redes de prostituição, o que se torna uma prática comum para a obtenção de renda quando estas se encontram nas ruas. Quanto a esta abordagem, ressaltamos que, durante a segunda entrevista, Roberto nos falou que se prostituiu enquanto estava na rua. A prostituição de meninos, portanto, é um aspecto que merece ser destacado, pois também faz parte da realidade dos “meninos de rua”.

Sara³⁶ tem apenas 21 anos e já mãe de três filhos. Com os dois primeiros, convivera apenas durante poucos dias. No período da entrevista, Sara encontrava-se grávida de seu terceiro filho e vivenciava um período de muitas dificuldades, por falta de moradia, o que a levava a viver parte de seu tempo na rua em busca de sobrevivência. A entrevistada também é vítima de abandono familiar.

As entrevistas não tiveram um tempo determinado. Algumas duraram mais, outras menos, a depender do tempo disponível ou da motivação do entrevistado para continuar falando. Independente da duração das entrevistas, que não interfere no trabalho de análise dos discursos, pudemos observar que os entrevistados têm em comum problemas familiares, não existindo contato com algum membro da família, geralmente o pai ou a mãe. Quanto ao membro da família com quem têm contato, há um tipo de problema, que pode ser alcoolismo, conflitos ou deficiência mental. No caso de Sara, não há contato com nenhum familiar há muito tempo. Quanto aos irmãos, em todos os casos há vivências de conflitos, semelhantes ou não aos dos entrevistados. O irmão de Roberto, por exemplo, foi assassinado quando também vivia em situação de rua.

O baixo nível de escolaridade é notável entre os “(ex-) meninos de rua”, que, em sua totalidade, são negros. Sem querermos entrar na discussão sobre “meninos de rua” ou “meninos na rua”, percebemos que os entrevistados foram para rua no final da infância, permanecendo nesse espaço parte da adolescência. A

³⁵ RIZZINI, Irma & RIZZINI, Irene. “Menores institucionalizados e meninos de rua”: Os grandes temas de pesquisa na década de 80. *in* FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs.), **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. São Paulo: Cortez. 1992, pp. 69-90

³⁶ Entrevista realizada com Sara em 03 de dezembro de 2007.

permanência na rua se dava durante o dia e a noite, havendo contato esporádico com a família.

Com exceção de Roberto, os familiares dos demais não dispunham de meios para buscar retirá-los das ruas, fossem meios materiais ou psicológicos. No caso de Sérgio, sua ida para a rua ocorreu precocemente, embora voltasse sempre para casa. Já Sara ficava na rua por não ter onde morar, sendo constantemente expulsa dos locais onde, segundo ela, vivia de favor.

Entre os homens entrevistados, todos assumiram ter feito uso de drogas e ter cometido roubos e furtos. Todos passaram por abrigos e apenas Roberto foi internado em instituição de ressocialização para adolescente infrator.

Outros aspectos relacionados à situação dos entrevistados serão abordados no item 1.4, quando seguiremos pistas deixadas nos discursos para aprofundar nosso estudo sobre questões que refletem direta ou indiretamente na situação dos “meninos de rua”. Por ora, apresentaremos o referencial teórico que utilizaremos para analisar os discursos.

Outros aspectos relacionados à situação dos entrevistados serão abordados no item 1.4, quando seguiremos pistas deixadas nos discursos para aprofundar nosso estudo sobre questões que refletem direta ou indiretamente na situação dos “meninos de rua”. Por ora, apresentaremos o referencial teórico que utilizaremos para analisar os discursos.

1.3 Os sujeitos e os sentidos: como analisá-los?

Muito antes de iniciarmos esta pesquisa, tivemos a oportunidade de ouvir crianças e adolescentes que viviam nas ruas de Santo Antônio de Jesus, quando exercemos a função de Conselheira Tutelar. Era curioso observarmos como havia diferenças entre o que eles diziam e o que ouvíamos, geralmente, de grande parte da sociedade a respeito deles. Em uma ou outra situação, os sentidos sempre se deslocavam.

Nossa inquietação ia além de reconhecermos os vários discursos geralmente preconceituosos sobre crianças e adolescentes que viviam nas ruas. Então, tentávamos há muito responder o seguinte: por que após a vida nas ruas, as pessoas eram comumente silenciadas? Percebemos que, na maioria das vezes, os

órgãos do chamado Sistema de Garantia de Direitos, previsto pelo ECA, cumpriam, pelo menos teoricamente, sua obrigação, preocupando-se com crianças e adolescentes, deixando-os de lado após terem completado os 18 anos de idade.

Dessa forma, procuramos ouvir alguns adultos, com essa experiência, de forma que, por meio dos dizeres – e dos silêncios – sobre o afastamento da casa e a ida para a rua, pudéssemos perceber processos de produção de sentidos. Isto é, interessamo-nos pelos discursos. Porém, antes de realizarmos as análises discursivas, cumpre-nos apresentar o que compreendemos por discurso, já que não se trata do conteúdo do dizer. Não pretendemos analisar a linguagem aqui de acordo com os pressupostos da Lingüística, pois o objeto de análise da AD é sócio-histórico: interessa-nos a relação do sujeito com a língua, mediada pela ideologia. Conforme nos aponta Rodriguez,

não há sentidos dados: estes são construídos por/através de sujeitos inscritos numa história, num processo simbólico duplamente descentrado pelo inconsciente e pela ideologia. Isto é, os sujeitos têm um papel ativo determinante na construção dos sentidos, mas este processo escapa ao seu controle consciente e às suas intenções.³⁷

Para a compreensão de discurso, alguns conceitos como sujeito, memória, interdiscurso, formação discursiva, língua, história, ideologia, silêncios, esquecimento, dentre outros que paulatinamente aparecerão, serão discutidos para que não sejam confundidos com outros sentidos que apresentam em outras áreas, em outras ciências.

A Análise de Discurso Francesa teve como marco inaugural o ano de 1969, com a publicação de Michael Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD). Um dos aspectos essenciais da AD ou

o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria Lingüística, operando um sensível deslocamento do terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.³⁸

³⁷ RODRIGUEZ, Suzy Lagazzi. ORLANDI, Eni P. (Orgs) **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006, p. 51.

³⁸ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. Um breve preâmbulo.” in FERREIRA, M. C. L. (Org.) **Michael Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 14.

A linguagem, pela ótica discursiva, ganha um traço fundacional na constituição do sujeito e do sentido. Nessa nova abordagem da língua, não há mais espaço para a literalidade dos sentidos e para a transparência do dizer. De acordo com Pêcheux,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em 'si mesmo', (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).³⁹

As questões do sentido, e com elas a do equivoco e dos outros sentidos possíveis, são inscritas no interior das discussões sobre a língua, as quais passam pelas relações do sujeito com a ideologia. Para melhor explicitarmos essas relações, é imprescindível tratarmos da constituição da AD mediante o diálogo entre três domínios disciplinares: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise.

Na AD, a língua importa fazendo sentido. O estudo do discurso recebe contribuições da Lingüística, para a qual a língua tem sua ordem própria e esta, por sua vez, para a AD, representa relativa autonomia. Isto porque não é apenas a língua que é vista para a constituição dos sentidos, bem como sua relação não é direta com pensamento e mundo, conforme nos lembra Orlandi.⁴⁰

A língua, para a AD, é diferente da língua da Lingüística, pois para a primeira é a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade de equívocos, da marca da historicidade inscrita na língua. Ressaltamos que, apesar da língua ser importante para a AD, seu objeto de estudo é o discurso. Neste estudo, há uma ampliação em relação ao objeto de estudo da Lingüística, que não incluía o sujeito e a situação.

A língua só faz sentido em sua relação com a história. Daí a contribuição do Marxismo, do materialismo histórico, que apresenta o sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia.

³⁹ PECHÊUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1995, p. 160.

⁴⁰ ORLANDI, E. P. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

Conforme aponta o Marxismo, “o homem faz história, mas esta não lhe é transparente.”⁴¹

Outra contribuição importante é a da Psicanálise, que traz a noção de inconsciente, fundamental para a compreensão de vários aspectos, como a filiação do discurso do sujeito no interdiscurso, a memória discursiva, os silêncios, dentre outros que serão a seguir analisados. A Psicanálise também nos apresenta o sujeito descentrado.

Esta apresentação da AD, teoria que dá suporte para a análise que será posteriormente feita, serve aqui para que se esclareça isto: a língua para a AD não é fechada em si mesma, é sujeita a falhas. Os sentidos não se fecham, não são evidentes. Assim, um sujeito que já viveu na rua, ao fazer uma declaração sobre sua vida naquele espaço, nesse dizer – que fala, mas também cala – os sentidos não estão ali evidentes, são opacos, não são transparentes.

Se não há uma relação direta do homem com o mundo, quando o sujeito fala, este está em atividade de interpretação, já que o sentido poderia ser outro, isto é, há inscrição do sujeito em uma formação discursiva, embora, pelo efeito ideológico, tenha a ilusão de que os sentidos são transparentes. Ao atribuir sentido às palavras, o sujeito faz como se o sentido já estivesse lá. Dá-se, assim, o apagamento da exterioridade, ao qual Pêcheux denomina “esquecimento nº. 1”.⁴²

Como podemos perceber, trilhar os caminhos do discurso não é uma tarefa fácil. Não será nunca uma trilha plana, reta e onde se vislumbra um fim previsível e transparente; ao contrário, os caminhos serão tortuosos e deslizantes, pois são múltiplos os territórios do discurso. Os dizeres não são tramas pré-estabelecidas. São possíveis pelos movimentos da história e das condições de produção. Esta pode ser pensada, no caso dos “(ex-) meninos de rua”, por exemplo, em relação às condições de produção em sentido estrito, quer dizer, ao contexto imediato, e em sentido amplo, incluindo o contexto sócio-ideológico. Neste sentido, o item 1.4, deste capítulo, é essencial para compreendermos os discursos, já que nos ajuda a compreender as condições de produção.

A noção de memória é muito importante para a AD. É tratada também como interdiscurso. Aquilo que fala antes, em outro lugar. Ao dizer, o sujeito remete seu

⁴¹ ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed., Campinas: Pontes, 2007, p. 19.

⁴² PÊCHEUX. *Op. cit.*, p. 160.

dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória. Não é a origem do que diz. “Consequentemente, podemos dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas.”⁴³ Se assim é, ao se filiarem a diferentes formações discursivas, as palavras mudam de sentido de acordo com essas posições. E serão estas que definirão, no caso dos discursos a seguir analisados, o que pode e não pode ser dito.

Em uma sociedade como a nossa, diversas pessoas são silenciadas, como é o caso das crianças e adolescentes que vivem nas ruas ou dos adultos que estão ou estiveram naquele espaço, a quem é negado o direito de interpretar e a quem são direcionados diversos discursos. Estes, geralmente, são tidos como transparentes, neutros, naturais, isto é, os sujeitos que os dizem são afetados por um efeito ideológico que dá a ilusão dessa relação direta língua / mundo.

Se os discursos dos sujeitos que são historicamente silenciados remetem a uma memória, também fazem parte de um ‘jogo’ em que o “Mesmo” e o “Diferente” se relacionam. Paráfrase e Polissemia⁴⁴ referem-se ao que é estabilizado e ao que é sujeito a equívoco respectivamente. De que forma a memória afeta os dizeres dos “(ex-) meninos de rua” para produzir sentidos? Ao mesmo tempo, como os sentidos deslizam, sofrem rupturas?

É neste processo que os sujeitos se significam: ao mesmo tempo em que o discurso se sustenta em outros, para se significar, sofre constantes modificações, transformações, influenciado por diversos fatores, como veremos posteriormente.

⁴³ ORLANDI. *Op. cit.*, p. 42.

⁴⁴ *Idem*, p. 36.

1.4 *Discursos e memória coletiva: histórias, espaços e literatura*

Para que a língua funcione, produzindo sentidos, é preciso que haja um ser no mundo, “afetado pelo simbólico, pela memória discursiva (interdiscurso) e pelo próprio mundo, na produção dos efeitos da ideologia.”⁴⁵ Sendo assim, além do simbólico, o real da história é fundamental para a compreensão dos discursos, já que as posições-sujeitos construídas no discurso são de um sujeito histórico, que produz / reproduz no discurso, nas diferentes formações discursivas, conflitos ideológicos presentes na sociedade.

Neste trabalho, antes de pesquisarmos aspectos da história que afeta os dizeres (e silêncios) dos “(ex-) meninos de rua”, ouvimos estas pessoas e atentamos para os discursos produzidos. Depois, orientados pelos discursos, fomos em busca de aspectos da história, dos espaços e da literatura, que nos apontassem para elementos presentes na memória coletiva e, conseqüentemente, na memória dos sujeitos que falam e calam sobre a rua.

Não objetivamos aqui dar conta de toda a história de Santo Antônio de Jesus. Antes, queremos atentar para o contexto que caracterizava o município nas últimas décadas do século XX, período que se aproxima do recorte temporal da pesquisa, isto é, aquele em que nossos entrevistados viveram nas ruas. Não buscamos aqui verdades, mas pistas para compreendermos os olhares sobre o processo que culmina no contexto sócio-histórico e cultural em que estavam inseridos crianças e adolescentes na década de 1990.

Informamos que, no início da pesquisa, em que queríamos entender o sentido da rua presente nas memórias analisadas, acreditamos que a Praça Padre Matheus fosse um referencial, pois, conforme já tínhamos notado, era na referida Praça, que é a principal da Cidade, que se concentrava um grande número de crianças e adolescentes que se afastavam, temporariamente ou não, de suas famílias.

Entrevistamos Roberto, um “(ex-) menino de rua” que, ao ser questionado sobre a Praça Padre Matheus, declarou o seguinte: “Aqui prá quem quer ganhar dinheiro honestamente, sem precisar roubar, olhando carro, lavando carro, esse é o lugar ideal.” Mais adiante, seguindo a entrevista, o entrevistado expressou, de

⁴⁵ ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas. SP: Pontes, 2004, p. 59.

maneira enfática, o seguinte: “Praça Padre Matheus, esse é o lugar.”⁴⁶ Observamos que a referida Praça não é um lugar qualquer. É “o lugar”.

Analisando o texto citado, notamos que a Praça adquire um sentido que ultrapassa a idéia de um lugar que podem ocupar, sobreviver. A Praça Padre Matheus exerce influência na construção das identidades, durante a permanência na rua, bem como depois, influencia no modo de vida, nas estratégias de sobrevivência, na solução dos problemas, oferece recursos para a construção de alternativas de sobrevivência. Em outro espaço, possivelmente agiriam de outras formas. Assumiriam outras identidades.

Quais são as características de Santo Antônio de Jesus que fazem da Praça Padre Matheus esse espaço de sentido? O que faz das ruas da Cidade um espaço em que os sujeitos (se) significam? Sabemos que Santo Antônio de Jesus está localizada em um dos territórios do País de mais antiga ocupação. Conforme o geógrafo Milton Santos, o

Recôncavo é a região pioneira em questões administrativas onde se instalou durante o período colonial, a primeira capital do Brasil e se instituiu o mais expressivo comércio de açúcar, fumo e outros produtos oriundos de diversas localidades em direção a Portugal e outros países da Europa.⁴⁷

Assim, sendo intensamente colonizada, já podemos avaliar os efeitos da exploração que geraram desigualdade social, econômica e cultural, que trazem conseqüências até os dias atuais para essa Cidade que se originou no século XVII, fazendo parte entre os primeiros povoados fundados pelos colonizadores.

Segundo o memorialista Queiroz, o povoamento e a movimentação em torno de Santo Antônio de Jesus iniciaram-se com a construção do Oratório de Padre Matheus no povoado. Este Oratório possuía boa localização, o que gerava, além de outros fatores, intensa influência entre a população,

assumindo a condição de ponto de convergência dos moradores de uma região cada vez mais ampliada, extrapolando sua influência, o

⁴⁶ Roberto. Entrevista realizada em 02 de junho de 2007.

⁴⁷ SANTOS, Milton. (Org.). **Recôncavo Baiano**. Realidade socioeconômica e cultural. UNEB, Campus V, 1998. p. 13.

que veio a ser a delimitação da freguesia e, posteriormente, do município de Santo Antonio de Jesus.⁴⁸

Esta situação, que é visível até hoje, gerando intenso fluxo de pessoas na Praça Padre Matheus e em praticamente toda a cidade, consolidou-se com a construção da Capela de Santo Antônio de Jesus, mais conhecida como Capela de Padre Matheus, em terras posteriormente doadas pelo Padre, em 27 de setembro de 1776, em torno da qual foi se edificando a cidade. Interessa-nos conhecer esta informação, pois a Capela foi construída no espaço onde hoje situa-se a Praça Padre Matheus. Esta, que possui um valor simbólico intenso nas vozes sobre acerca das ruas de Santo Antônio de Jesus, já exercia influência no modo de vida das pessoas desde o momento da formação da Cidade.

Conforme relata Queiroz, a chegada da estrada de ferro em 1882 trouxe muito desenvolvimento para a Cidade da Capela de Padre Matheus, que era ponta de trilho. Este fator veio acrescentar a Santo Antônio de Jesus e região, espaço onde tropas de burros já escoavam a produção rural, intenso dinamismo comercial.

Como consequência, prosperou uma classe média mais cultivada intelectualmente, determinando uma crescente consciência cívica e buscando maior consciência no mundo [...] que se deu ao luxo de comemorar a Proclamação da República logo que a notícia chegou à cidade no dia seguinte.⁴⁹

Os discursos a que tivemos acesso por meio dos textos produzidos durante as entrevistas nos apontam para múltiplos sentidos das ruas de Santo Antônio de Jesus, especialmente a Praça Padre Matheus. “[...] não digo que minha infância foi ruim porque tudo o que eu aprendi de bom e de ruim foi aqui, no centro de Santo Antonio.”⁵⁰ Os sentidos da rua são variados. Tudo “de bom” e “de ruim” foi vivido neste espaço. Sendo assim, é na rua que a vida do sujeito adquire sentido, é lá que ele (se) significa.

Sabemos que na atualidade existe uma quantidade maior de crianças e adolescentes nas ruas, pois, até a primeira metade do século XX, a população concentrava-se primordialmente na zona rural. No entanto, mesmo em proporção

⁴⁸ Queiroz cita trecho do livro de assentamento de batismo de Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Jguaripe _da qual a Capela era filial, 1753 – 1769, p. 170, verso, Arquivo da Arquidiocese da Bahia, informando sobre um batismo realizado na capela de padre Matheus, em 02/04/1765. QUEIROZ, F. P. **A Capela do Padre Matheus**. Feira de Santana – BA: SAGRA, 1995.

⁴⁹ QUEIROZ. *Op. cit.*, p. 223.

⁵⁰ Roberto. Entrevista realizada em 02 de junho de 2007.

diferenciada, na história de Santo Antônio de Jesus sempre existiram os problemas sociais e a rua há muito já era um lugar em que pessoas buscavam formas de sobrevivência, construíam novos sentidos. Porém, não encontramos nos livros de História informações sobre essas experiências na rua, assim como as famílias das crianças e adolescentes em situação de rua são silenciadas.

Na tentativa de compreendermos o texto acima apresentado, em que a rua adquire múltiplos sentidos, encontramos trabalhos recentes, como o de Menezes, pesquisadora sobre aspectos ligados à Santo Antônio de Jesus e autora da dissertação de Mestrado **A Beneficente dos 'Artistas' Santantonienses**. Neste trabalho, encontramos reflexões que nos levam a perceber o crescimento da urbanização, da pobreza e, conseqüentemente, de motivos, dentre os muitos possíveis, para a existência cada vez maior de crianças e adolescentes nas ruas, este espaço em que são construídas estratégias de sobrevivência, mas onde são encontradas inúmeras dificuldades, problemas e desafios. Segundo Menezes,

Os 'beneficiados' com a assinatura da lei Áurea e das leis anteriores como a do Ventre Livre e dos Sexagenários, contribuíram estatisticamente para elevar o número de residentes da área urbana santantoniense. Livraram-se da exploração e da opressão dos seus donos, mas, infelizmente, acabaram caindo na marginalização social por serem pobres e, na sua quase totalidade, analfabetos.⁵¹

Embora reflita sobre um tempo histórico distante daquele em que nossos entrevistados viveram nas ruas, a historiadora reflete sobre a urbanização que ocorre em Santo Antônio de Jesus, levando-nos a visualizar as conseqüências econômicas e sociais desse processo. Movidos pela inquietação de encontrar dados sobre estes aspectos discutidos por Menezes, e, mais precisamente, sobre possíveis problemas envolvendo meninos e meninas em um período anterior ao ano de 1990, pudemos visualizar a presença dessas crianças e adolescentes na pesquisa realizada por Hamilton Rodrigues dos Santos⁵², que aborda o seguinte:

⁵¹ MENEZES, Eliane. **A Beneficente dos 'Artistas' Santantoniense**. Dissertação. UNEB, *Campus V*, Santo Antonio de Jesus, 2008, p. 19.

⁵² SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Vidas nas fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antônio de Jesus 1948 – 1971**. Dissertação. UNEB, *Campus V*, Santo Antonio de Jesus, 2007, pp. 87/88.

Envolvidos no vai-e-vem da feira, meninos e meninas de idades variadas circulavam naquele espaço, imprimindo cores e sabores que contribuía para a construção de um cenário multifacetado, onde trabalho, alegria, tristeza, esperteza, peraltice e malandragem se mesclavam dando um sentido ao mesmo tempo plural e singular à dinâmica da vida social dos vários atores que protagonizavam o “espetáculo da vida cotidiana” naquele teatro a céu aberto.

No início deste trecho, identificamos um sentido positivo para a existência de meninos e meninas nas ruas, já que eles, segundo a interpretação do autor, imprimiam “cores e sabores” à feira-livre. No entanto, mais adiante, Santos cita que, por meio de entrevistas com pessoas que vivenciaram a feira livre, entre os anos de 1948 e 1971, identificou que muitos meninos, chamados também de “moleques”, iam para a rua roubar, pedir e fazer peraltices no universo da feira. Ainda segundo o autor, os produtos roubados pelos “gatunos” muitas vezes eram vendidos na própria feira livre, na “feirinha” que havia na Praça Félix Gaspar, próximo à Estação Ferroviária ou em outras cidades.

As aventuras destes “moleques” não acabavam aí. Em tempos em que a cidade era assistida com a segurança de poucos policiais, entravam em cena os soldados Firmino, considerado um homem severo e rigoroso, Armando e Balduino, conhecido por todos na cidade por ser um negão e ter um pé grande, que iam em busca destes “gatunos” e, uma vez pegando-os, desferiam muitos tapas, raspavam-lhes a cabeça e os conduziam até a cadeia da cidade.⁵³

Este sentido sobre a vida na rua, que certamente pertence a uma memória coletiva, está presente nos discursos analisados. Motivados pelas lembranças das experiências e, certamente, pela memória que está presente em toda a sociedade, um entrevistado nos apontou, dentre outros aspectos, que o que há de ruim na rua é roubar.⁵⁴ Um outro nos disse que, para sobreviver, “quando alguém não dava a gente pegava dos outros mesmo.”⁵⁵ É notável que, nesse mesmo texto, há a presença de várias formações discursivas para a rua, espaço em que “fazia tudo”. Mas outras experiências são silenciadas e são enfatizadas apenas as ações “erradas” cometidas pelo “menino de rua”.

O estudo de Hamilton Santos nos mostra que a participação dos meninos e meninas na construção do dinamismo da feira livre de Santo Antônio de Jesus não é

⁵³ SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 90.

⁵⁴ Sílvio. Entrevista citada.

⁵⁵ Bruno. Entrevista citada.

recente. Certamente, não eram crianças e adolescentes que viviam na rua. Porém, já se configuravam como essa parcela da população que incomoda, mas que vivencia, no jogo de poderes da sociedade, um processo constante de resistência.

Observamos que a polícia era desde então responsável pela solução dos problemas causados pela presença e pelos problemas provocados por meninos naquele espaço. Dessa forma, meninos e meninas eram punidos com violência, constrangimento e prisão. Essa postura da sociedade perante o “menino de rua” significa o espaço – que é desde então vigiado, disciplinado – e significa também os sujeitos, as relações que estes constroem no espaço urbano e com os demais sujeitos.

Identificamos este sentido analisando discursivamente o trecho da entrevista de Sílvio.⁵⁶ “Prá polícia a gente era marginal, quando chegava era querendo bater, era matar a gente.” Neste texto, o discurso apresenta o sentido que a polícia direciona ao “menino de rua”: marginal. No entanto, na posição-sujeito assumida, não há a identificação com essa característica. Embora em outros momentos os sujeitos identificassem a vida de “menino de rua” como “vida de bandido”, “que só comete atos ilícitos”, no discurso identificado na entrevista de Sílvio a criança que está na rua é vítima de preconceito e violência, não havendo forma de identificação com as características a ela direcionada.

Se a feira na época citada por Santos era fiscalizada pela polícia, essa prática teoricamente deveria mudar após 1990, com a promulgação do ECA. Podemos afirmar que houve mudanças, pois a fiscalização na feira passou a ser realizada também por outros órgãos, como o CT e Poder Judiciário, especialmente para combater o problema do trabalho infantil, já que muitas crianças e adolescentes vão para aquele espaço carregar feira ou realizar outros serviços, além, é claro, de realizar peraltices e usufruir daquele espaço de movimento e liberdade. No entanto, além de vermos na feira um número considerável de crianças e adolescentes, consideramos que os sentidos de repressão e punição não foram totalmente banidos, pois a polícia continua sendo instituída pela sociedade para tratar dos problemas de crianças e adolescentes pobres.

⁵⁶ Sílvio. Entrevista citada.

Os casos de roubo cometidos por “moleques” na primeira década do século XX não ocorriam apenas na feira livre de Santo Antônio de Jesus, de acordo com a reportagem:

O gatuno que havia penetrado na loja do Sr. Manoel Lino de Andrade e roubado 30 mil cruzeiros que o negociante colocara numa gaveta, já foi preso. [...] de cerca de 17 anos, natural de Dom Macedo Costa. Interrogado na delegacia, o meliante confessou o crime, mas já não tinha os 30 mil cruzeiros para restituir. Restituiu apenas 14 mil, o mais tinha voado.

E estão os que trabalham sujeitos ao avanço do desocupado e desalmado larápio.

Tais roubos são o resultado da vagabundagem desenfreada. Criaturas de 16, 17 e 18 anos em plena ociosidade pelas ruas, examinando onde fica uma brecha por onde entrem no sitio alheio para se apossarem do que lhes não pertence.⁵⁷

Neste trecho, percebemos uma visão de “menino de rua” presente na nossa sociedade. Crianças e adolescentes de rua são tidos como problema a ser abolido. São “incômodos”, “larápios”, “vagabundos”. O Estado e a Sociedade não são citados como responsáveis por esta população. A falta de trabalho é apontada como a causa para os atos ilícitos dos adolescentes. Assim, se crianças e adolescentes, filhos da elite, devem ter oportunidade de lazer e educação, os pobres devem ter trabalho, para que não se tornem futuros problemas.

Para melhor entendermos a questão até então abordada, procuramos textos literários publicados em Santo Antônio de Jesus que expressassem visões de infância e a situação de “(ex-) meninos de rua”. Na obra, *Do Cotidiano da gente*, de Celina D’Ávila, encontramos uma crônica, intitulada *Confiança*, que relata a vida de um menino que vivia nas ruas de Santo Antônio de Jesus. Será que existe alguma semelhança entre os sentidos atribuídos ao “menino de rua” citado na reportagem do jornal “O Paládio” e o adolescente apresentado nesta crônica? Vejamos.

CONFIANÇA

Ele era branco, pálido, com cerca de 14 anos, abusado, larápio; um pivete, e ninguém queria nada com ele. Entretanto, eu gostava dele, e não me importava com as opiniões dos outros, levando-o em meu carro; quando pedia uma carona, deixando-se sentar-se comigo em alguma lanchonete, toda vez que ele ia passando me enxergava numa delas, entrando rápido e logo pedindo

⁵⁷ Jornal **O Paládio**. Santo Antonio de Jesus. 24 de janeiro de 1952. nº 2387. APMSAJ. (Não foi possível identificar a página por motivo do estágio de conservação do jornal.)

refrigerante e alguma coisa para comer, pegando tudo isso com satisfação, vendo-o feliz.

Mas, certo dia, eu estava parando o carro em frente a uma lotérica, quando o avistei em frente a mesma, e, como sempre, ele se aproximou de mim, então aproveitei e dei-lhe Cr\$5 mil e alguns volantes da Loto, para que fosse fazer o meu jogo, enquanto eu ia outro lugar, antes que fechasse, pois já era quase 18 horas, quando o comércio fechava.

Procurei-o na volta e não o encontrei. Mas, ao encontrá-lo depois, por umas duas vezes, ele se fazia de esquecido, e depois passou a me evitar.

Eu, sinceramente, não me importei! Mas, tempos depois, tendo ele já lá para seus 16 anos, candidatei-me à vereadora, e ele apareceu ao meu lado pedindo algumas propagandas para distribuir com o povo que estava assistindo os shows e discursos, em torno de um trio elétrico. Minutos depois, um colega entregava-me um maço delas, dizendo: “Tomei-as de um garoto que estava jogando tudo para cima!” dessa vez, para mim o pivete tornou-se feio: aquele não era mais o pobre garoto que eu tanto valorizava e esperava, com minha ternura, que se tornasse alguém.

No entanto, com a chegada do 14º Batalhão da Polícia Militar, um dos seus comandantes, o major Walter, criara um pequeno contingente deles, e, a partir daí, os pivetes desapareceram das ruas da cidade.

Somente agora, em 1991, poucos dias antes da festa de São João, foi que voltei a rever o Sérgio. Já com seus 18 anos mais ou menos, e embora de constituição franzina, mostrava-se forte, sereno e vestido como um rapazinho.

Se a compreensão e a ternura de uma mãe não forem suficientes, a força e o exemplo de um pai serão as melhores armas para modificar a comportamento de quem, por tudo isso, sempre sentiu falta.⁵⁸

Já no início da crônica, a autora apresenta o garoto: “um pivete”. Essa é certamente a visão de grande parte da sociedade, que direciona aos “meninos e meninas de rua” essa identidade. Na reportagem do jornal, o adolescente foi denominado “gatuno”, que pratica “vagabundagem desenfreada.” Em um e em outro caso, embora haja deslizamento de sentidos, as significações aproximam-se e estão presentes na memória coletiva da nossa sociedade.

Embora não esteja explícito no texto literário, é evidente que esse menino, que se encontrava nas ruas de Santo Antônio de Jesus, não possuía uma família com condições, materiais ou não, de acompanhá-lo, pois estava sempre perambulando. Esta é mais uma motivação para compreendermos a realidade das

⁵⁸ D'ÀVILA, Celina. **Do cotidiano da gente**. ART – CONTEMP, Salvador / BA, 1992, p. 50/51.

famílias, seja em Santo Antônio de Jesus, seja de forma mais ampla na realidade brasileira.

O texto retoma diversas memórias, desde o fato de a ação da polícia ser a forma de retirar meninos das ruas; a forma e o exemplo do pai em contraposição à ternura da mãe, isto é, a escolha da severidade como modelo de educação; o pivete, cujo modo de vida se caracteriza por pedir, abusar, roubar, já que era um “larápio”.

Nas ruas de Santo Antônio de Jesus, esses problemas certamente intensificam-se no fim do século XX. Pesquisando sobre esta situação na obra do memorialista Sales, encontramos a informação de que

por volta de quarenta anos atrás fazia gosto de ver, diariamente, as famílias, pela noitinha sentadas as calçadas de suas casas, num bate-papo gostoso e contagiante, todas felizes e tranqüilas da vida agitada que levamos hoje, porque, convenhamos, o assalto, a violência, o seqüestro e o crime organizado ainda não tinha (sic.) chegado a pequena e pacata cidade de que falamos.⁵⁹

Embora consideremos o texto de Sales um tanto generalizador, pois não leva em conta que no início da segunda metade do século XX também havia problemas sociais que impediam muitas famílias de viverem felizes e tranqüilas, podemos afirmar que a rua, no período citado pelo autor, tinha realmente outro ou outros sentidos. Isto é, apesar da presença de crianças e adolescentes na rua, este espaço, há alguns anos, era usufruído como espaço de lazer e socialização. De acordo com Graciane,

Ainda se via, em 60/70, todos os segmentos sociais infanto-juvenis usufruindo o espaço urbano público em plenitude, quando modelos socioculturais tradicionais sobreviviam com relativa fluidez. Nossa infância se reunia livremente para viver e exercitar ali o ato cultural de brincar, favorecendo experiências de autonomia, indispensável à realização das potencialidades criativas.⁶⁰

Com a aceleração do processo de urbanização, a rua foi ganhando outros significados: passa a ser lugar de passagem de pessoas que vão à rua para comprar bens e serviços. Tudo o que não se encaixa nessa necessidade é visto como

⁵⁹ SALES, G. P. **Santo Antonio de Jesus. 1965**: A cidade que encontrei. Gráfica Real, 2006, p. 43.

⁶⁰ GRACIANE, Maria Stela Santos. “Ludicidade: a expressão e a resistência da criança de (e na) rua”, in SILVA, E. e MOTTI, A. (Orgs) **10 Anos de Estatuto**. A Construção da cidadania da Criança e do Adolescente. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2001, p. 58.

perigoso, desnecessário. Assim, desenvolvem-se ações concretas que visam “limpar” os espaços.

A produção / reprodução de novos sentidos para o espaço urbano é realizada de diversas formas, a exemplo da construção dos condomínios. Com a proliferação destes, enquanto a população pobre habita áreas periféricas, com situação precária em todos os sentidos – moradia, transporte, saneamento básico etc. – a população de elevado poder aquisitivo mora nesses espaços fechados, dispondo de condições dignas de moradia, tendo acesso à prestação de serviços, habitando as chamadas áreas ‘nobres’, em bairros mais valorizados.

Paralelamente ao rápido crescimento urbano, houve, na década de 1980, a criação de muitos condomínios fechados na cidade. Podemos refletir, a partir dessa informação, que Santo Antonio de Jesus passou a ser, de forma cada vez maior, cenário de problemas urbanos, como violência e demais problemas decorrentes da fragmentação econômica, sócio-espacial, cultural e política, característica de um município que, rapidamente, vai deixando sua característica agrária e rural e vai se tornando urbano. Neste movimento, em que Cidade passa a ser dominada por um sentido sobre o urbano, que dá sentido apenas à ordem e aos comportamentos previstos para este espaço, os condomínios seriam, também, uma forma dos moradores, protegidos naquele espaço, livrarem-se do contato e da ameaça de sujeitos como “meninos de rua”?

Já citamos que as ruas de Santo Antônio de Jesus são espaços onde sujeitos (se) significam. Analisando os textos das entrevistas, encontrando sentidos variados, assim como muitos silêncios, especialmente para a Praça Padre Matheus.

O dono do Raphain, antigo Raphain, me dava comida. O Lua Cheia me dava comida.. O Lua Cheia me dava comida tanto meio dia como à noite. A mãe de Sérgio dava café da manhã pra gente. [...] às vezes tinha cinco meninos, às vezes tinha vinte e dois meninos, às vezes só tinha daqui de Santo Antônio, às vezes tinha um monte de fora, era assim normal.⁶¹

Que espaço é este que seduz tantas crianças e adolescentes? Por que havia e ainda há tantas pessoas de outras localidades? Certamente, como veremos no capítulo seguinte, muitos sentidos são silenciados. Mas, o certo é que nesse espaço

⁶¹ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

“normal” diversas crianças e adolescentes buscam os sentidos e as condições materiais de sobrevivência.

Em outro trecho, produzido por outro entrevistado, foi expresso o sentido da rua enquanto espaço para ganhar dinheiro, sendo que esta seria a única lembrança positiva da vida de “menino de rua”: “... lembrança boa só tem porque na rua todo dia tem dinheiro.”⁶² Certamente, a criança e o adolescente não vão para a rua somente em busca de dinheiro. A relação com este espaço, com a família da qual houve afastamento, dentre outros aspectos, são bem mais complexos que esta simples procura por recursos financeiros. No entanto, cumpre-nos conhecer este contexto em que os “meninos de rua” são “seduzidos”, ou impõem a sua presença, criando um espaço de convívio - embora ali haja conflitos constantes, entre eles e com as demais pessoas.

Santo Antônio de Jesus começou a se inserir no contexto da economia regional em razão da implantação de novas rodovias. Segundo Santos, a cidade teve seu crescimento intensificado a partir da década de 70 em concomitância com o asfaltamento da BR 101, BA 245 e BA 026, que passam pela cidade caracterizando-a como um entroncamento rodoviário.”⁶³

O crescimento de Santo Antônio de Jesus está relacionado à sua articulação no contexto regional em que está situado, Recôncavo Baiano, chegando a extrapolar esse âmbito, por se localizar próximo a Salvador, o que interfere na dinâmica urbana da Cidade das Palmeiras.

A especificidade geográfica e histórica do Recôncavo, onde está situada Santo Antônio de Jesus, faz desta cidade um contexto específico. Isto é, no contexto desta pesquisa, certamente não encontramos pessoas nas ruas pelos mesmos motivos que as demais cidades da Bahia e até mesmo do Brasil. Neste, existe uma pluralidade de razões que levam meninos e meninas para as ruas.

Um aspecto relevante em Santo Antônio de Jesus é o nível de acessibilidade encontrado na região. A possibilidade de entrada e saída, tanto por terra quanto por via marítima, proporcionou um desenvolvimento econômico grande, além de atrair crianças e adolescentes de outras localidades para o trabalho informal.

⁶² Júlio. Entrevista citada.

⁶³ SANTOS, Miguel. *Op. cit.*, p. 13.

Até o início do século XX, Santo Antônio de Jesus não possuía destaque no âmbito regional, visto que as cidades como Cachoeira, Nazaré e Maragogipe possuíam relevância, devido à primazia, até então, de utilização de transportes marítimos e fluviais.

No entanto, a partir da década de 1970, a cidade foi essencialmente influenciada pela nova realidade possibilitada pelas rodovias. Esta realidade não trouxe apenas mudanças econômicas. A complexidade dos costumes e mudanças espaciais ocorrem nos anos 70 com a intensa urbanização.

Se em 1970, dos 39.726 habitantes em Santo Antônio de Jesus, 21.702 viviam na área urbana e 18.024 na área rural, em 1991, dos 64.198 habitantes, 52.770 concentravam-se na área urbana e 11.428 na área rural. Em 1996, a taxa de urbanização elevou-se para 83,94%.⁶⁴ Antes, Santo Antônio de Jesus desenvolvia uma economia agrícola e possuía um comércio sem expressão. Porém, após a década de 70, a cidade passou a destacar-se em virtude do sistema rodoviário. Mas não só a alteração do espaço agrário evidencia essa realidade. A instalação de indústrias, o já citado sistema de transportes rodoviários, a construção da Ponte do Funil a inauguração do sistema Ferry Boat e Catamarã, dentre outros, são elementos que favoreceram o seu desenvolvimento.

Um aspecto essencial para a compreensão do dinamismo de Santo Antônio de Jesus e a modificação da natureza socioeconômica, política e cultural foi a inversão da posição deste município em relação ao contexto regional, visto que a cidade se identifica com a função de fornecedor de bens de serviços e como entreposto comercial. Desta forma, o desenvolvimento no comércio que já se iniciava no século XVII, no primeiro aglomerado urbano, quando a Cidade recebia tropas de burro, intensificou-se após a década de 70 do século XX.

O comércio e os serviços tornam-se, então, os eixos dinamizadores de Santo Antônio de Jesus, o que favoreceu a construção de uma relação da Cidade com Salvador e Feira de Santana, os centros de maior importância socioeconômica do Estado, além de outros municípios da região. Assim, Santo Antônio de Jesus recebe cotidianamente, com maior ênfase nos dias de quarta, sexta e sábado, um fluxo intenso de pessoas destas e de outras cidades.

⁶⁴ Fonte: IGBE e SEI. *in* Santos, Miguel. *Op. cit*, p. 13.

O Conselho Tutelar de Santo Antônio de Jesus⁶⁵, percebendo como esta peculiaridade do município motivava a ida de crianças e adolescentes para as ruas da Cidade, encaminhou o ofício 537/05 ao CMDCA⁶⁶, no qual consta o seguinte:

Tal contexto traz reflexos positivos para Santo Antônio de Jesus, influenciando especialmente no seu desenvolvimento econômico. No entanto, conforme o Conselho Tutelar pode exemplificar, a vinda de diversas pessoas, inclusive crianças e adolescentes, acaba gerando situações que necessitam de um suporte que a cidade ainda não oferece. Atraídos pela propaganda, feita pelos veículos de comunicação e até mesmo pelo chamado 'boca-a-boca', muitos adolescentes que vivem em suas cidades em situação irregular vêm para Santo Antônio de Jesus na busca de emprego. O que ocorre, na maioria das vezes, é que os mesmos ficam na Praça Padre Matheus, lá residindo, trabalhando, interagindo, usando substâncias psicoativas e, até mesmo, cometendo atos infracionais.

O desenvolvimento econômico e suas conseqüências, apontados no relatório do CT, estão relacionados aos avanços no setor de transporte, comunicação e ao crescimento do comércio, que motivou os comerciantes da cidade, juntamente com a Associação Comercial, a criarem o slogan "Santo Antônio de Jesus, o comércio mais barato da Bahia".

Salientemos a localização espacial do comércio de Santo Antônio de Jesus, a que o relatório do Conselho faz referência: a Praça Padre Matheus. Embora atualmente o comércio esteja bastante descentralizado, expandido para outros bairros, a referida Praça historicamente é o local de concentração dos produtos e serviços.

Se o desenvolvimento urbano da cidade traz crescimento econômico para uma parte da população, podemos afirmar que a maioria das pessoas não consegue sair de uma situação de pobreza, que dificulta a sobrevivência das famílias, na maioria das vezes numerosas.

⁶⁵ A construção do CT em cada município do Brasil é previsto pelo ECA. Em Santo Antônio de Jesus, ele foi criado pela Lei Municipal 469, do ano de 1993.

⁶⁶ Os relatórios do Conselho Tutelar encaminhados ao CMDCA têm a função de motivar e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Embora não aprofunde a questão, Santos⁶⁷ aponta que “a cidade não tem conseguido responder à intensa demanda social, principalmente no que tange à perspectiva de emprego para a maior parte da população.” Desta forma, muitas crianças e adolescentes vão para a rua na busca de trabalho para contribuir na renda da casa.

Castro analisa a situação de pobreza em famílias de Salvador, associada à violência doméstica, uma das fortes causas da ida de crianças e adolescentes para a rua. A autora contribui significativamente ao analisar a problemática de crianças e adolescentes em situação de rua, considerando a complexidade genérico-racial, que “remonta à época da escravidão, quando a família negra sofreu o primeiro processo de desestruturação.”⁶⁸

Castro aponta, ainda, para um processo comum em Salvador e, que também ocorre em Santo Antônio de Jesus, a exemplo do que é vivido pela Sra. Maria, mãe de Roberto⁶⁹, já referido anteriormente. Esta senhora compõe o que a autora, baseada em Bastide,⁷⁰ chama de família materna. Ao ser questionada sobre o pai de Roberto, a Sra. Maria ressaltou:

A gente somos separados. A gente somos separados. É tanto que ele (Roberto) tá sem registrar e o pai quer negar que o filho não é dele. (...) Tem uns três anos que a gente voltou a conviver junto mas ele bebe muito e eu voltei pra casa.

As famílias maternas, comuns no período da escravidão e também nos dias atuais, são sustentadas por mulheres. Como estas sobrevivem de trabalhos mais precariamente remunerados, até mesmo por submeterem-se a qualquer trabalho, devido à necessidade de conseguir recursos para sustentar a família, situam-se entre os setores mais pobres da população.

Convém salientarmos que a prática de sustendo das famílias por mulheres e a importância destas na sociedade, especialmente em Santo Antônio de Jesus, é uma construção histórica. O historiador Ferreira Filho, em seu trabalho sobre mundos femininos, maternidade e pobreza de Salvador, de 1890 a 1940, nos

⁶⁷ SANTOS, Miguel. *Op. cit.*, p. 52.

⁶⁸ CASTRO, Rocio. **Análise da problemática da criança e do adolescente em situação de rua em Salvador a partir da complexidade genérico-racial.** Artigo apresentado no IV Simpósio Baiano de Pesquisadores sobre Mulher e relações de Gênero. Outubro de 1998.

⁶⁹ Entrevista realizada em 03/12/2007. O nome da entrevistada, Maria, também é fictício.

⁷⁰ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960, *apud* CASTRO. *Op. cit.*

informa que, dentre as características das mulheres pobres baianas, no período por ele pesquisado, as principais são trabalhar para manter seus filhos, brigar por eles, estabelecer vínculos de solidariedade por eles e que

a responsabilidade, quase que exclusiva, para com a prole tem as suas origens nas instituições e dinâmicas escravistas. O preconceito forense segundo o qual 'o parto segue o ventre' fazia do filho da escrava um bem do seu senhor, não importando a paternidade do mesmo.⁷¹

Desta forma, em vez de realizarmos uma avaliação apressada, caracterizando negativamente a participação masculina na vida do filho, é necessário compreendermos aspectos legais e culturais que, no Brasil, instituíam a mulher como responsável pela educação dos filhos. Se no período colonial o "parto deveria seguir o ventre", logo, o pai não tinha responsabilidade legal perante o filho. Além da lei, a forma como o batismo da criança era realizado também demonstra que apenas a mãe possuía função efetiva na vida do filho, pois à criança só era conferido o nome materno.

Os sentidos da família e da maternidade presentes no período da escravidão não se esgotam com abolição e com o início da República, continuando presentes por muito tempo – inclusive perdurando, com outras roupagens, nos dias atuais. Por isso, sustentada por práticas anteriores, a impunidade masculina diante da falta de responsabilidade para com os filhos é uma constante na história do Brasil.

Segundo Ferreira Filho, no início da República o papel da mulher perante os filhos também é enfatizado, pois, na luta contra endemias e epidemias, a medicina – grande responsável pelo progresso social – delega "às senhoras e moças" o cuidado com a saúde da família. E não só isso. "A saúde da prole, a instrução formal dos filhos, o orçamento doméstico e o controle moral das famílias passaram a ser função mais ostensivamente femininas."⁷² Devido a sua função relevante, tanto biológica quanto social e moral – fundamental para os novos padrões de sociabilidade do País – o papel e o comportamento das mães passam a ser discutidos na sociedade.

Conversamos com a Sra. Maria para obtermos informações sobre a ida de seu filho para a rua e tentamos compreender, neste exemplo – já que não é possível

⁷¹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador. 1890-1940. Salvador: CEB, 2003, p. p. 20-21.

⁷² *Idem*, p. 25.

fazermos generalizações – o relacionamento do filho numa família sustentada pela mãe. Ela nos relatou:

Eu botei ele no colégio, mas só que lá ele brigou com uma menina porque faça tudo mas não xingue essa mãe dele, que ele endoida. Ai ele bateu na menina dentro da sala, ai quando chega o bilhete que ele só entrava na sala comigo, eu morava lá no Loteamento de Sales ai eu fui levar, mas naquele tempo eu não tinha a noção que eu tenho hoje, ai eu dei um tapa nele dentro da sala, não era pra eu ter feito isso, eu me arrependi muito (...). ai ele sumiu, ele saiu dizendo que ia pra casa e levou um bucado de tempo fora.

Observamos que, apesar do afeto do filho pela mãe, sentimento que gerou a briga relatada pela Sra. Maria, este sentimento não foi suficiente para evitar a afastamento do adolescente de casa. Outros fatores, como a pobreza, o alcoolismo, já que a Sra. Maria consumia bebidas alcoólicas naquela época, a ausência do pai, a intimidade com a rua, dentre outros, acabaram influenciando a ida de Roberto para a rua. Naquele momento, a ação violenta e constrangedora da mãe, na sala de aula, foi a razão apontada para a busca pela liberdade das ruas.

Esta realidade é comum em Santo Antônio de Jesus. Pudemos perceber essa característica durante o exercício de Conselheira Tutelar, órgão que recebe constantemente diversas ocorrências de famílias que têm dificuldade de educar e até mesmo de retirar seus filhos da rua. Ressaltamos que, nestas famílias, que podem ser chefiadas por mulheres ou não, geralmente convive-se com diversos tipos de problema. Assim, familiarizando-se com a rua, é para lá que vão os filhos que já não mais suportam as conseqüências das famílias desestruturadas cuja base é a agressividade, o alcoolismo, a instabilidade emocional. Por isso, buscam a rua para reinventar e atualizar as relações que são comumente estabelecidas em casa.

Salientamos que os dados sobre a vida de crianças em situação de rua em Santo Antônio de Jesus são escassos. Dessa forma, para compreendermos melhor como os “meninos de rua” inserem-se neste contexto, especialmente na década de 1990, procuramos informações nos arquivos do CMDCA, que foi implantado na referida Cidade no ano de 1993, coincidindo com o período em que as questões anteriormente analisadas, conseqüência especialmente da urbanização, são vivenciadas pela população.

Durante a leitura do primeiro livro de ata do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, identificamos que, na sexta reunião do Conselho⁷³, que se tratou de uma reunião extraordinária, a discussão sobre a existência de crianças e adolescentes nas ruas de Santo Antônio de Jesus constituiu-se em ponto relevante da pauta.⁷⁴ Mas, há outras informações importantes que constatamos sobre a referida reunião: a presença de autoridades, como a Juíza da Vara da Infância e Adolescência – indicada na ata como Juíza de Menores – Dra. Rita de Cássia Nunes, o Promotor de Justiça, Dr. Gilberto R. de Campos, e do Comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar e sua realização na sala de reuniões da Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus.⁷⁵

A escolha do local para a reunião, na qual seriam discutidas questões sobre “meninos de rua” em Santo Antônio de Jesus, certamente não foi aleatória. Por isso, diante da necessidade e do desejo de aprofundarmo-nos melhor nessa realidade, realizamos uma entrevista com Sílvia Barreto Brito Malta, a primeira Presidente do CMDCA. Ao questionarmos sobre o processo de criação do Conselho, Sílvia respondeu⁷⁶:

a sociedade inteira, depois da Constituição de 88, passou a demandar uma organização social maior e tinha uma demanda grande nessa área de criança e adolescente, por conta do comércio que questionava a existência de muitos meninos na rua [...]. Havia, também, muita violência contra criança e adolescente e a gente, na época, se uniu à Universidade, UNEB, aos clubes de serviços e à Promotoria, na época Promotora Marly. Criou-se todo um contexto de discussão favorável à estruturação do Conselho.

⁷³ O CMDCA foi criado em Santo Antônio de Jesus pela Lei Municipal 435, de 31 de dezembro de 1992. Esta recebeu nova redação em 13 de dezembro de 1993, por meio da Lei 469.

⁷⁴ Livro de Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ano: 1993. p. 7 – 9. Arquivo: CMDCA.

⁷⁵ A Associação Comercial e Industrial de Santo Antônio de Jesus foi fundada em 27/06/1979. Segundo informação encontrada no site, “a Associação atua firmemente na defesa dos interesses da classe empresarial, com a finalidade de agilizar o ritmo das atividades comerciais e fabris, atrair novos investimentos, ampliar o mercado de competitividade em nível regional e estadual, promover a implantação de novos serviços [...]visando congregar um maior número de empresas comerciais, industriais e de serviços, a fim de assegurar a manutenção e crescimento do processo econômico local.” Site:<http://www.espacoempresariaisaj.com.br>.

⁷⁶ Entrevista realizada em 14 de fevereiro de 2008 com Sílvia Brito Barreto Malta. A apresentação sobre esta será feita de maneira mais ampla ainda neste Capítulo.

Toda a discussão que realizamos acerca do crescimento urbano, que acentua as desigualdades sociais e, conseqüentemente, culmina na ida de sujeitos para as ruas, é evidenciada neste trecho do depoimento de Sílvia Brito.

Em sua fala, fica visível que a existência de meninos e meninas nas ruas de Santo Antônio de Jesus foi um dos fatores decisivos para a criação do Conselho logo em seguida à promulgação do ECA, em 1990. Mais adiante, especificando a participação constante da sociedade santantoniense, especialmente de representantes do comércio, a entrevistada informou o seguinte:

a existência da parceria surgiu em cima da necessidade de se buscar alternativa para esses meninos que estavam ali evidentes na rua. [...] A cidade foi crescendo, se urbanizando mais e se evidenciou muito a presença dos meninos na Praça Padre Matheus e ninguém sabia direito o que fazer em termo do comércio e por isso que a gente veio para debater, não para tirar menino da rua, não era esse nosso objetivo, como eles estavam pensando, os comerciantes. A gente veio propondo estratégia de criar políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.⁷⁷

Compreendemos, nesta informação, qual era a ‘preocupação’ da maioria dos comerciantes com as crianças e adolescentes em situação de rua. Estes eram considerados, na verdade, como incômodo, como pessoas que atrapalhavam o andamento das atividades do comércio. Com isso, os comerciantes gostariam que os Conselheiros do CMDCA, invertendo seu real papel, ajudassem o comércio a se livrar desses sujeitos vistos como sujeira a ser retirada da praça.⁷⁸

O discurso burguês comumente associa a pobreza à imagem de vadiagem, da preguiça e da violência como opções de vida. Assim, como alternativa para fazer a “limpeza da cidade”, a repressão policial é uma ação considerada, na maioria das vezes, primordial e eficaz no processo de moralização e disciplinarização da criança

⁷⁷ Sílvia Brito Barreto Malta. Entrevista citada.

⁷⁸ Embora analise o contexto de Uberlândia, MG, Machado nos faz refletir que os comerciantes, na maioria das vezes, sempre estiveram receosos de que o padrão social comprometesse o progresso material. Além disso, a autora nos aponta que os comerciantes, com o raciocínio de que o menino na rua “compromete não só a imagem, mas na ameaça à continuidade da sua escalada infinita ao progresso”, desenvolveram um sentimento que “é muito mais de repulsa do que de caridade e a solução no primeiro momento é esconder os farrapos humanos [...] em instituições sociais, ao invés de solucionar o problema.” MACHADO, Maria Clara Thomaz. “A Pobreza Urbana na Ótica do Capital”. (Uberlândia – 1900 – 1960), in SILVA, Marcos A da. **República em Migalhas**; história regional e local. Porto Alegre: Marco Zero, p. 190.

e adolescente. Toda essa discussão, de posturas e ações presentes na história de Santo Antônio de Jesus, está presente no discurso (interdiscurso) dos “(ex-) meninos de rua” entrevistados, como veremos no próximo capítulo.

Ainda tratando da referida reunião do CMDCA, realizada na Associação Comercial da Cidade, na oportunidade o Major Praxedes informou que naquele ano, 1993, “foram cadastradas 312 crianças [...] pela própria PM nas suas rondas pela cidade.” Podemos supor, pelo número elevado de crianças cadastradas pela Polícia Militar, que se tratavam de crianças e adolescentes com diferentes perfis, diferentes formas de vida. Certamente, a maioria mantinha contato com a família. Como o próprio Major explicitou, “A situação não é tão crítica, carece prevenção. Todas têm um ponto de referência.”⁷⁹

Devemos ressaltar que, mesmo com as mudanças nas leis, a sociedade continua delegando à polícia a responsabilidade pela “infância abandonada”, prática que era reforçada no século XIX, quando estavam em vigor

as idéias de Augusto Comte (da Ordem e do Progresso), que propunha a separação da Infância Problemática, desvalida, delinqüente em grandes instituições totais, de regeneração ou correção dos defeitos, antes de devolvê-la ao convívio da sociedade estabelecida.⁸⁰

Outros aspectos históricos importantes, que apontam para a forte presença de “meninos” e “meninas de rua” em Santo Antônio de Jesus, são a criação de entidades de atendimento a crianças e adolescentes, abrigos, como o Sítio Santo Antônio, construído pelo Projeto Esperança, da Igreja Católica, Paróquia de Santo Antônio e a Casa do Adolescente Palavra Viva, construído pela Igreja Evangélica Palavra Viva. Estes abrigos foram construídos em razão das discussões realizadas em reuniões do CMDCA, como a que ocorreu em 22 de junho de 1993, na qual a Presidente leu

a correspondência da UNEB que fala da proposta de Centro de Apoio aos meninos de rua e na oportunidade sugeriu que fossem contatadas as entidades que têm projetos relacionados com

⁷⁹ Livro de Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ano: 1993. p. 8. Arquivo: CMDCA.

⁸⁰ MARCILIO. *Op. cit.*, p. 194.

meninos de rua, para que possamos reunir esforços em uma única causa.⁸¹

Quem eram esses meninos que estavam nas ruas? Como agiam? Por que havia tanta preocupação em retirá-los da rua? Durante a entrevista com Sílvio, perguntamos sobre a existência de alguma lembrança marcante da rua, ele respondeu:

“Na escola, quando eu saia, ia para a rua, pegava revolver e faca para matar o pessoal. E quando eu chegava era aquele desespero. [...] Naquele tempo eu queria ser o maior, o melhor onde chegava, queria ter respeito e impor respeito a todo mundo.”

Analisando discursivamente este trecho, identificamos a presença de um sentido para o sujeito: aquele que se utiliza da estratégia de antecipação, isto é, que imagina que irá chamar a atenção do outro ao mostrar esta identidade, ao expressar suas formas de poder, ao exigir respeito com as únicas “armas” que lhe restam. Consideramos que há semelhança entre este discurso e os sentidos do poema a seguir.

PATRIAMÃE

Sou filho da puta,
filho da rua,
do suor e da luta.
Sou transviado
como dizem aqueles
que falam bonito.
Acredito no olho
que bate certo na mira.
Me lambuzo de ódio,
dou gargalhadas histéricas
e fodo com preguiça.
Se precisar, mostro a faca,
ranjo os dentes, viro fera
cheiro cola, caca e choco
com minha anti moral
onipresente.
Sei que incomodo
encho de medo

⁸¹ Livro de Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ano: 1993. p. 22. Arquivo: CMDCA.

a sólida estrutura dominante.⁸²

A escolha de Patriamãe deu-se porque, dentre os estudos realizados sobre os discursos construídos sobre crianças e adolescentes em situação de rua em Santo Antônio de Jesus, este poema é um texto em que há a apresentação de uma identidade marcante do “menino de rua”.⁸³

Embora não seja feita uma alusão direta a esta categoria, “menino de rua”, a referência ao “filho da puta, filho da rua”, nos faz pensar na vida desses sujeitos que, sendo “filhos da rua”, parecem ser donos da rua e ao mesmo tempo a elas pertencerem. O sujeito anônimo, que vive fora da “ordem” e do “lugar”, por meio do poema, quer ser ouvido, quer mostrar sua identidade, enquanto esconde outras: “Sou filho da puta”. “Sou transviado”. “Acredito no olho que bate certo na mira”. “Mostro a faca”. “Me lambuzo de ódio”. Para concluir, o sujeito revela: “Sei que encho de medo a sólida estrutura dominante”. Será esse o momento em que esse sujeito se sente com poder?

A autora, ao construir essa identidade para o possível “menino de rua”, escolhe a identidade que aparece como única para a maioria da população. Parece que, ao perceber a dificuldade vivenciada cotidianamente por “meninos” e “meninas de rua”, e a quase impossibilidade de mudarem de vida, lhes é dado o direito de gritar e dizer que podem se defender. Se preciso, “ranjo os dentes, mostro a faca, viro fera...”

A “luta”, a “faca”, a “cola”, a “coca”, elementos presentes no texto, não se aproximam apenas pela semelhança fonética. Tratam-se de elementos que fazem

⁸² BRITO, Sílvia. In MOTA, Maria de Lourdes Almeida de *et. alii*. **Viagens Poéticas**. Santo Antônio de Jesus, Ba: FFPSAJ / UNEB, 1991, p. 31. Sílvia Brito é natural de Santo Antônio de Jesus. Atuou durante diversos anos como Assistente Social no Município. Também atuou na área cultural, escrevendo poemas e participando de grupo teatral. Fez parte de diversos Conselhos, como Conselho Municipal da Assistência Social e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Atualmente trabalha como Psicóloga e Psicopedagoga, no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e em consultório particular. Trabalhou como coordenadora do Projeto RECRIAR, voltado para o atendimento de adolescentes em situação de rua.

⁸³ No intuito de conhecermos outras abordagens literárias da temática, fizemos também a leitura da obra **Capitães da Areia**. Embora o romance trate da realidade de Salvador do início do século XX, bastante distante do período por nós trabalhado, é interessante observarmos a caracterização dos “meninos de rua”: “...vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que a amavam, os seus poetas.” (AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 112ª ed. RJ: Record, 2004, p. 21.) Não seriam assim também os meninos e meninas que ocupam as ruas de Santo Antônio de Jesus?

parte do cotidiano de meninos e meninas, enchendo de medo a grande parte daqueles que, por fazer parte de outro estrato social, têm casa, comida, educação, emprego, sente-se diferente dos sujeitos que vivem na rua e por isso, costuma tratá-los e encará-los como seres subumanos.

Consideramos que a maneira como a autora faz a apresentação do “filho da rua” não é aleatória. Engajada em projetos e atividades voltados para crianças e adolescentes, Sílvia Brito busca mostrar a imagem da vida na rua, de pobreza, de exclusão social, para, por meio dos sentidos construídos, motivar o leitor a refletir, justamente em um período de mudança na legislação, com a criação do ECA, e constantes movimentos em favor da população infanto-juvenil. Trata-se, portanto, de uma estratégia para levar o leitor à reflexão. Para tanto, apresenta o “menino de rua” e as suas ações temidas pela sociedade: a violência, a reação diante da exclusão e descaso a que estão submetidas crianças e adolescentes.

Diante dessas discussões, nos questionamos por que a rua, espaço apropriado por muitas crianças e adolescentes, se inclui na construção do nome pelo qual esses sujeitos são comumente denominados. Qual é a característica da rua que passa a se confundir com eles? Se são meninos de rua, as crianças e adolescentes passam a pertencer à rua? Como a rua se insere na gramática social brasileira, que é construída e cotidianamente reafirmada pela sociedade?

A rua tratada aqui não é apenas um espaço geográfico, que se pode medir ou caracterizar enquanto aspecto físico. Trata-se, antes, de uma entidade moral, domínio cultural institucionalizado, capaz de despertar emoções, reações e tantos outros sentimentos. A rua, assim como a casa, constitui para os brasileiros, uma categoria sociológica que compõe a Gramática Social Brasileira.⁸⁴

A compreensão dessa Gramática é fundamental para o estudo sobre “meninos de rua”. Estes, por razões diversas, estão fora do espaço tratado tradicionalmente como privilegiado: a casa. Dentro da Gramática, abordada por Da Matta, casa e rua são tratadas como opostos, em vez de complementares, como o próprio autor reconhece. Esta oposição poderá refletir na forma de tratamento e da representação social dos sujeitos que ocupam estes espaços, sendo fator essencial na construção de identidades.

⁸⁴ DA MATTA. *Op. cit.*. Embora tenhamos nos embasado na obra de Da Matta, esta reflexão sobre a Gramática Social Brasileira foi feita inicialmente por Gilberto Freire. FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990

Em sua obra *A casa e a Rua*, em que analisa a função destes espaços, Da Matta inicia utilizando-se de uma metáfora, convidando o leitor a adentrar na casa (o livro). Além disso, no título do livro, a palavra casa aparece em primeiro plano. Isso nos sugere que o próprio autor, que apresenta casa e rua enquanto espaços que não são fixos e estáveis, pois variam, combinam-se e têm vida, acaba por demonstrar a suposta superioridade da casa, em detrimento da rua.

Mas quais são os aspectos que diferenciam casa e rua? Para Da Matta, leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. Na casa, onde somos supercidadãos, podemos fazer coisas de que somos proibidos na rua e exigimos atenção. Já pelo ângulo da rua, encontra-se uma rigidez muito maior, que instaura emoção disciplinada, exclusão, subcidadania. Somos anônimos, maltratados pelas autoridades, o que gera um comportamento negativo e violento. Na rua, o discurso da classe dominante é superior aos demais.

É possível utilizarmos esta caracterização para compreendermos o mundo da casa e o mundo da rua? Certamente não. A rua e a casa, para dezenas, centenas e – quem sabe? – milhares de meninos e meninas que vivem nas ruas do Brasil não apresentam esta estrutura rígida: na casa estamos seguros, na rua estamos expostos e submetidos ao perigo. Os sentidos são bem mais complexos.

Da Matta aponta para a possibilidade de mudanças nas formas de conceber o tempo e o espaço, considerando a dinâmica dos grupos sociais. Nessa dinâmica, o mundo torna-se menos indiferente e totalmente significativo, “posto que ordenado por suas relações com os grupos que se combinam e se reformulam, na complexa lógica social que cada sociedade ordena para si e para seus membros.”⁸⁵

É nessa possibilidade de mudança que podemos perceber a situação dos “meninos de rua”. A observação das ruas de Santo Antônio de Jesus, onde dezenas de crianças e adolescentes sentem-se à vontade (como se estivessem em casa) ou a leitura de diversas obras, como *Decifra-me ou Devoro-te*⁸⁶, que apresenta história oral de “meninos de rua” de Salvador, nos faz perceber que a Gramática Social é continuamente reinventada, criativamente construída pela realidade que

⁸⁵ DA MATTA. *Op. cit.*, p. 42.

⁸⁶ ATAIDE, Iara Dulce Bandeira de. **Decifra-me ou devoro-te**: história oral de vida de meninos de rua de Salvador. 2 ed. São Paulo: Loyola. 1995.

não se enquadra nos padrões inventados pela elite, ou trazidos para o Brasil pelos europeus.

E se a realidade é reinventada cotidianamente, podemos concluir que são várias as reinvenções da casa e da rua, já que os “meninos de rua” não formam um grupo homogêneo: estão na rua por diversos motivos, mantêm com esta, assim como com a casa, diferentes tipos de relações, agindo de forma a nem sempre ter uma conduta esperada para cada um desses espaços.

Apesar dessa possibilidade de reinvenção, a mistura da rua com a casa cria formas de conflitos.⁸⁷ Essa prática cultural de separar os espaços, não permitindo o englobamento da rua na casa, e vice-versa, fica evidente nas constantes queixas da sociedade diante da existência de meninos e meninas que se apropriam da rua de maneira familiar e íntima, desenvolvendo atividades que comumente só se fazem em casa, como dormir, comer, manter relações sexuais, dentre tantas outras.

A rua e a casa também são espaços de contradição. E é por causa da possibilidade destas contradições que já não podemos pensar a casa como espaço de calma, de repouso, de hospitalidade, de local propício para o desenvolvimento de vínculos afetivos, carinho e amor. Tampouco podemos imaginar o oposto disto para a rua, que não pode ser lida apenas como local perigoso, “onde devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral.”⁸⁸

Falar de supercidadania na casa é de fato ignorar uma realidade em que sequer há cidadania para milhares de famílias. E nessa brincadeira de faz-de-conta, em que muitos acreditam que há essa supercidadania, os meninos e meninas que se encontram em situação de rua é que são punidos por subverterem o código do espaço, por não terem outra alternativa a não ser transformar a rua em casa.

Marilena Chauí, em sua obra *Conformismo e Resistência*, discorda da posição do autor. Para ela, a violência popular não é resultado do anonimato em que vivem os sujeitos na rua, em oposição a uma identidade reconhecida na casa. A violência, para Da Matta, é utilizada para reconquistar “a cidadania concreta contra a cidadania abstrata”. A autora cita que a rua é a casa da classe dominante e que no Brasil a luta não é para sair do anonimato e ganhar cidadania concreta, pois sequer

⁸⁷ DA MATTA. *Op. cit.*, p. 50

⁸⁸ *Idem*, p. 56.

há cidadania no País. Chauí argumenta que a luta é para transformar a rua deles em nossa rua.⁸⁹

Em uma das entrevistas, perguntamos qual é a diferença entre estar na rua e estar na casa. A resposta que obtivemos foi a seguinte: “Minha mãe bebia e eu não suporto cachaça, não suporto álcool e não tinha carinho de minha família. Eu fiz um acordo com minha mãe que quando ela parasse de beber eu voltava para casa.”

Neste trecho, há um discurso que nos aponta para a relação complexa com a família que perpassa o sentido da rua e da casa. Para compreendê-lo, necessitamos conhecer a memória sobre família presente na sociedade e a sua relação dentro do espaço urbano excludente e silenciador dos sentidos não previstos para este espaço. Esta temática será aprofundada no capítulo a seguir.

⁸⁹ CHAÚÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da Cultura popular no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

2. DA CASA PARA A RUA: VOZES E SILÊNCIOS

Ao decidirmos compreender as memórias dos “(ex-) meninos de rua” de Santo Antônio de Jesus por uma perspectiva discursiva, estamos optando por analisar os fios que compõem o discurso, que fazem parte dessa trama lingüística e histórica, composta, na verdade, não por um, mas por vários discursos.

Dessa forma, estudando as memórias sobre este espaço, nosso olhar abrande outros “lugares” e outros dizeres, pois as conexões dos fios do discurso a que nos referimos só são possíveis porque há movimentos na história, que são sempre retomados e continuamente transformados por sujeitos afetados pela própria história, pelas condições de produção e pela memória.

Os discursos não se articulam harmoniosamente. No discurso sobre a rua, sobre as experiências de “(ex-) meninos de rua”, não podemos dizer que a história movimenta-se de forma a fazer uma conexão dos fios da memória de modo simples e linear. Então, nos embates discursivos, como os sentidos são aí construídos?

Diante desses questionamentos, levantamos dois pontos principais a serem compreendidos: o sentido da família e a visão sobre “meninos de rua”, que são os aspectos marcantes nos discursos analisados. Nas vozes (e silêncios) sobre a rua, a abordagem sobre família aparece naturalmente, quase sempre sendo o primeiro aspecto abordado ao tratar dos sentidos e das memórias da rua. E tais sentidos relacionam-se diretamente com a visão re-construída sobre a criança e o adolescente que estão na rua. Isto é, se estão longe da família, os “meninos de rua” têm um sentido específico, geralmente negativo, pois não estão sendo “governados”, disciplinados por seus pais.

É interessante observarmos que, pela ação do esquecimento e afetados pela ideologia, todos os sujeitos dos discursos analisados sabem o que é uma família, já que retomam conceitos socialmente construídos, repetidos na mídia, nas instituições, especialmente aquelas que realizam orientações com base em princípios religiosos, dentre outros. Pareceria absurdo perguntarmos o que é uma família, quais suas atribuições, quais são as suas diferentes formas e características, pois parece ser óbvio, nos discursos, que a família é responsável pela proteção, amor, cuidado, companhia. Mas estes discursos são complexos, pois se misturam a

outras memórias, aquelas que apontam a família como a responsável pela existência de crianças e adolescentes em situação de rua.

Além da idéia de família, todos os sujeitos têm uma visão sobre “menino de rua” e, embora se inscreva geralmente em uma formação discursiva, significando negativamente o “menino de rua”, há graus variados de re-inscrição por esse sujeito, em seu discurso, daquilo que lhe fornece o interdiscurso. Assim, em suas vozes, a criança e o adolescente em situação de rua são apresentados geralmente como incômodo, como culpados por estarem “fora do lugar”, embora seja possível percebê-los, em vários momentos, como vítimas de problemas sociais da Cidade.

As regularizações e conflitos identificados nos discursos serão sempre inevitáveis, pois a memória não é um reservatório. Por meio desta, reconhecida nos discursos sobre a família e sobre “meninos de rua”, é que temos acesso às vozes já ditas e esquecidas e que podemos refletir sobre aspectos ideológicos marcantes na sociedade, que fazem com que o discurso movimente-se para além da vontade (imaginária) individual.

Existe uma relação necessária entre o discurso e o lugar do qual (para o qual) ele é enunciado. Neste estudo, devemos lembrar que os sentidos e os sujeitos são produzidos no espaço urbano. Neste, o discurso tem uma memória, as relações significam o urbano de maneira peculiar. Embora os olhares dos sociólogos, urbanistas, dentre outros profissionais nos interessem, interessamo-nos, especialmente, pelo jogo de interpretação e seus efeitos, que significam de maneira peculiar tudo o que não está na ordem prevista para o urbano. É neste contexto que os “meninos de rua” são excluídos e silenciados, bem como suas famílias, que certamente não se comportam e não vivem dentro de um padrão de vida previsto para este espaço.

Tentaremos apreender esses efeitos de sentido nos discursos a seguir analisados. Antes, porém, vamos refletir sobre os sentidos do espaço urbano, para que possamos trabalhar, nos discursos, a questão da alteridade, do Outro na linguagem e como a posição do sujeito funciona sob o efeito do apagamento desta alteridade, do Outro (historicidade, interdiscurso) em suas vozes e silêncios.

2.1 *Discursos sobre o urbano*

Quem são os “meninos de rua”? Por que se direciona esta categoria quase sempre para meninos e não para meninas? Por que se cristalizou essa expressão como se crianças e adolescentes que vivem experiências de morar ou passar a maior parte do tempo nesse espaço são ‘de rua’?

Buscar responder a tais questões é pensar os discursos – construídos sobre meninos e meninas que se encontram nas ruas – em sua materialidade, é questionar a evidência de sentidos e identidades, para esses sujeitos e espaços, que silenciam outros sentidos e identidades.

Diante da complexidade dessa problemática apresentada, várias abordagens podem / devem ser feitas para a sua melhor compreensão. Tais abordagens surgem da posição crítica e reflexiva do analista perante o seu objeto de pesquisa. Uma questão que já vem sendo apontada é a seguinte: por que crianças e adolescentes de rua são silenciados? Mais: por que temos apenas discursos ‘sobre’ eles, ‘para’ eles e não deles próprios? Mais ainda: por que a sociedade também os silencia quando, deixando de viver nas ruas, passam a viver outras experiências? Sabemos que estas podem ser muitas, desde a criminalidade, como única forma encontrada para sobrevivência, diante da exclusão, até a possibilidade de levar uma vida ‘normal’, de acordo com os códigos sociais vigentes, trabalhando, constituindo família, freqüentando igrejas etc.

Para compreendermos esses silêncios, bem como os dizeres ‘dos’ e ‘sobre’ “meninos de rua”, no nosso caso de “(ex-) meninos de rua”, consideramos imprescindível refletir sobre discursos construídos sobre a cidade, espaço discursivo, político e simbólico, no qual tudo o que não se encaixa na ordem do discurso urbano é excluído, silenciado.

Muitos acreditam que o estudo do espaço compete à Geometria, à Matemática, pois a sua compreensão é abstrata e depende de cálculos, de medidas. No entanto, interessa-nos o espaço em que se materializam gestos de interpretação específicos, isto é, o espaço urbano simbólico, em que se articulam língua e história para produzir sentidos. E qual a relação dos “meninos de rua” com a produção de sentidos?

Entendemos que há diferentes movimentos do discurso no espaço urbano, vale dizer, os sentidos deslizam e são múltiplos a respeito de cada elemento que

compõe o real da cidade: a economia, a política, a casa, a rua etc. Partindo das diferentes condições de produção, os sujeitos filiam-se a diferentes formações discursivas. Quer dizer, no movimento entre paráfrase e polissemia, a rua ganha várias dimensões, múltiplos sentidos.

Apesar disso, o que encontramos no cenário urbano, de acordo com Orlandi, é uma constante homogeneização do sentido da cidade e do cidadão, por meio da qual as contradições estruturantes da vida social são silenciadas. Nesse processo regido pelo apagamento das diferenças, em que prevalece o consenso – que certamente é imaginário – as “relações sociais que correspondem, para nós, a relações de sentido ficam, nessas condições, sobredeterminadas pelo urbano.”⁹⁰

O desenvolvimento urbano geralmente traz a idéia de crescimento econômico para a cidade, de oportunidades, dentre outras vantagens, para o sujeito que faz parte desse imaginário urbano, que comunga das idéias desses espaços planejados e organizados. Em consequência de tal organização, os

elementos do sentido público ‘social’ são saturados pelo imaginário urbano concebido como já significado, impedindo a cidade de se significar em seus não sentidos (...). Não há o possível, a falha, espaços de equívoco: tudo se faz de antemão, definitivamente projetado em um espaço fechado.⁹¹

Neste espaço ‘organizado’, há algo que ‘desorganiza’, que ‘desestabiliza’. É o Outro, que já nos chega como estranho, como inimigo. E assim é mantido um sentido do Outro pelo senso-comum que, como nos aponta Orlandi, é o efeito do pré-construído, cuja origem já está apagada e rege o consenso, a opinião pública, sustentando estereótipos e preconceitos.

E não é de se estranhar que, para manter um sentido – um consenso – sobre o urbano, seja necessário um forte controle, administração, normatização. Vários aspectos nos apontam para esta forma de reger o social. Desde a existência do governo municipal, do comércio e suas associações, da polícia e de várias outras instituições que tratam do cidadão e de seus direitos e deveres. Aqueles que desestabilizam essa proposta e que ocupam lugares proibidos e constroem outros sentidos, para si e para a rua, são um perigo. Logo, são excluídos e silenciados.

⁹⁰ ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes. 2ª ed. 2005, p. 189.

⁹¹ *Idem.*, p. 189.

O processo de silenciamento vai além de calar os sujeitos excluídos, de não levar em conta os seus dizeres. Trata-se, também, de retirá-los dos espaços, nos quais não estão previstos, projetados. Não fazem parte da ordem do discurso aquelas presenças. Neste sentido, descontando-se o aspecto espaço-temporal, (Uberlândia, 1900 – 1960 / Santo Antônio de Jesus, 1990), é enriquecedor lembrar o trabalho de Maria Clara Thomaz Machado sobre a pobreza de Uberlândia, que passa “uma imagem de cidade tranqüila, sem violência, limpa”.⁹²

Há um questionamento inicial no referido trabalho sobre a ausência de pessoas pobres no espaço urbano desta cidade mineira. Trata-se da ausência de conflitos sociais ou de uma pobreza bem administrada? Para abordar a questão, a autora parte da análise do discurso burguês (expresso em vários jornais de Uberlândia, referentes ao período de 1900 a 1960) sobre a ordem e o progresso, sendo este “forjado sob a imagem de uma sociedade ordeira, laboriosa e passiva, moralizada de ponta a ponta pelo ideário burguês.”⁹³

O que percebemos é que o discurso de moralização e exclusão identificado na pesquisa citada é, embora respeitadas as especificidades de cada tempo e lugar, produzido e reproduzido nos espaços urbanos de maneira geral, nos quais o “jogo, o meretrício, os menores infratores da lei, a vagabundagem, a mendicância são apontados como o cancro que corrói as vísceras da sociedade.”⁹⁴ Portanto, se a pobreza é vista como vadiagem, preguiça e violência, este problema é resolvido, vale dizer, por sua exclusão do espaço urbano de várias formas: pela repressão policial, pela expulsão para o lugar de origem, pelo abrigamento, dentre outras formas, as quais temos percebido, seja por meio das leituras realizadas ou pelo conhecimento dessas práticas no espaço onde desenvolvemos a pesquisa, Santo Antônio de Jesus, BA, cuja preocupação ainda é a manutenção do espaço urbano e sua ordem, seu discurso, sua representação simbólica.

É interessante observarmos que existem alguns estudos que tentam apreender os sentidos sobre crianças e adolescentes que vivem ou passam parte de seu tempo na rua. Assim, contrariamente ao que estamos abordando, esses sujeitos não são silenciados? Questionamos as definições que são apresentadas sobre “meninos de rua”. Será que são suficientes para apreender a multiplicidade dos

⁹² MACHADO, Maria Clara Thomaz. *Op. cit.*

⁹³ *Idem*, p. 103.

⁹⁴ *Idem*, p. 105.

sentidos e identidades dos diversos sujeitos? Dialogamos com Neiva-Silva & Koller, que afirmam que

definir crianças e adolescentes como pertencentes a grupos estáticos como meninos de rua é uma temeridade, pois a complexidade e a diversidade da rua produzem uma dinâmica bastante particular às vidas das pessoas que dela se utilizam.⁹⁵

Mas não é apenas isto. As múltiplas trajetórias de vida, antes de ir para a rua, influenciam no modo de ser, na formação das identidades das crianças e adolescentes que vão para as ruas.

O grande risco, a nosso ver, da categoria “meninos de rua” é tentar enquadrar os sujeitos que vivenciam a realidade até então descrita em uma única identidade, em um padrão, que, como temos percebido, é o “marginal”, o “bandido”, o “trombadinha”, o “pivete”. Dessa forma, utilizamos a categoria “meninos de rua” conscientes da opacidade dessas palavras, que trazem uma memória sobre crianças e adolescentes pobres, que reforçam a exclusão, a discriminação.

Ressaltamos que, em alguns momentos, utilizamos outras denominações, como “crianças e adolescentes em situação de rua”, expressão sugerida por Neiva-Silva & Koller. A preocupação em utilizar as terminologias crianças e adolescentes está em mostrar que aqueles que estão nas ruas são crianças e adolescentes, que não são uma parcela diferente, que já nasce com outro nome. São “meninos de rua” porque uma parcela da sociedade assim os definiu. Aí se encontra o esquecimento, já que retomamos esta memória como se o sentido estivesse nas palavras. Apagamos a origem da construção histórica desses sentidos e os neutralizamos.

Ataide⁹⁶ apresenta uma classificação para os “meninos de rua” que tenta dar conta das múltiplas experiências e características desses sujeitos. Na pesquisa que realizou com 121 crianças e adolescentes de Salvador, a autora identificou quatro grandes grupos de meninos vivendo nas ruas: 1º grupo: meninos trabalhadores na rua em contato permanente com a família; 2º grupo: meninos trabalhadores de rua com contatos ocasionais com a família; 3º grupo: meninos trabalhadores evadidos

⁹⁵ NEIVA-SILVA, Lucas & KOLLER, Silvia Helena. “Adolescentes em situação de rua”. in KOLLER, S. H. (Org) **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e referências críticas. RJ: Conselho federal de Psicologia, 2002, p. 112.

⁹⁶ ATAIDE, *Op. cit.*

de casa, com perda de referenciais familiares; 4º grupo: meninos infratores afastados da família e sem referencias familiares.

Embora reconheçamos que seja uma tarefa complexa definir os grupos a que pertencem os protagonistas das mais diversas histórias vivenciadas nas ruas, já que as definições não dão conta da totalidade das experiências, consideramos o trabalho da pesquisadora bastante relevante, visto que as classificações dos “meninos de rua” não são aleatórias. Alguns aspectos merecem ser destacados.

Nos grupos apresentados pela autora, há os meninos de rua e meninos na rua. A mudança na preposição indica que há as crianças e adolescentes que se encontram permanentemente na rua e há os que ficam neste espaço apenas temporariamente. O trabalho é um eixo importante identificador das formas de vidas desses sujeitos, pois a rua é, segundo a autora, espaço de trabalho, seja para sobreviver em casa, com a família, ou fora dela.

Um outro eixo fundamental identificado na referida pesquisa é a família. Notamos que, quanto mais se afastam da família, mais complexas são as experiências e as realidades dos “meninos de rua”. Assim, Ataíde identificou variações na relação com a família, desde o contato permanente, ocasional, meninos com perda de referenciais familiares e meninos sem referenciais.

A fim de exemplificarmos a complexidade a que nos referimos, citamos que, para os últimos, em vez de trabalhadores, como os demais, os meninos são identificados como infratores. Se para aqueles que estão ou estiveram próximos da família há uma ênfase no aspecto do trabalho, para aqueles que nunca tiveram convívio familiar a abordagem recai sobre as experiências de ato infracional, que levam o adolescente a praticar – e ser vítima – de violência, a ser internado em centros de ressocialização, dentre outras conseqüências.

Neiva-Silva e Koller afirmam que a vinculação com a família não pode ser entendida como critério estático de identificação de um adolescente de rua. Mas, conforme pudemos notar no trabalho de Ataíde, a relação com a família está diretamente relacionada à existência de “meninos e meninas nas ruas”, a forma como nelas vivem ou passam parte do seu tempo e a maneira como eles são significados pela sociedade e por eles mesmos. Ressaltamos que esta abordagem não é desenvolvida neste trabalho apenas em virtude da importância da família que nos é apontada por diversos autores. Analisando os discursos sobre a rua notamos

que os sujeitos, ao significarem a rua, significam de maneira particular a relação das vivências nesta, relacionando-as com as experiências na família.

Analisar esses sentidos não é tarefa simples. Já sabemos que as palavras não são transparentes. Mas é justamente pelas análises que deveremos reconhecer a opacidade da língua, a possibilidade de outros sentidos, da articulação língua e história. Perceber, dentre outros aspectos, que o sentido pode ser outro, que todo sujeito é assujeitado e, mais ainda, que ninguém é silenciado aleatoriamente, pode ser um bom caminho para compreendermos o discurso dos sujeitos que ocupam os espaços urbanos.

2.2 Memórias sobre a família: uma análise

Apesar das últimas transformações sócio-econômicas ocorridas no País, a classe trabalhadora continua submetida a mecanismos de super-exploração, causadores do empobrecimento crescente de extensos contingentes da população urbana e rural. Esta, ao intensificar seu movimento em busca das cidades, passou a ampliar os bolsões de pobreza ali estabelecidos, concorrendo para um maior crescimento de uma classe já existente de miseráveis e marginalizados.⁹⁷

Conforme aponta Oliveira⁹⁸, esse quadro reflete diretamente na estrutura das famílias, que, sem condições de manter os filhos, os colocam em lares adotivos, os deixam à própria sorte, ou os enviam à rua para exercer atividades remuneradas. Partindo da análise da socióloga, portanto, são as necessidades familiares que, em grande parte, delimitarão a idade em que as crianças saem para as ruas, as atividades que elas irão desenvolver, a duração da sua jornada de trabalho, bem como o seu distanciamento físico do espaço doméstico.

O conhecimento sobre a situação das famílias dos “(ex-) meninos de rua” é crucial para entendermos a realidade dessa população. No entanto, para realizarmos este estudo, não pesquisamos dados quantitativos, como renda mensal, locais onde costumam morar, número de pessoas por família, dentre outros aspectos.

⁹⁷ Esta questão é abordada, dentre outros autores, por Campos, a qual é da área de Psicologia Jurídica. (CAMPOS, Ângela V. D. S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.)

⁹⁸ Oliveira, Cleide de Fátima G. **Se essa rua fosse minha**: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife. Recife, UNICEF, 1989.

Queremos compreender quais as posições ideológicas colocadas em jogo para que seja construído um sentido sobre família nos discursos sobre a rua. E, para tanto, analisaremos as formações discursivas, que materializam tais embates ideológicos, para que nos façam ir além da transparente neutralidade dos discursos que apontam as famílias como responsáveis pela existência dos “meninos de rua”.

Segundo Ribeiro⁹⁹, até o início da década de 1980, as crianças e jovens, até então vistos nas ruas dos grandes centros urbanos, eram designados como “menores abandonados”, “carentes”, de “comportamentos divergentes ou condutas anti-sociais” e, finalmente, de “menores infratores”. E estas expressões estavam usualmente associadas à imagem de crianças e adolescentes pobres que habitavam as ruas, uma vez que não mantinham nenhum vínculo familiar, pois provinham de “lares desfeitos”, “desorganizados e “desestruturados”.

É só a partir de 1980, quando houve uma série de pesquisas sobre a criança de rua ou o “menino de rua”, que começa a ser desmistificada a imagem, que até então predominava, da ruptura dos laços familiares como única e maior causa do ingresso de crianças e adolescentes nas ruas. Tais pesquisas demonstraram que a maior parte destas crianças tinha família e vivia com os pais, sendo bem inferior o número das que residiam nas ruas, sem manter vínculos familiares ou os mantendo de forma irregular.

Mas, se os estudos acadêmicos demonstram que a família não é a grande vilã ou, pelo menos, a única responsável pela realidade vivida pelos “meninos de rua” da forma como este sentido é difundido no senso comum, isso não é o suficiente para que esta memória seja desconstruída repentinamente. Isso é o que identificamos nos discursos que seguem.

No trecho a seguir, retirado da entrevista com Roberto, notamos a atuação de uma ideologia que aponta a família como responsável pela ida para a rua. Isto é, o Estado e a sociedade não têm participação na construção dos direitos, tampouco são responsáveis pelos problemas existentes.

Minha mãe varria rua. Vinha, vinha varrer aqui o jardim e me trazia para eu vim. Eu ficava na porta da padaria de Didi pedindo, ai depois eu comecei aos 13 anos, me revoltei e comecei a dormir na rua, dormi na rua até os 18.

⁹⁹ RIBEIRO. *Op. cit.*

Como verificamos, apesar de haver inicialmente um silenciamento sobre as causas de revolta citada no texto, é possível notarmos que é por causa da família que houve a aproximação com a rua. O sujeito deste discurso inscreve-se em uma formação discursiva que dá o sentido de família, um sentido negativo, o qual é mais bem explicitado no próximo trecho.

Eu não tinha carinho dentro de casa. Era essencial eu ter carinho, eu não tinha. Mainha vinha trabalhar, quando voltava sentava na porta da venda, bebia, bebia, bebia, dava 10 horas descia prá casa. Que carinho um menino de 13 anos tinha, que só morava com a mãe? Nenhum.¹⁰⁰

Como já foi citado, o dizer não é produzido aleatoriamente. Analisando discursivamente o trecho, identificamos o efeito da ideologia na produção da evidência do sentido de família e, mais ainda, do sentido negativo de família que não possui o modelo de família nuclear (composta por pai, mãe e filhos), que ainda é socialmente mais valorizado, embora não corresponda à realidade de todas as famílias.

Como nos informa Orlandi, o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história¹⁰¹. Dessa forma, analisamos o trecho da entrevista citada a seguir (que explica a ida para a rua), em há o efeito da determinação do interdiscurso, que remete o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória, o que nos permite identificá-lo em sua historicidade.

Ah, é vontade própria e também a família afastada, pais separados. Ai, aquele negócio né, pai afastado, então eu pensava, pô, o pessoal liga mais para trabalho do que pra mim, ai eu procurava outras coisas na rua prá ocupar aquele tempo. Porque ficava sozinho em casa.¹⁰²

Percebemos nos discursos apresentados a retomada da idéia de família que surge e se desenvolve a partir do século XVI – que tinha a função primordial no governo de seus filhos –, a qual abordamos no primeiro capítulo. A estratégia

¹⁰⁰ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹⁰¹ ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000, p. 47.

¹⁰² Sílvio. Entrevista citada.

discursiva utilizada para justificar a ida para a rua filia-se à formação discursiva cujo sentido reside na falta de amor, de carinho, de atenção por parte dos familiares.

Em Santo Antônio de Jesus e na sociedade de maneira geral, fala-se constantemente na importância da família para o cidadão. Nas rádios, nas escolas, nas palestras realizadas pelo CT¹⁰³, na televisão, na proposta de ressocialização dos abrigos, dentre outros, além do próprio ECA, há um sentido convencional de família que é responsável pelo desenvolvimento da criança e do adolescente e que é a culpada pelos problemas envolvendo seus filhos.

O ECA, em seu artigo 4º, prevê o seguinte:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Neste artigo, que retoma o artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988¹⁰⁴, a família aparece como a principal responsável pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Esta memória atualiza-se também no trecho a seguir:

Antes de eu conhecer o Sítio eu morava em Gandu, morava com minha avó. Não conhecia meu pai. Minha avó morreu, eu morava com minha avó e meu tio. Minha vó morreu eu fiquei sozinho em Gandu, não tinha documento, não tinha nada. Vim conhecer meu pai, conheci meu pai, era prá voltar prá Gandu de novo, não voltei, ai meu pai bebia muito em casa, tinha também uma madrasta que não ia muito com minha cara ai eu não gostava de ficar em casa não.¹⁰⁵

Como temos notado, não foi apenas em um discurso que houve uma representação de família como causadora da ida para a rua. Essa é mais uma razão para questionarmos a aparente neutralidade das palavras e dos sentidos. Não queremos aqui afirmar que a identificação do sujeito com a formação discursiva é feita de uma maneira linear, pois há falhas, brechas, desvios, fazendo surgir graus

¹⁰³ No ano de 2005, o Conselho Tutelar de Santo Antônio de Jesus realizou um ciclo de palestras nas escolas públicas estaduais e municipais, abordando vários temas, como educação, família, drogas etc. Fonte: Plano de Ação e relatório das ações do Conselho Tutelar, do ano de 2005.

¹⁰⁴ BRASIL.. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

¹⁰⁵ Bruno. Entrevista citada.

muito variados de (re-)inscrição, por esse sujeito, em seu discurso, daquilo que lhe fornece o interdiscurso.

Neste discurso, o sentido de família é heterogêneo, pois podemos perceber que há direcionamentos de sentidos diferentes. Embora haja um silenciamento sobre a família sob responsabilidade da avó, parece haver mais harmonia neste momento, quando este modelo de família foi capaz de impedir a ida da criança para a rua. O sentido negativo de família, que motivou a procura da rua, é relacionado ao convívio com o pai e com a madrasta e, conseqüentemente, com os conflitos, sentimento de rejeição, alcoolismo etc.

Se fizéssemos aqui uma análise sociológica das questões apontadas no trecho anterior, poderíamos fazer uma descrição dos problemas vivenciados nas famílias que, certamente, acabam gerando muitos “meninos de rua.” No entanto, interessa-nos as reflexões sobre a língua que nos colocam em um lugar onde a literalidade dos sentidos e a transparência do dizer não têm mais espaço.

Sendo assim, é produtivo lembrarmos que não é recente a idéia de que as famílias, mesmo as que vivem graves problemas sociais, são responsáveis pela existência dos “meninos de rua”. No século XIX, os juristas, ao analisarem a situação dos “menores abandonados”, apontavam “a decomposição da família” e a “dissolução do poder paterno”, como os problemas causadores da existência de crianças e adolescentes nas ruas. Havia a justificativa de que

são os pais de família, que cedendo aos vícios (álcool, jogo, vadiagem), não exercem sua autoridade e acabam corrompendo os filhos, são as mulheres, que aceitando as propostas indecorosas dos homens e trazendo ao mundo filho sem pai, estão minando as bases que garantem ‘a ordem moral da sociedade’.¹⁰⁶

Buscando compreender as características desse processo de contar histórias, de narrar a própria vida, procuramos a narração que Esmeralda, uma “(ex-) menina de rua” de São Paulo, faz de suas experiências como “menina de rua”, especialmente para identificarmos como este texto materializa o discurso sobre família. Selecionamos o trecho sobre uma das audiências de encaminhamento para a FEBEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, em que é dito o seguinte: “Ele (o juiz) disse que minha mãe era uma irresponsável, que ela me espancava, por

¹⁰⁶ LONDOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito Menor”. in Priore, Mary del. (Org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 135. Londoño é historiador.

causa dela que eu estava na rua, por causa dela eu estava fumando pedra. Ele acabou com a minha mãe. Ela só chorava, quieta.”¹⁰⁷

Neste discurso há a presença da ideologia de que família, neste caso representada pela figura materna, é a responsável pelos problemas dos “meninos de rua”, já que não conseguiu “frear os impulsos negativos do homem.”¹⁰⁸ Mais adiante, há a seguinte afirmação: “Eu justificava todo meu fracasso na pessoa dela, tudo estava depositado nela. Eu pensava: ‘faço isso porque minha mãe bebe, porque ela me botou na rua.’”¹⁰⁹

Essa estratégia discursiva, da família como justificativa dos problemas e da ida para a rua, também ocorre com os sujeitos dos discursos aqui analisados, embora isso nem sempre seja um processo consciente. O certo é que no processo de construção do mesmo e do diferente, o mesmo ocorre pela repetição do sentido da família como responsável, como a explicação pela vida de crianças na rua. O diferente ocorre pelo deslizamento necessário do sentido, pela especificidade das condições de produção de cada discurso, pelo movimento dos sentidos necessários para que o discurso seja produzido.

Durante a segunda entrevista realizada com Roberto, observamos elementos lingüísticos que nos apontam para questões essenciais do discurso: “Aos treze anos de idade *como lhe falei* minha mãe era alcoólatra e eu fui pra rua, me prostitui, usei drogas, passei por humilhações...”¹¹⁰ (grifo nosso). O sujeito do discurso enfatiza a idéia de família expressa no texto da primeira entrevista. No discurso em que são reforçados sentidos anteriormente expressos, identificamos o efeito de evidência do sentido e do sujeito.

A evidência do sentido ocorre pela forma como a causa da ida para a rua é expressa com um sentido “transparente”. Esta evidência apaga o “caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante.”¹¹¹ Já a evidência do sujeito apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela

¹⁰⁷ ORTIZ, Esmeralda do Carmo. **Esmeralda, por que não dancei**. Coordenação do projeto: Gilberto Dimenstein. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 112.

¹⁰⁸ LONDOÑO, *Op. cit.*, p. 136.

¹⁰⁹ ORTIZ. *Op. cit.*, p. 114.

¹¹⁰ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

¹¹¹ ORLANDI. *Op. cit.*, p. 46.

ideologia. É dessa forma que o discurso é (re-)produzido, em um processo em que o sujeito do discurso não é a origem do dizer.

Como estudar o discurso não é pensar apenas o linguageiro¹¹², pensamos a fala de Sara como sujeito imerso na sociedade e na história. Desta forma, encontramos diversos elementos que tornam o discurso bastante complexo, como a relação com a família biológica e com a família em que fora criada (que é silenciada, havendo apenas um breve comentário), a relação com seus filhos e com os pais destes.

Notamos que, diferente dos discursos anteriormente analisados, no trecho a seguir, há um discurso que apresenta a família com um olhar ainda mais distante. Assim, se o sujeito significa a relação familiar pela ausência total de vínculos, esta representação também é sustentada pela memória discursiva, cujos sentidos deslizam, (re)produzem-se por outras condições de produção.

Na infância? Na infância, sei lá, eu não morei com ninguém não. Eu fiquei abandonada pela minha família, eu fiquei abandonada. Não morei com ninguém não. [...] me jogaram pra rua, não me quiseram mais dentro de casa, foi isso.¹¹³

Parece óbvio entendermos essa construção discursiva, pois, se não mora em casa desde pequena, o sujeito refere-se a uma infância em que houve abandono por sua família. No entanto, é necessário reafirmar que as palavras não têm sentido vinculados à sua literalidade, não têm um sentido próprio.

Dessa forma, o que aparece aqui não é a falta de carinho, que é utilizada nos demais discursos como argumento. A família aparece como uma constante ausência: “eu não morei com ninguém não” e como autora de uma violência que gera conseqüências até hoje: “Até hoje eu vivo assim, eu vivo assim na casa dos outros, vivo assim me batendo na casa dos outros [...], as pessoas me batendo.”¹¹⁴

¹¹² ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 2ª ed. 2005.

¹¹³ Sara. Entrevista citada.

¹¹⁴ *Idem*.

No Brasil, desde o período da colonização, “o costume de criar um filho alheio nas famílias foi amplamente difundido, aceito e valorizado.”¹¹⁵ Embora acreditemos que as crianças criadas em casas de famílias tinham melhores condições de sobrevivência do que nas instituições, é necessário abordarmos de que forma essa prática de criar uma criança era realizada. Na verdade, “criar um exposto poderia trazer vantagens econômicas”, visto que, segundo Marcílio, o criador teria “mão-de-obra suplementar e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento.”¹¹⁶

Esta prática de criação, embora combatida pelo ECA, ainda é comum no Brasil. Questionamos, portanto, a existência dos “laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento” apontados por Marcílio. O sujeito a que nos referimos anteriormente, que significa a família pela ausência de laços, também significa a “família de criação” de maneira distante, sem vínculos, sem os sentimentos comumente apontados como presentes numa relação familiar.

Eu cheguei morar na casa de R, a senhora sabe quem é R? Eu fui criada lá, na casa de R, tá entendendo? Eu fui criada lá, trabalhei lá um bucado de tempo pra ele, entendeu, prá mulher dele e ele, só isso.¹¹⁷

Neste discurso, a “família de criação” aparece apenas como oportunidade de um local de trabalho. Dessa forma, seu sentido não coincide com os novos conceitos apresentados por Villela¹¹⁸, de que a família, na segunda metade do século XX, liberta-se das amarras biológicas, transpondo-se para uma relação caracterizada pelo afeto, proteção e promoção de seus membros.

Os sentidos de família experimentados são (re-)produzidos para as novas gerações. Podemos confirmar esta informação no trecho: “O segundo filho? Tá na Urbis III, um pessoal criou.”¹¹⁹. Não é nossa intenção observarmos como esse mundo funciona. Essa é tarefa para outro tipo de trabalho. Na AD, interessa-nos como, ao dizer, o sujeito se significa e significa o mundo. Assim, notamos que o

¹¹⁵ MARCÍLIO. *Op. cit.*, p. 137.

¹¹⁶ *Idem*, p. 137.

¹¹⁷ Sara. Entrevista citada.

¹¹⁸ VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da paternidade**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, n 21, 1979.

¹¹⁹ Sara. Entrevista citada.

mundo caracterizado pela ausência de relações familiares e de proteção, seja da família biológica ou não, vai tornando-se natural, “transparente”, que leva o sujeito a assumir uma posição de conformismo. Assim é o mundo. Por isso, o sujeito, mesmo em condições de produção complexas, que podem levá-lo a graus variados de (re-)inscrição em seu discurso, apresenta um dizer que serve para a ilusão do sujeito.

Chegava e ficava na casa dos outros, assim, ficava abandonada. Um dia chegava na casa de um, pedia uma dormida, no outro dia ia pra rua, porque botava prá fora, foi assim minha vida, eu nunca tive paradeiro, eu nunca tive destino certo prá eu morar com meus filhos, nem nada.¹²⁰

Não dizer significa não saber. Então, no desejo de completude, o sujeito diz, significa as relações experimentadas. Mas é percorrendo o senso comum que os discursos podem dizer outra coisa. O sentido de nunca ter tido “paradeiro” pode silenciar outros sentidos, o sentido de omissão da própria família, do Estado, da sociedade, já que, onde chegava, as pessoas a colocavam “prá fora”.

A maneira como este sujeito significa o mundo e as relações nele estabelecidas podem ser explicadas, dentre outras razões, por não haver, como nos outros discursos, significado para as vivências em instituições. No caso destas vivências, cujos sentidos e posições discursivas nos fazem conhecer a identidade dos sujeitos, há atualização dos sentidos da família?

Nesse trecho, de explicação sobre o lado bom da rua, é dito o seguinte:

O lado bom da rua é que se não fosse aqui agora eu nem sei o que seria de mim, poderia tá morto ou um bandido, eu agradeço muito isso aqui, se não fosse isso aqui agora eu não sei o que seria de mim.”¹²¹

O “aqui” referido no texto é a instituição, que significa de maneira positiva o sujeito e a experiência na rua. Neste trecho, podemos afirmar que aflora o real contraditório: incompleto, lugar de tensão entre o mesmo e o diferente.¹²² E qual será então o real contraditório? A posição assumida pelo sujeito do discurso nos lava a elaborar o seguinte questionamento: a rua, neste discurso, adquire uma função positiva por ter ocorrido, nela, o encontro com instituições? Estas passaram a

¹²⁰ Sara. Entrevista citada.

¹²¹ Bruno. Entrevista citada.

¹²² ORLANDI. *Op. cit.*

fazer o papel da família? O sujeito identifica a rua como necessária à manutenção da vida?

Na tentativa de buscarmos possíveis respostas a estes questionamentos, procuramos, nas entrevistas, discursos que apresentassem um sentido semelhante. Assim, selecionamos o seguinte trecho: “Lembro o apoio que o CT me deu. É muito importante prá minha vida. Eu poderia estar morto, poderia estar aleijado, poderia ser um andarilho da rua, andar por cidades e o Conselho me abraçou.”¹²³

É curioso observarmos que em ambos os discursos, é apontado como positivo apenas o apoio do Conselho Tutelar e das instituições, que exercem a função de evitar o convívio na rua. Em outras palavras, o discurso se filia a uma rede de memória que significa que o bom de ter estado na rua é o fato de hoje estarem fora dela. Neste sentido, as instituições e o Conselho Tutelar são significados de maneira específica, pois cumprem os papéis que normalmente são realizados pela família: proteger, evitar o convívio na rua, dentre outros. E esse processo discursivo é construído, pelo efeito ideológico, com a impressão de um sentido literal, havendo a ação da memória – e do esquecimento.

Não há dizer que se faça fora da história. Portanto, o amor materno reforçado em alguns discursos também deve ter seu caráter óbvio questionado, pois, embora seja tratado com aparente neutralidade e transparência, esse dizer também é sustentado por vozes já ditas e esquecidas. Vejamos este trecho:

Hoje eu se a pessoa, se a sociedade não abrir a porta prá mim, na vagabundagem eu não vou entrar, isso eu tenho certeza, não entro na vagabundagem. Porque minha mãe sofre e se minha mãe sofre eu sofro em dobro. Se eu faço minha família sofrer eu sofro mais ainda.¹²⁴

O sentido da relação materna influencia a tomada de posição do sujeito do discurso. Esta formação discursiva que permite a expressão destes sentidos sobre o papel materno reflete a ideologia do amor de mãe como elemento que foi se constituindo como fundamental na sociedade. Este papel é estendido também a outra figura feminina, a avó.

¹²³ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

¹²⁴ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

O único carinho que eu tinha era quando eu via minha avó que graças a Deus me deu muito carinho. Ela faleceu. Fez muita falta minha avó, foi a pessoa que eu mais amei na minha vida, foi minha avó e por isso eu me revoltei e vim dormir na rua.¹²⁵

Antes de eu conhecer o Sítio eu morava em Gandu, morava com minha avó. Não conhecia meu pai. Minha avó morreu, eu morava com minha avó e meu tio. Minha vó morreu eu fiquei sozinho em Gandu, não tinha documento, não tinha nada. Vim conhecer meu pai, conheci meu pai, era prá voltar prá Gandu de novo, não voltei.¹²⁶

Podemos refletir sobre esta questão a partir da contribuição de Badinter¹²⁷, a qual discute o mito que gira em torno da idéia do amor materno. A filósofa, tratando da evolução científica dos laços familiares, mostra que há justificativas racionais para o comportamento das pessoas ao longo da história e que a concepção de mãe não é propriedade da mulher: ser mãe é um desejo da mulher como sujeito.

Diante dessas reflexões, compreendemos que a sociedade em geral exerce grande pressão sobre a mulher, a qual é idealizada como fonte de amor, de ternura e de dedicação aos filhos. No primeiro capítulo, já discutimos como o papel da mulher foi ganhando mais importância que o do homem nas famílias. Apesar dessa condição histórica e da não existência, segundo Badinter, de uma conduta universal e necessária da mãe, – ao contrário, há variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações – o sentido da mãe continua sendo (re-)produzido nos discursos, seja pela importância do seu amor ou pela ausência deste, o que gera conflitos visíveis pela posição dos sujeitos nos discursos, pois a falta de amor materno choca-se com a idealização do papel da mãe.

Mas, e o pai? Quais os sentidos para o papel paterno? Devido à ênfase no papel materno, geralmente os pais são silenciados em muitos discursos. Mas, como sabemos que o silêncio é a possibilidade do dizer vir a ser outro¹²⁸, e até no silêncio há um efeito ideológico, compreendemos que a relação com os pais significa de modo particular, influenciando na identidade dos sujeitos.

“Procurei o Conselho Tutelar para tirar meus documentos porque meu pai disse que eu não sou filho dele.” Durante a entrevista com Roberto, essa é a única

¹²⁵ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹²⁶ Bruno. Entrevista citada.

¹²⁷ BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

¹²⁸ ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: os movimentos dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 4ª ed. 1997.

referencia ao pai.¹²⁹ Se os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu discurso pelas formações discursivas que representam as respectivas formações ideológicas¹³⁰, pelas abordagens que já fizemos podemos compreender qual é a ideologia dominante que determina o papel do pai na sociedade: é comum, nas relações familiares, não haver a presença do pai.

No trecho a seguir, o sujeito inscreve-se em uma formação discursiva que aponta como positivo o papel exercido pela avó – nesse caso substituindo o amor materno. Sendo assim, o discurso expressa a idéia de que a avó, enquanto família, cumpriu o seu papel, não sendo a responsável pelas experiências vividas.

Na verdade, quando eu tinha uns 8 anos eu não gostava de estudar. A minha vó me criava, me cria até hoje com minha tia, mandava eu ir pro colégio, me matriculou e tudo, mas só que eu nunca gostei de estudar, tá entendendo. Depois veio aquela coisa na minha cabeça. Eu não vou conseguir ficar em casa, aí eu pegava e ia pra rua, com os meninos.¹³¹

Se analisarmos a relação de paráfrase presente neste discurso, podemos identificar dizeres já ditos e esquecidos, que tratam os “meninos de rua” como aqueles que vão para as ruas para causar incômodo, como aqueles que merecem correção, pois não deveriam estar na rua. Deveriam estar trabalhando, fazendo algo produtivo e útil para a sociedade, mas preferem “ficam na vadiagem”. Mas e o pai? Este é silenciado. Por que é comum que os filhos, principalmente de famílias pobres e numerosas, sequer saibam quem é o pai.

Em alguns discursos, os sujeitos caracterizam – simbolicamente – a rua, atualizando sentidos comumente direcionados para a casa e para o núcleo familiar. A rua é também o espaço de busca dos sentidos da família?

Era assim normal, a gente era uma família, às vezes tinha 5 meninos, às vezes tinha 22 meninos, às vezes só tinha daqui de Santo Antônio, às vezes tinha um monte de fora, era assim normal. Todo mundo respeitando todo mundo. Era uma família mesmo... só não podia mexer com nenhum, se mexesse com um era mexer numa casa de marimbondo, juntava todo mundo em cima, assim normal.¹³²

¹²⁹ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹³⁰ PÉCHEUX. *Op. cit.*

¹³¹ Julio. Entrevista citada.

¹³² Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

Neste texto, há a memória discursiva de família enquanto grupo coeso, harmonioso e no qual predominam o respeito e o cuidado. E essas características são direcionadas aos amigos da rua, que adquirem o nome de “família”. Se procurarmos romper os efeitos de evidência do discurso materializado no texto anterior, vemos que a idéia de família que o sujeito expressa não coincide com o real vivido pelas famílias dos “meninos de rua”, tampouco é vivido nas ruas.

Embora saibamos que existe uma solidariedade entre as pessoas que se encontram na rua, não é esse real que nos interessa. Atentamos para a discursividade do texto citado, como o sujeito está posto, como significa o mundo e a si, sustentados em outros dizeres. E nesses dizeres há um desejo de completude que, dentre outras estratégias, constrói uma visão idealizada de família.

2.3 Quem é o “menino de rua”? interdiscursos

Há uma complexidade nos relatos acerca da memória sobre a rua. Durante as entrevistas, realizamos questionamentos sobre as experiências vivenciadas nas ruas de Santo Antônio de Jesus, no período da infância e adolescência, as dificuldades, o convívio com os amigos, com as pessoas que passavam nas ruas, com a polícia, dentre outros aspectos. No entanto, os sujeitos, geralmente, assumiram posições discursivas pelas quais insistiam em silenciar as memórias, buscando salientar sentidos e identidades relacionados às condições atuais de produção. Esse aspecto nos oferece pistas para compreendermos de que forma a vida na rua é caracterizada no discurso dos “(ex-) meninos de rua”. Os silêncios também nos apontam para os sentidos direcionados aos “meninos de rua”, que aqui serão analisados devidamente.

Na entrevistada realizada com Bruno, após o questionamento sobre as experiências da infância, houve o seguinte relato:

Eu não gostava de ficar em casa não. Conheci uns amigos lá na rua, fazia tudo na rua, quando era de noite voltava, outro dia de novo a mesma coisa, até que eu conheci Lêda, que foi uma

coordenadora do Sítio, ai ela perguntou se eu queria vim para o Sítio, eu disse que queria.¹³³

É notável o resumo inicial para as vivências da rua diante do primeiro questionamento. Conhecer amigos, fazer ‘tudo’, ir dia após dia, até ir para o abrigo. Este é o sentido construído sobre o passado. Conforme nos lembra Orlandi, a realidade se constrói nos sentidos que o sujeito pratica¹³⁴. Dessa forma, nesse jogo complexo, há uma filiação dos dizeres à memória que privilegia o cidadão, aquele que responde às expectativas da sociedade, do sentido sobre o urbano.

Resumem-se os relatos sobre a rua, porque o sentido sobre si e sobre o mundo é mais importante hoje, já que o sujeito, pensado como um “lugar” que ocupa para ser sujeito, significa positivamente a saída das ruas. É esse o sentido que o sujeito quer enfatizar, pois importa não ser mais identificado como “menino de rua”, cujos sentidos não estão isolados, estão fundados em outros, que trazem uma memória sobre essas crianças e adolescentes que estão ou já estiveram nas ruas.

Analisando os discursos, não estamos buscando a Verdade, mas sim verdades. Tampouco buscamos interpretar os textos, materialização dos discursos. Como nos lembra Orlandi, não há um sentido escondido em algum lugar do texto. Dessa forma, a AD trabalha a opacidade do texto e este se apresenta como unidade imaginária, cujo sentido não está nas palavras, pois vem antes, por meio da memória, de outros saberes. O texto, como manifestação material concreta do discurso, se oferece como um excelente observatório do simbólico.¹³⁵

E este aspecto simbólico, sobre a casa, sobre a rua, dentre outros, nos discursos que estamos analisando, materializados nas entrevistas de Roberto, Julio, Bruno, Sílvio e Sara, bem como no de Sérgio, não apresenta um sentido apenas. Conforme veremos, a heterogeneidade discursiva é um fator marcante nos dizeres.

Durante a entrevista, foi dito que “prá ser menino de rua tem que dormir na rua, tem que conviver na rua, 24 horas no ar na rua.”¹³⁶ Para entendermos este discurso, buscamos fundamentação no trabalho de Pêcheux, o qual nos mostra que

¹³³ Bruno. Entrevista citada.

¹³⁴ ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 2ª ed. 2005.

¹³⁵ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

¹³⁶ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo’ sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que dizem’ e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos o caráter material das palavras e dos enunciados.¹³⁷

No trecho da entrevista citada, parece haver uma resposta simples, pela evidência de que, se são “meninos de rua”, isso ocorre porque passam todo o tempo na rua. Pelo efeito ideológico, parece haver um sentido para “meninos de rua” que é dominado por todos, por uma relação imaginária entre palavra – pensamento – mundo. Mas, pelo que já foi apresentado no primeiro capítulo, sabemos que o “sentido evidente” para crianças e adolescentes que vivem na rua não é apenas aqueles que estão fora da casa. Na nossa sociedade, há um estereótipo de “meninos de rua” que está presente no discurso a seguir analisado, tornando ainda mais complexa a análise dos sentidos ou dos efeitos de sentidos produzidos pelo sujeito – que não tem controle sobre tudo o que diz, pois é atravessado pela linguagem e pela história.

O trecho a seguir, que apresenta o estereótipo de “menino de rua”, foi produzido por Roberto em um contexto sócio-histórico específico, quase um ano depois da primeira entrevista, quando foi dito que “a vida de um menino de rua é usando droga, é bagunçando, é praticando furtos, delitos, desrespeitando a sociedade.”¹³⁸

Insistimos no caso das entrevistas de Roberto e na forma como o sujeito passa a ser abordado pela ideologia, pois a segunda entrevista foi realizada em uma Delegacia, na qual o entrevistado encontrava-se preso. Este fato é marcante para a compreensão do discurso, visto que as memórias que aí entram em jogo, a maneira como a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, a filiação às formações discursivas, dentre outros aspectos, ocorrem de maneira específica, influenciados por este contexto. Voltaremos a esse texto de Roberto logo em seguida.

Mas por que os sentidos sobre “meninos de rua” são tão complexos? Por que a pessoa que está na rua é significada de maneira negativa? Sempre houve o “menino de rua”? Conforme nos lembra Orlandi¹³⁹, a memória é irrepresentável, mas

¹³⁷ PÊCHEUX. *Op. cit.*, p. 160.

¹³⁸ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

¹³⁹ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

está presente na textualização do discurso. Apesar da complexidade de trabalhá-la, da impossibilidade de apontar a origem do dizer, abordaremos como esses sentidos já ditos e esquecidos ocorrem nos discursos dos “(ex-)meninos de rua”.

Segundo Neiva-Silva & Koller¹⁴⁰, pesquisadores da área de Psicologia, o termo criança de rua (street children) foi usado pela primeira vez em 1851, pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London Labour and London Poor*, apesar de ter alcançado seu uso geral em 1979, definido como Ano da Criança pelas Nações Unidas. Antes, esta população era conhecida como “fugitiva”, “sem lar”, “abandonada”, “pivete”, “delinqüente”, “menor abandonada” e “menor infrator”. A antropóloga Gregori¹⁴¹ afirma que a expressão “meninos de rua” apareceu pela primeira vez em uma publicação no Brasil no ano de 1979, no livro de Ferreira¹⁴², difundindo-se rapidamente por toda a sociedade.

Pesquisando sobre a trajetória da criança e do adolescente em situação de rua no Brasil, identificamos que, mesmo havendo mudanças históricas e na nomenclatura, sejam eles nomeados ou não pela expressão “meninos de rua”, sempre foram difundidas no País idéias negativas sobre a população infanto-juvenil que se encontra distanciada da família, vivenciando experiências na rua. Será por esse motivo que os sujeitos do discurso a que nos referimos anteriormente insistem em silenciar as memórias?

Analisemos o trecho a seguir, que foi construído após o questionamento sobre a existência de lembranças boas sobre a rua:

Lembrança boa eu acho que não, porque na verdade na rua mesmo lembrança boa só tem porque na rua todo dia tem dinheiro. Lava carro, engraxa o sapato, fazia uma coisa, fazia outra, mas lembrança boa mesmo não tem essas lembranças boas não. Era muito difícil mesmo. Às vezes ficava seis dias com a mesma roupa, pra tomar banho a gente ia numa fonte.¹⁴³

¹⁴⁰ NEIVA-SILVA, L. & KOLLER, S. H. “A rua como contexto de desenvolvimento”. in LORDELO, E. R., CARVALHO, A. M. & KOLLER, S. H. (orgs.) **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo. Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA, 2002.

¹⁴¹ GREGORI, Maria Filomena. **Viração: Experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴² FERREIRA, Rosa Maria Fisher. **Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo, Comissão Justiça e Paz / CEDEC, 1979.

¹⁴³ Julio. Entrevista citada.

Para compreendermos a forma como os sentidos aparecem como se estivessem postos desde sempre como tais, isto é, neste caso específico, para compreendermos como a rua aparece com um sentido negativo, como uma coisa ruim para os sujeitos que nela viveram, tendo como positivo apenas a possibilidade de ganhar dinheiro, é preciso lembrarmos que isso ocorre por um efeito ideológico, em que os sujeitos, imersos na ilusão da sua unidade e no esquecimento, são determinados por elementos do interdiscurso.

Não é nosso objetivo determinar a origem destes sentidos. Contudo, podemos refletir que, embora já estivessem presentes desde o período da colonização, visto que “a ilegitimidade e o abandono de crianças têm sido de grande amplitude nas Américas católicas, do início da colonização aos nossos dias”, alguns sentidos ganham ênfase no século XIX, pois, segundo Londoño, a criança e o adolescente que se encontravam nas ruas passaram a ser motivos de preocupação no campo jurídico, além de serem vistos como “capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir”.¹⁴⁴

Convém ressaltarmos que estas crianças e adolescentes passaram a ser denominadas de “menores” pelos juristas daquele período e isto indica uma nova atitude perante a criança em geral e a criança marginalizada. Se após a independência do Brasil os juristas utilizavam os termos ‘menor’ e ‘menoridade’ como um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos, no fim do século XIX aqueles passaram a designar de “menor” as crianças e adolescentes pobres das cidades, que, estando na rua, terminavam “por se contaminar do vício” e se “transformar em criminosos que ameaçavam a cidade”.

Segundo Marcílio, a partir de então, “o tremo ‘criança’ foi empregado para o filho das famílias bem postas” e “‘menor’ tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada [...]. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem, e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.”¹⁴⁵

Desde o século XIX, a rua passa a ser vista como lugar do crime, desagregação, vícios. Por isso, passam a ser utilizados os mesmos critérios de tratamento para crianças e adolescentes que apenas se encontram na rua e para

¹⁴⁴ LONDOÑO. *Op. cit.*, p. 138.

¹⁴⁵ MARCILIO. *Op. cit.*, p. 195.

aqueles que cometem “crimes”, o que é denominado atualmente de ato infracional. Passando a ser responsabilidade do estado,

se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiará a pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação.¹⁴⁶

Dessa forma, este sentido sobre o “menor” continua presente nos discursos e nas práticas destinadas às pessoas que se encontram nas ruas. Por isso, nos discursos analisados, os sujeitos, demonstrando seguir um processo em que dá conta de um texto com início, meio e fim e imersos na ilusão da completude do texto, expressam o sentido negativo de “menino de rua”, como se o texto se fechasse, o sentido não pudesse ser outro.¹⁴⁷ Isso é visível no trecho a seguir:

...vida de menino de rua é usando droga, é bagunçando, é praticando furtos, delitos, desrespeitando a sociedade, desrespeitando a autoridade na cidade. [...] eu sou uma pessoa que não tem papas na língua, o que eu tenho que dizer eu digo e isso eu adquiri com minha passagem pela rua, pelo CAM, pelos albergues, pelas cidades onde eu passei.¹⁴⁸

Este trecho foi produzido durante a segunda entrevista de Roberto, sobre a qual já fizemos referência. Há várias memórias em jogo na produção desse discurso. Referimo-nos, especialmente, à voz da autoridade dos Delegados e Policiais. Essas vozes também influenciam o discurso e a posição do sujeito que diz que “vida de menino de rua... é desrespeitando a sociedade”.

Na entrevista com Sílvio, ao questionarmos se era bom viver na rua, foi dito o seguinte: “É, prá aquele tempo eu achava bom, né? Que era brincando na rua, perturbando, bagunçando, tomando conta de carro, era bom, né? Brigando. Achava sempre influência: aqui é certo, vá por esse caminho”.¹⁴⁹

Em todos os exemplos citados, é visível um discurso que enfatiza a idéia da rua como um lugar ruim e, especialmente, a idéia de que o sujeito, que vive ou passa parte de seu tempo neste espaço, é uma pessoa que apenas comete atos

¹⁴⁶ PASSETTI, Edson. “Crianças carentes e políticas públicas”. in PRIORE, Mary del. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 357.

¹⁴⁷ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

¹⁴⁸ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

¹⁴⁹ Depoimento de Sílvio. Entrevista citada.

ilícitos, prejudica a sociedade, mantêm uma postura errada, não está de acordo com os preceitos vigentes.

Observamos que Sílvio, ao dizer “prá aquele tempo achava bom” viver na rua, isto é, que enquanto era um “menino de rua” gostava de lá viver, silencia, mas deixa clara a sua opção hoje: considera ruim a vida e as atitudes de crianças e adolescentes que vivem na rua, que vivem “perturbando”, “bagunçando”, “brigando”. Tais ações costumam abalar a ordem que a sociedade tanto preza.

Já sabemos que a idéia da criança e adolescente de rua como seres perigosos e que causam dano à sociedade não é recente, inclusive em Santo Antônio de Jesus, conforme identificamos na reportagem do Jornal “O Paládio”, escrita por Ulisses Plácido, que traz a seguinte notícia:

este bem orientado jornal do confrade Antonio Mendes tem suscitado a necessidade da criação de um aprendizado nessa cidade para recolhimento de menores que vagueiam pelas ruas, abandonados hoje, Capitães de Areia, amanhã delinqüentes, hóspedes das casas de reclusão.¹⁵⁰

Verificamos que as diferentes representações feitas sobre essa população infanto-juvenil, como a que encontramos no jornal, foram incorporadas nos discursos por nós analisados, que trazem uma memória sobre a rua. Se são vistos como “bandidos em potencial” por grande parte da sociedade, a partir dessa memória discursiva o ideal é que saiam da rua, que entrem no padrão e na ordem do urbano.

Gregori, para tratar das vivências dos meninos e meninas nas ruas, usa o termo viração,

noção exemplar para descrever o processo singular das experiências travadas pelos meninos de rua: as diferentes imagens sobre eles por discursos e ações sociais variados são incorporados e atualizados nas relações concretas que elas estabelecem, sem que haja a escolha de alguma particular.¹⁵¹

Dessa forma, a memória, que traz o sentido ou os sentidos sobre “meninos de rua”, aparece nos discursos produzidos e nas práticas e posturas que eles procuram manter, seja no trabalho, na rua, na igreja, na família. Essa questão, mais ligada à construção da identidade, será mais amplamente analisada no próximo capítulo.

¹⁵⁰ Jornal **O Paládio**. Santo Antonio de Jesus. 31 de julho de 1951. nº 2374. APMSAJ.

¹⁵¹ GREGORI. *Op. cit.*, p. 19.

No trecho a seguir, notamos que não há uma inscrição uniforme do sujeito em seu discurso. Portanto, há uma heterogeneidade de formações discursivas.

...e a rua é muito difícil. A gente na verdade nem sabia o que fazia, a maioria usava drogas. Eu não vou mentir, até eu já usei, mas sabendo que aquela coisa não é boa, droga só faz destruir e hoje tá destruindo várias pessoas aí. A gente usava álcool, fumava, fumava cigarro, fumava maconha, às vezes não tava em si mesmo e ia roubar e teve uma vez também que quase quase eu morro, porque eu e outro menino, a gente foi tentar fazer um roubo e nesse roubo a gente acabou quase sendo pego, na hora a gente saiu correndo, atravessou a rua, o carro quase atropela a gente.¹⁵²

Se, de um lado, há a informação de que o “menino de rua” usava drogas e roubava, por outro lado, o sujeito aponta o lado difícil da rua, que leva o indivíduo a buscar formas de sobrevivência: “A rua é muito difícil. A gente na verdade nem sabia o que fazia.” Além disso, no trecho “às vezes não tava em si mesmo e ia roubar”, há a justificativa de que os roubos não eram cometidos pela vontade própria da pessoa, já que esta estava “fora de si”.

É possível percebermos que, apesar da predominância da memória negativa sobre “menino de rua”, em alguns momentos os sujeitos apontam a realidade de exclusão e de dificuldades a que as crianças e adolescentes em situação de rua são ou, neste caso específico, foram submetidos. Segundo Rizzini e Rizzini¹⁵³, o número de “meninos de rua” que se envolvem em práticas de ato infracional é bem menor se comparado com os que desempenham algum tipo de atividade no mercado informal de trabalho. Para Espinheira, existe entre as crianças e adolescentes em situação de rua uma consciência generalizada de que “...qualquer trabalho é melhor do que pedir e pedir é melhor do que roubar”.¹⁵⁴

Percebemos este aspecto nas entrevistas, pois, nos discursos analisados, a rua também aparece como espaço para trabalho, para ganhar dinheiro. Mas não só isso. A rua é também espaço que oferece oportunidades para viver honestamente: “Aqui, pra quem quer ganhar dinheiro honestamente, sem precisar roubar, olhando carro, lavando carro, esse é o lugar ideal.”¹⁵⁵ A rua seria vista, então, como um espaço de trabalho perfeito idealizado pelos chamados “meninos de rua”?

¹⁵² Julio. Entrevista citada.

¹⁵³ RIZZINI & RIZZINI. *Op. cit.*

¹⁵⁴ Espinheira, G. **A casa e a rua**. *Cadernos do CEAS*, 145, 1993, p. 26.

¹⁵⁵ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

Retomamos o trecho citado por Júlio, que nos disse o seguinte sobre as lembranças da rua: “lembrança boa só tem porque na rua todo dia tem dinheiro.”¹⁵⁶ Desta forma, a possibilidade de ganhar dinheiro, de vivenciar outras experiências diferentes da pobreza geralmente vivida em casa, são um dos fatores que influenciam a construção desse olhar positivo sobre o trabalho que a rua oferece. Conforme nos aponta Gregori, a rua que nomeia os meninos e meninas é o espaço no qual encontram lugar simbólico, identitário e também material.¹⁵⁷

Este aspecto nos faz lembrar o seguinte: “as crianças que vivem nas ruas estão permanentemente submetidas a um ciclo crescente de violências, sendo a principal delas a irreparável supressão da infância.”¹⁵⁸ No entanto, o sujeito não faz referência a esta violência, já que é comum no Brasil crianças e adolescentes pobres serem encaminhados ao trabalho como meio de não se envolverem com a criminalidade.

Na entrevista realizada com Bruno, quando perguntamos o que é um “menino de rua”, foi dito o seguinte:

Meninos de rua são aqueles que passam a maior parte do tempo na rua. Não têm nada o que fazer dentro de casa vai procurar na rua, fazer, ocupar seu tempo na rua. Nunca tive carinho de pai nem de mãe. Tenho 21 anos, não sei nem o nome de minha mãe.¹⁵⁹

A pergunta foi feita de forma a motivar a explicação geral sobre essa população infanto-juvenil que ocupa os espaços da rua. No entanto, o resultado dessa pergunta foi a dispersão do sentido, pois o sujeito passou a tratar sobre problemas familiares, sobre o porquê da ida para a rua. E esta seria, segundo a explicação no trecho citado, o lugar procurado por aqueles que não têm o que fazer em casa. Diferente dos sentidos negativos citados anteriormente, a formulação evidenciada no trecho citado sustenta o discurso de que a rua é, na maioria das vezes, a única alternativa para crianças e adolescentes, isto é, a rua é espaço agasalhador¹⁶⁰, de liberdade, autonomia, que proporciona acesso a alguns bens de consumo, dentre outros.

¹⁵⁶ Julio. Entrevista citada.

¹⁵⁷ GREGORI. *Op. cit.*

¹⁵⁸ ATAIDE. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁵⁹ Bruno. Entrevista citada.

¹⁶⁰ GREGORI. *Op. cit.*

No caso de Sara, ao ser questionada sobre o modo como vivia depois que saiu da casa de seus pais, respondeu:

Como é que eu vivia? Vivendo. Vivendo.[...] Hum, assim, chegava e ficava na casa dos outros, assim, ficava abandonada. Um dia chegava na casa de um pedía uma dormida, no outro dia ia pra rua, porque botava pra fora, foi assim minha vida, eu nunca tive paradeiro, eu nunca tive destino certo pra eu morar com meus filhos, nem nada.¹⁶¹

Foi-se tornando natural, segundo a posição assumida pelo sujeito do discurso, o sentido para a vida “sem paradeiro”, “sem destino.” Observamos que muitas vivências da infância são silenciadas e logo no início da entrevista fomos informados sobre a existência dos filhos.

Ao questionarmos sobre o nascimento do primeiro filho, Sara foi narrando a seguinte história: “Foi tudo a mesma coisa. Foi quem me deu apoio foi Joana, aquela do Bairro A, entendeu? Ela me deu apoio eu de barriga, eu tava grávida do irmão dela, entendeu? Ela que vinha me dando apoio”.

Retomamos esse trecho da sua entrevista para exemplificar experiências vivenciadas por meninas em situação de vulnerabilidade, que vivem expostas à situação de rua. Isso porque, em um momento anterior da entrevista, Sara, ao abordar um apoio que recebera na rua, disse:

Eu morava na casa de Joana, ta entendendo? Eu conheci Joana, eu conheci Joana aqui na rua ai eu fui morar na casa dela, entendeu? Eu disse a ela que não tinha pra onde ir, que eu queria uma dormida só, entendeu?¹⁶²

Embora não tenhamos como objetivo esta análise social, observamos que houve envolvimento sexual de Sara com o irmão da pessoa que lhe dera abrigo. Hoje, a criança encontra-se com o pai e Sara já teve mais dois filhos. Como já foi explicitado no primeiro capítulo, o segundo filho foi entregue para adoção e o terceiro filho se encontra com ela.

Sobre a vivência na rua, ela aborda: “Não, eu não cheguei a esse ponto não entendeu, de dormir na rua não. Cheguei assim a viver na casa dos outros,

¹⁶¹ Sara. Entrevista citada.

¹⁶² O nome da pessoa que acolheu Sara é fictício. O nome do bairro também foi omitido.

entendeu, dependendo de um e de outro, sendo humilhada, maltratada...”, sendo que já precisou dormir na rua apenas durante a gravidez do segundo filho.

Neste discurso, também há o esquecimento. As palavras ditas por Sara recortam a memória do dizer, e, a partir deste, sujeito e sentido se constituem nesse processo de identificação em uma formação discursiva. De uma forma consciente ou não, o sujeito do discurso retoma essa memória que enfatiza a vulnerabilidade histórica em que vivem pessoas expostas à pobreza e que, por isso, são submetidas à humilhação e exploração.

Sara nunca foi institucionalizada e seu contato com o CT ocorreu apenas depois da adolescência. Em se tratando dos discursos analisados, para verificarmos como aparecem os sentidos e os sujeitos, este aspecto precisa ser levado em conta. É necessário observarmos que alguns entrevistados passaram por locais cujo objetivo é normatizar, cuidar, disciplinar, tirar da rua, que é a “grande escola do mal”¹⁶³, dentre outras ações que visam o controle dessa parcela da população que, na rua, encontra-se fora do lugar, fora da ordem urbana.

Para realizar uma modificação na vida e nas posturas dos “(ex-) meninos de rua”, percebemos que é por meio do discurso que toda a ação é realizada. As instituições realizam constantes palestras, reuniões, conversas individuais, aconselhamentos, dentre outros momentos em que é necessário enfatizar a diferença entre o “menino da casa = aquele para quem o modelo familiar e o escolar são as principais referências, e o menino da rua = aquele para quem a perambulação, as drogas e a infração das regras da infância prevalecem.”¹⁶⁴

No trecho a seguir, há um discurso que traz a filiação dessa memória:

Eu era muito rebelde, muito mesmo. Eu cheguei a quebrar vidro no Conselho Tutelar, mas eu não me considero um menino de rua não, hoje eu me considero menino da casa, como se fala, me considero um rapaz que já não é totalmente direito, mas, do que eu era, 70% melhor.¹⁶⁵

Durante toda a sua entrevista, Sara apontou a vida incerta que leva desde a infância, já que necessitou pedir coisas na rua para sobreviver e, dentre outras

¹⁶³ GREGORI. *Op, cit*, p. 61.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

coisas, citou o fato de ser constantemente colocada para fora das casas onde vivia. No entanto, ao ser questionada se chegou a viver na rua, enfatizou que não chegou “a esse ponto”. Mais adiante, porém, informou o seguinte:

Eu já dormi quando eu tava de barriga, quando eu tava de barriga do meu segundo filho eu cheguei a dormir na rua, porque as pessoas aqui não quiseram, me botaram pra fora, ai eu cheguei e fui pra rua, passei a dormir uns tempos na rua eu e meu ex marido, que eu não tô mais com ele, ai a gente passou a dormir na rua.¹⁶⁶

Neste caso, não há identificação como “menina de rua”, tampouco são atualizados os sentidos da família no espaço da rua. Nesta, a entrevistada permanecia – e algumas vezes ainda necessita permanecer – até localizar outras formas de sobrevivência no espaço da casa, mesmo sem haver vínculos ou afeto.

Para Sérgio, a rua resumia-se a um local onde “pedia dinheiro pra comprar pão pra levar pra casa.”¹⁶⁷ Este sentido evidente de apenas contribuir com o orçamento doméstico certamente esconde outros. Uma criança que normalmente saia de casa pela manhã e voltava à noite encontrava na rua, certamente, muito mais que dinheiro para levar “pão para casa”. Na rua, muitas vezes, busca-se não apenas o alimento que falta em casa, mas a possibilidade de convívio, a atenção e a amizade que inexistem em casa.

Seria mais confortável sustentar o discurso de que a ida para a rua foi para conseguir dinheiro? Talvez. Em sua entrevista, Sílvio afirmou o seguinte sobre suas vivências na rua: “Me arrependo de muitas coisas. Se eu pudesse voltaria atrás.” E, questionado sobre a existência de preconceito com quem já foi “menino de rua”, disse o seguinte:

Sempre vai ter. Isso sempre vai ter. O pessoal nunca vê que a gente parou, sempre vê o que a gente fez antes, o que a gente fez antes. Assim, rapaz, aquele menino pode tá, assim, trabalhando, mas um dia volta a ser o que era. Tem um desses amigos mesmo, desses amigos de rua, “Rapaz, ali é máfia. Que nada, rapaz, ali é passageiro.”¹⁶⁸

Gregori afirmou que o “menino de rua” está longe de conseguir projetar um caminho de saída da minoridade. “Seu destino parece preso na circularidade das

¹⁶⁶ Sara. Entrevista citada.

¹⁶⁷ Sérgio. Entrevista citada

¹⁶⁸ Sílvio. Entrevista citada.

ações. Parece condenado a ser, para sempre, um menino de rua.”¹⁶⁹ Talvez o trecho da entrevista de Sílvio esteja relacionado a esta reflexão. Além da dificuldade de sobrevivência fora da rua, segundo o sentido expresso, a pessoa que já viveu na rua é também penalizada pelos preconceitos, pela falta de credibilidade perante a sociedade. No próximo capítulo, veremos como estas questões refletem-se nas identidades que os sujeitos procuram evidenciar para suas vidas na atualidade.

A memória não se esgota nessas análises feitas. Outras coisas podem ser identificadas, a depender do analista ou das questões que se fizer diante dos textos, que se colocam para o pesquisador como materialização dos discursos.

Queremos enfatizar que, embora tenhamos citado o primado do interdiscurso sobre o discurso e enfatizado a existência de uma memória presente nos discursos dos sujeitos desta pesquisa, “se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.”¹⁷⁰

Por isso, seguindo a orientação ética de autores que trabalham com História Oral, já que trabalhamos com entrevistas, com pessoas em uma situação peculiar na sociedade, queremos ressaltar aqui o respeito pelo valor e importância de cada pessoa, independente dos discursos presentes em suas vozes, e silêncios.

2.4 *Silêncios*

Quando falamos em discurso, em dizeres, percebemos que a sociedade procura reger, administrar o sentido. Há a ilusão de completude, de um cheio de linguagem e, por isso, os elementos do sentido público, os “meninos de rua”, as relações sociais, dentre outros aspectos, aparecem já com significados.

Dessa forma, impede-se a realização de outros sentidos, impede-se o movimento dos sentidos, das novas relações que podem significar. Talvez seja por isso que o ECA, mesmo após quase 19 anos de promulgação, continue sendo objeto de tantas críticas e de rejeição por grande parte da sociedade.

¹⁶⁹ GREGORI. *Op. cit.*, p. 22.

¹⁷⁰ PORTELLI. *Op. cit.*, p. 16.

O ECA é uma lei que propõe o tratamento igual para crianças que vivem as mais diferentes realidades. Prevê um tratamento digno para crianças e adolescentes em situação de rua ou para aqueles que cometeram ato infracional. E esse novo discurso choca-se com a memória, com o imaginário presente na sociedade, que institui a polícia e a violência como instrumentos para tratar criança e adolescente pobres, em especial, em situação de rua: aqueles que incomodam, transgridem a lei, reinventam o espaço, metaforizam-se em outros sentidos.

Nesse contexto, ao ouvir “(ex-) meninos de rua”, temos que nos despir dessa memória, compreendendo os textos deles incompletos, lugar de tensão entre o mesmo e o diferente, dispersão do sujeito e do sentido. O texto se apresenta para o analista apenas como unidade imaginária, pois é um processo contínuo, que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e serão ditas depois. E, especialmente, muitas coisas são silenciadas.

O silêncio também significa¹⁷¹. Reconhecemos que é bastante complexo caminhar entre o dizer e o não-dizer. Mas, é necessário percebermos, nos discursos dos sujeitos que já viveram nas ruas, como as palavras são silenciadas ou como elas silenciam outros sentidos.

Para tratarmos do silêncio dessa população comumente excluída e continuamente objeto de controle por parte de instituições governamentais e não governamentais, é produtivo lembrarmos, conforme aborda Foucault, que

... em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁷²

Diante desta contínua necessidade de gerir o discurso, ocorre o que Orlandi chama de “política do silêncio”, que é constituída pelo “silêncio constitutivo” e pelo “silêncio local”, que é uma forma de censura.

O silêncio constitutivo pode ser identificado na postura dos sujeitos que constroem o discurso de forma a negar o movimento entre paráfrase e polissemia, ao afirmarem de forma contundente o lado negativo da rua, como já pudemos

¹⁷¹ ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: os movimentos dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 4^a ed. 1997.

¹⁷² FOUCAULT. *Op. cit.*, p. 22

observar anteriormente. Para dizer é preciso não dizer. Para reafirmar a memória negativa sobre a população infanto-juvenil em situação de rua, é preciso silenciar outros sentidos de estar na rua.

No caso das entrevistas com Roberto, constatamos que, na primeira, houve a construção discursiva que reforça um sentido positivo da rua. Para compreendermos a forma de identificação do sujeito do discurso, é proveitoso lembrarmos que Roberto, embora dissesse não ser mais “menino de rua”, ainda desenvolvia, no período da nossa primeira conversa, atividades informais na Praça Padre Matheus. Além disso, como podemos verificar a seguir, houve um momento em que encontramos pistas de que ainda há identificação com a vida na rua. Ao ser questionado sobre o lugar da Praça em que os meninos mais costumam ficar, Roberto informou:

Lua Cheia é o local que *a gente mais fica*. Lua Cheia e o Antonius Imperial. A importância é que ali à noite e o dia circula muitas pessoas, bom e ruim, pessoas que ajudam e pessoas que não ajudam. Então *é aquele lugar que a gente se identifica mais*, ali Lua Cheia, Antonius Imperial e sempre é ali ou a panificadora de Didi, a Elétrica Brasília é o lugar que a gente mais se identifica é esses dois.¹⁷³ (grifos nossos)

Durante a segunda entrevista com Roberto, como já temos apontado, identificamos a filiação a outra formação discursiva: desta vez, o silêncio constitutivo foi presente, pois a rua foi apontada apenas como local ruim, que motiva a pessoa a se envolver com atos ilícitos.

Inicialmente, pelo efeito ideológico, o sujeito significava a rua de maneira positiva, já que, naquele espaço, era “todo mundo respeitando todo mundo.”. No entanto, após haver a prisão do Roberto, isto é, ao ocorrer uma mudança drástica nas condições de produção do discurso, houve uma mudança significativa na forma em que o indivíduo foi assujeitado, o que nos faz perceber que a linguagem não funciona fora de sua relação – complexa – com a história.

Eu sempre digo ai dentro da carceragem que onde termina meu limite começa o seu, vice-versa. Então é você respeitando e eu lhe respeitando. E o outro Roberto não tinha isso, o outro Roberto só queria ser respeitado. O outro Roberto não existia no meu vocabulário a palavra esperar.¹⁷⁴

¹⁷³ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹⁷⁴ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

Como podemos analisar, o discurso construído na segunda entrevista incorpora as diferentes representações historicamente construídas sobre essa população infanto-juvenil. Por isso, se são vistos como “bandidos em potencial” por grande parte da sociedade, por meio dessa memória discursiva o ideal é que saiam da rua, que entrem no padrão e na ordem do urbano.

Os sujeitos silenciam porque os discursos estão relacionados a um jogo de desejo e poder.¹⁷⁵ Ao questionarmos sobre a relação estabelecida com a polícia, houve o seguinte relato:

... às vezes sempre a polícia vinha, ficava tirando onda, às vezes acordava a gente de noite chutando a gente, batendo, alguma pessoa roubava lá e eles vinha pensando que era a gente, vinha, tal, ai a gente era preso, soltava no outro dia, fazia a gente dormir lá, mas atrapalhar, atrapalhar não tinha muito não.¹⁷⁶

Esta maneira de abordar a relação com a polícia nos chama a atenção pela forma como o sujeito silencia os conflitos. Apesar de haver referência aos problemas existentes, estes são minimizados na medida em que há ênfase na idéia de que “atrapalhar, atrapalhar não tinha muito não.” Este silêncio está relacionado ao silêncio local. Este não está no nível do interdiscurso. É produzido pela intervenção das relações de força no momento da enunciação.

Ressaltamos que outro discurso não silencia os problemas encontrados na rua e que os apresenta como justificativa para a revolta dos “meninos de rua”: “Para a Policia a gente era marginal, quando chegava era querendo bater, era matar a gente. Com isso a gente ia se revoltando mais.”¹⁷⁷

Se a ideologia produz a ilusão de que o sujeito é responsável pelo que diz, os discursos não significam negativamente as instituições pelas quais passaram os “(ex-) meninos de rua”, seja silenciando possíveis violências física ou psicológica sofridas ou a dificuldade de adaptação àquele espaço. Estes aspectos silenciados, segundo Foucault¹⁷⁸, pertencem a regiões discursivas complexas, que nos fazem pensar que “tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a dominar, ao menos em parte, a grande

¹⁷⁵ FOUCAULT. *Op. cit.*

¹⁷⁶ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹⁷⁷ Julio. Entrevista citada.

¹⁷⁸ FOUCAULT. *Op. cit.*, p. 50.

proliferação do discurso.” Assim como é preciso operar certos códigos para viver na rua, seja por meio da adaptação da linguagem ou por meio do que é permitido falar ou não, quando está fora dela o sujeito também age com cuidado diante das políticas do dizer, das políticas do silêncio.

Observamos que, apesar dos sujeitos terem apontado a existência de problemas na família, na maioria das vezes os silenciam, pois a família é apontada como responsável pela ida para a rua, porém os conflitos vividos em casa não são explicitados. Conforme citamos no item anterior, há uma visível opção por expressar os sentidos da vida na atualidade. A família, assim, de maneira consciente ou não, é silenciada nas memórias apresentadas. Em alguns casos, os sujeitos buscam relatar a relação vivida com a família no presente, como ocorre no trecho a seguir, dito por Júlio.

Moro com minha família no Bairro Irmã Dulce com 5 irmãos, 6 comigo, minha avó, minha tia, tem minha tia que cuida de mim também, é, assim, é, eu penso assim, eu penso hoje no certo, não no errado, porque o errado que a gente faz um dia vai tudo pro brejo. Então, antes a pessoa andar na linha do que andar errado.¹⁷⁹

A idéia de família, com quem mora atualmente, e do cuidado que recebe são associados, hoje, ao pensar “no certo”, e “andar na linha”. Mas a idéia de família no momento da ida para a rua é expressa de maneira superficial, sem que haja menção nos aspectos abordados por Ataíde: “Quando o ambiente familiar torna-se realmente insuportável, a criança não resiste mais a essas pressões e violências e faz a opção do abandono da família.”¹⁸⁰

Sara, quando foi questionada sobre os trabalhos que realizou, informou o seguinte¹⁸¹: “(...) Eu fui criada lá, na casa de R, tá entendendo, eu fui criada lá, trabalhei lá um bucado de tempo pra ele, entendeu, pra mulher dele e ele, só isso.” Conforme já refletimos anteriormente, Sara foi criada por uma família, processo que foi silenciado nas vozes analisadas. Não há nenhuma identificação enquanto família, há ênfase apenas na relação de trabalho, não havendo menção de vínculos.

Este discurso certamente silencia as relações complexas vivenciadas em uma casa, onde a pessoa é denominada “filha de criação”, mas a realidade não

¹⁷⁹ Julio. Entrevista citada.

¹⁸⁰ ATAÍDE. Op. cit., p. 163

¹⁸¹ Sara. Entrevista citada.

apresenta características dos sentidos comumente direcionados às relações entre pais e filhos. O que notamos é que o sujeito do discurso expressa como natural haver a negociação de troca de comida e casa para morar pelos serviços domésticos realizados.

Na entrevista de Sérgio, verificamos a presença marcante do silêncio constitutivo na insistência em significar a ausência da bola. Embora outras palavras estejam aí silenciadas, notamos que há muito sentido nessa metáfora: o adolescente reclama pela infância perdida e pela ausência de tantas outras coisas, como família e brincadeiras mais constantes. Por duas vezes Sérgio insiste: “Só não tem bola. Não tem bola pra brincar.”¹⁸²

Apesar de termos citado, em muitos momentos, que meninos e meninas vão para as ruas de Santo Antônio de Jesus, é preciso deixar claro que, na maioria da vezes, eles são “jogados” no espaço público, sendo excluídos de um convívio e desenvolvimento saudáveis.

Na rua e, até mesmo, quando saem dela, diante de tantas ausências, a criança e o adolescente comunicam-se, compreendem-se, expressam-se e metaforizam-se por meio do lúdico. E é da falta deste que Sérgio reclama. Entendemos, entretanto, que há muitos outros sentidos aí presentes em sua reclamação, silenciados.

Em uma das entrevistas, nos foi dito que “era uma discriminação retada com meninos de rua, tratava com maior frieza com a gente, mas a gente ia fazer o que, não tinha nada pra fazer.”¹⁸³ Embora seja expresso, neste trecho, a existência de preconceitos da população para com os “meninos de rua”, o sujeito silencia as formas com que a criança e o adolescente de rua reagem diante desse fato.

Segundo Ataíde¹⁸⁴, os “meninos de rua” resistem e ao mesmo tempo reagem à indiferença com que são tratados, seja por meio da violência ou pela forma que se vestem, pelas marcas que deixam nas ruas. Sendo assim, o sujeito que significa o menino que se encontrava na rua como quem “não tinha nada para fazer” para se defender da discriminação, silencia que este possui suas “armas”, suas estratégias de sobrevivência.

¹⁸² Sérgio. Entrevista citada.

¹⁸³ Bruno. Entrevista citada.

¹⁸⁴ ATAÍDE. *Op. cit.*

Este silenciamento pode ocorrer por diversos motivos: pela falta de consciência de que agir com violência, pichar os muros, dentre outras ações, são formas de reação à violência cometida pela sociedade; ou pelo receio de expressar estes sentidos, visto que há consciência de que estas práticas são ilícitas e não coincidem com as identidades que o sujeito quer reforçar na atualidade.

Há muitos outros silêncios nas entrevistas. A escola, por exemplo, é brevemente citada nos relatos das experiências de rua, embora seus sentidos sejam enfatizados e associados às identidades atuais. No trecho a seguir, a escola não é apontada com responsável pela permanência do aluno na instituição: “A minha vó me criava, me cria até hoje com minha tia, mandava eu ir pro colégio, me matriculou e tudo, mas só que eu nunca gostei de estudar, ta entendendo.”¹⁸⁵

Este discurso está relacionado a forma de significar o “menino de rua”: nas formações discursivas em que os sujeitos se inscrevem, há a materialização da ideologia de que ele é culpado por seus atos, isto é, a sociedade em geral, o poder público (incluindo aí o âmbito educacional) e a família, que nada ou quase nada fizeram para garantir os direitos das crianças e adolescentes que saíram de casa e foram para as ruas, não são responsáveis pela vida daqueles que são vistos, quase sempre, “como perigosos, violentos, problemáticos e, o que é pior, sem solução”¹⁸⁶

O silêncio, que é fundante, pois é o princípio de toda significação, é também a possibilidade do dizer vir a ser outro. É por ele que há a possibilidade de movimento dos sentidos. E se sujeito e sentido se constituem mutuamente, há, nesse jogo de completude e incompletude, de linguagem e silêncio, de paráfrase e polissemia, o complexo processo de formação de identidades. E também de lutas, resistências, conformismos, apagamentos, ressignificações e busca de novos caminhos. E se os “(ex-) meninos de rua” buscam essas novas possibilidades, compreendemos a existência de tantos silêncios e a ênfase de novos sentidos, diferentes daqueles direcionados aos “meninos” e “meninas de rua”.

¹⁸⁵ Júlio. Entrevista citada.

¹⁸⁶ ATAÍDE. *Op. cit.*, p. 12.

3. DA RUA PARA A CASA: IDENTIDADES

Quando nos propomos a analisar as identidades dos sujeitos que expressam uma memória sobre a rua de Santo Antônio de Jesus, estamos cientes da complexidade desta tarefa, bem como sabemos da impossibilidade de apreendermos, completamente, o movimento da história e sua articulação com a língua, nesse processo em que há não apenas uma identidade, mas identidades.

Dessa forma, para compreendermos o caráter incompleto e movente da identidade do sujeito, será necessário observarmos os espaços de subjetivação que se criam na relação entre sujeito, língua e ideologia. Além disso, buscaremos, continuamente, as reflexões realizadas nos capítulos anteriores, pois o discurso relaciona-se com o lugar do qual e para o qual é enunciado e as posições do sujeito são construídas também a partir dos interdiscursos analisados.

Conforme já refletimos, os “meninos de rua” há muito são vistos, por grande parte da sociedade, como perturbadores da ordem e da paz social. Nunca se encaixaram no Brasil ideal, assim como sempre foram excluídos do espaço urbano, cujo discurso silencia e exclui a pobreza, a criança e o adolescente que vivem distantes do convívio da família, que são constantemente violentos e violentados.

Mas, e depois da rua? Certamente, a leitura do capítulo anterior já nos permite compreender aspectos dos olhares construídos pelos sujeitos que falam de “um lugar” que não é mais do “menino de rua”. Motivados pelo discurso do Outro e pelas experiências vividas na rua, os sujeitos expressam, de maneira firme, uma visão negativa sobre o “menino de rua”, embora, no movimento entre a paráfrase e polissemia, possamos identificar variações de sentidos.

Sendo assim, na tentativa de percebermos outros sentidos, neste capítulo, analisaremos os trechos das entrevistas que se referem à vida na atualidade, que visam demonstrar a(s) identidade(s) que os sujeitos direcionam e querem para si hoje. De acordo com as posições do sujeito assumidas nos discursos, tentaremos identificar as seguintes respostas: Quem são os “(ex-) meninos de rua”? Como querem ser vistos, o que pensam de si e da sociedade e o que pensam de suas vidas no futuro?

3.1 A construção das identidades

Já analisamos que o sujeito tem a necessidade (imaginária) de viver em um mundo semanticamente normal. Necessita reger sua relação com a linguagem, “precisa de um enunciado que acaba, de um texto com começo, meio, progressão e fim; ele tem necessidade também de imaginar que começa ou pode começar e terminar sua fala. Um sujeito, ele também, semanticamente normal.”¹⁸⁷

Esta característica do sujeito relaciona-se diretamente com a noção de identidade a ser discutida neste capítulo, pois, segundo a teoria da AD, a identidade é compreendida como um movimento na história, pois os sujeitos, assim como os sentidos, são sempre incompletos. E esta incompletude existe também para o analista, já que a unidade do discurso é imaginária e por esta atingem-se as memórias e a ideologia. Desta forma, tomamos emprestado de Orlandi a expressão *o teatro da identidade*¹⁸⁸ para definir melhor o que estamos tratando.

Consideramos o trabalho Hall bastante útil para compreendermos a concepção de discurso e de identidade proposta pela AD. O referido autor distingue três noções de identidade, as quais sofreram mudanças no decorrer da história, que modificam a visão de sujeito. São eles: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

O sujeito do iluminismo

estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo.¹⁸⁹

De acordo com esta concepção, o centro da pessoa era a identidade. Trata-se, na verdade, de acordo com o estudo discursivo, da ilusão de completude, do sujeito e do sentido, como notamos no trecho a seguir:

¹⁸⁷ ORLANDI, Eni P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes. 2ª ed. 2005, p. 93.

¹⁸⁸ ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

¹⁸⁹ HALL. *Op. cit.*, p. 10.

Minha mãe bebia e eu não suporto cachaça, não suporto álcool e não tinha carinho de minha família. Eu fiz um acordo com minha mãe que quando ela parasse de beber eu voltava para casa. Ela parou de beber e eu levei um tempo ainda na rua, dormi uma duas, três vezes, e acabei voltando pra casa graças a Deus minha mãe parou de beber e hoje minha família ta, graças a Deus na santa paz.¹⁹⁰

Neste trecho, que já foi citado anteriormente, no qual identificamos, pela formação discursiva, a ideologia da família como a única responsável pela existência do “menino de rua”, o sujeito apresenta-se como tendo o controle pelo seu discurso, o qual, pelo sentido expreso, aparenta só poder ser aquele. O sujeito, ao expressar o sentido sobre uma realidade tão complexa, sobre a vida na rua e a “volta para casa”, apresenta-a como se, na verdade, fosse uma experiência simples, que teve uma causa específica, e que houve solução do problema devido a mudança de comportamento da mãe, o que proporcionou a família a viver na “santa paz”.

No segundo tipo de sujeito abordado por Hall, o sociológico, “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.”¹⁹¹

Apesar de esta concepção ser mais avançada que a anterior, pois não trata de um eu único e fixo para o sujeito, esta noção ainda encontra-se distante da teoria da AD, pois trata de um sujeito sociológico – e não discursivo – e que é formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”. Na AD, o sujeito é sempre incompleto, age sob o efeito da ideologia, pela qual há o esquecimento da origem dos sentidos e há o efeito da transparência da linguagem.

A terceira concepção de sujeito descrita por Hall é a pós-moderna. Por esta noção, o sujeito é aquele que não tem

uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] O sujeito assume identidades diferentes em

¹⁹⁰ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹⁹¹ HALL. *Op. cit.*, p. 11.

diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente.¹⁹²

O trabalho de Hall, semelhante aos estudos de Pêcheux, é argumentado com base nas mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, especialmente nas releituras de Marx, Freud e Saussure. Hall também cita a influência do trabalho de Foucault, o qual também influencia fortemente a AD, e aponta o feminismo e os novos movimentos sociais, que em cada movimento apelava para a *identidade* social de seus sustentadores.

Na AD, a formação / transformação da identidade ocorre quando o sujeito encontra diferentes lugares de dizer. É pela interpelação ideológica que os sujeitos encontram este lugar, possibilitando que os sentidos sejam produzidos. Além disso, há graus variados de (re-)inscrição do sujeito em seu discurso, não havendo, portanto, uma identificação única com a Formação Discursiva.

Para Pêcheux, o sentido se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas.¹⁹³ Apesar dessa multiplicidade, necessitamos de coerência. “Quer dizer: a identidade – coerência, totalidade, unicidade – produzida pela nossa relação com a linguagem nos faz visíveis e intercambiáveis (familiares à espécie humana).”¹⁹⁴ Assim como os teóricos da AD de linha francesa, Stuart Hall, comentando a releitura de Freud por Lacan, concorda que sempre há algo de fantasia na idéia de unidade da identidade.

Hall, ao discutir a questão das identidades nacionais, apontando que “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”¹⁹⁵, nos oferece subsídios para pensarmos também as identidades dos “meninos de rua”. Os caminhos que já trilhamos nesta dissertação nos fazem compreender que as concepções comuns na sociedade sobre “meninos de rua” também são construções discursivas, são representações construídas a partir das memórias, das quais não temos consciência, mas (re-)produzimos seus sentidos.

¹⁹² HALL. *Op. cit.*, pp. 12-13.

¹⁹³ PECHEUX. *Op. cit.*.

¹⁹⁴ ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: os movimentos dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 4ª ed. 1997, p. 36.

¹⁹⁵ HALL. *Op. cit.*, p. 50.

Estas representações influenciam o olhar dos “(ex-) meninos de rua” sobre o momento que vivenciaram na rua e sobre a população infanto-juvenil que se encontra na rua hoje, que, segundo a posição dos sujeitos dos discursos analisados “o que estão fazendo não é certo, que na rua tem que ter respeito.”¹⁹⁶ Isto é, até o sujeito que um dia esteve na posição do “menino de rua” e que hoje se considera “o menino da casa”¹⁹⁷, desconsidera as múltiplas formas de vida e as várias identidades do “menino de rua”, expressando as características como se fossem parte da “natureza essencial” da criança e do adolescente que se encontram na rua.

Como já pudemos refletir, os processos discursivos se realizam no sujeito, mas não tem origem no sujeito. Isto é, ao mesmo tempo em que suas palavras são suas, são também dos outros. Sendo assim, sua identidade é continuamente afetada por esses outros sentidos que lhe chegam por meio do interdiscurso. Mas, como não há consciência disso, há a ilusão de que o sentido é construído pelo sujeito.

Já analisamos, no capítulo anterior, aspectos da memória sobre “meninos de rua”, que afetam os discursos sobre a rua e sobre a família. No entanto, os sujeitos expressam esses sentidos como tendo origem neles, como se fossem determinados por aspectos de uma identidade fixa, não contraditória. É por esta identidade que ocupam uma posição discursiva analisando que o lado ruim da rua é a existência de “amizade que não leva para o caminho do bem”¹⁹⁸ e o lado bom é o encontro com a instituição.

Minha vida melhorou um pouco mais depois que eu fui pro Sítio que eu comecei a estudar, aprendi a educação, graças a Deus e ao Padre Nelson aprendi mais, aprendi educação, hoje eu não uso drogas. [...] eu não sei o que teria sido de mim e outras pessoas que já passaram por lá, apesar de que muitos que saíram de lá já foram mortos, mas aí é porque não botaram a mente para funcionar, né?¹⁹⁹

Verificamos, nos trechos citados sobre a rua e o “menino de rua”, a presença da historicidade, da ideologia que valoriza a casa e a pessoa que nela mora, pois não há, nos sentidos expressos, nada de positivo na rua, bem como alguns

¹⁹⁶ Sílvio. Entrevista citada.

¹⁹⁷ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

¹⁹⁸ Bruno. Entrevista citada.

¹⁹⁹ Júlio. Entrevista citada.

adolescentes que saíram do abrigo, e possivelmente voltaram para a rua, foram mortos porque “não botaram a mente para funcionar.” Isto é, pela formação discursiva a que se filiam os discursos, chegamos à ideologia que privilegia o cidadão, o que está previsto na ordem do discurso sobre o urbano. Se as pessoas foram mortas porque não expressavam os sentidos “corretos”, isso motiva os sentidos que os sujeitos querem para si na atualidade. “Hoje eu me vejo como um cidadão, um cidadão.”²⁰⁰

A cidadania é justificada, na continuidade do trecho anterior, pelo seguinte: “Eu trabalho, estudo, faço minha academia e toco minha vida como Deus quiser.” Sendo assim, para entrar na ordem do discurso do urbano, o sujeito expressa os elementos principais – além de família, que é salientada em outro momento – que significam o urbano: trabalho, educação, esporte e religião. Como aponta Foucault, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências.”²⁰¹ Portanto, esse dizer é construído na intenção de demonstrar a “unidade (imaginária) do sujeito”, esta representando a identidade, “que exige [...] heterogeneidade disciplinada”.²⁰²

3.2 Memórias e identidades

Para tratarmos da relação entre memória e identidade, continuaremos discutindo a maneira como o interdiscurso, ou memória discursiva, interfere na produção dos sujeitos e sentidos. Além disso, apresentaremos algumas discussões baseadas em teóricos da História Oral, que também discutem a relação das identidades dos entrevistados – já que não trabalham com a noção de sujeito da AD – com as suas memórias. Apesar das especificidades da AD e da História Oral (esta em si já possui uma variedade de estudos, pois os teóricos divergem em seus posicionamentos), consideramos que os autores dialogam em certos aspectos, ao tratarem de memória coletiva²⁰³, ao abordarem as estratégias utilizadas ao recompor

²⁰⁰ Sílvio. Entrevista citada.

²⁰¹ FOUCAULT. *Op. cit.*, p. 37.

²⁰² ORLANDI. *Op. cit.*, p. 56.

²⁰³ HALBWACHS. *Op. cit.*

as memórias de forma a ressaltar uma identidade para o momento²⁰⁴, as tendências e fantasias²⁰⁵, dentre outros aspectos.

Segundo Halbwachs, "a lembrança aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos em emaranhadas, e [...] não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma dentre elas."²⁰⁶ Esta afirmação nos apresenta a complexidade da memória do ponto de vista da História Oral, mais precisamente da teoria que sustenta que a memória é coletiva. Se assim a memória o é, por outro lado, não é possível distinguir pontos diferentes desta coletividade. Isto é, não se sabe a origem das memórias que, emaranhadas, participam do processo de formação das lembranças e, conseqüentemente, das identidades.

Sou uma pessoa que não gosta de falar palavrões, xingar. Mas eu tenho meu limite. Eu sempre digo ai dentro da carceragem que onde termina meu limite começa o seu, vice-versa. Então é você respeitando e eu lhe respeitando. E o outro Roberto não tinha isso, o outro Roberto só queria ser respeitado. O outro Roberto não existia no meu vocabulário a palavra esperar. Hoje existe esperar e esperança e minha esperança está em Deus.²⁰⁷

Poderíamos fazer uma análise apressada dessas memórias e dizer que há uma influência do discurso da justiça e da igreja, ao tratar, respectivamente, do limite e do respeito e da esperança em Deus. No entanto, como pudemos refletir lendo o texto de Halbwachs, não é tão simples separar as memórias, pois, como nos diz o autor, "não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória."²⁰⁸ Sendo assim, tanto no caso do trecho da entrevista citada quanto em qualquer outra entrevista, as memórias coletivas estão presentes, pois foram apreendidas por meio de vivências e não por ensinamentos didáticos, para que idéias e concepções fossem repetidas.

É por este motivo que na História Oral, assim como na AD, em que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz, há a noção de que o entrevistado também supõe ser o criador original de suas idéias. Não havendo consciência da presença da memória coletiva, pois esta não é aprendida em um momento específico, mas por

²⁰⁴ THOMSON. *Op. cit.*

²⁰⁵ ANTONACCI, Maria Antonieta, PERLMUTIER, Daisy (Orgs) *Ética e História Oral. Projeto História*. 15 Educ, SP, 1997, Vol 15.

²⁰⁶ HALBWACHS. *Op. cit.*, p. 52.

²⁰⁷ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²⁰⁸ HALBWACHS. *Op. cit.*, p. 60.

meio de diversas experiências, o falante – assim como o sujeito do discurso – supõe-se autor, dono de suas vozes e, por isso, tendo uma identidade fixa, imóvel. Há a ilusão de que os sentimentos e idéias “não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz.”²⁰⁹

Thomson analisa a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade e entrevistador e entrevistado. O autor afirma que

compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de ‘construção’ de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados de nossa cultura.²¹⁰

Neste trecho, além de se referir à memória coletiva ao tratar das “linguagens e os significados” que utilizamos para compor as memórias, o autor refere-se ao processo de construção das identidades, pois a maneira como construímos as memórias, as reminiscências, está diretamente relacionada aos sentidos que queremos direcionar para nossa vida na atualidade. Podemos exemplificar estas reflexões com o trecho a seguir: “Eu pensava que não ia chegar nem na 5ª série. Hoje aprendi um pouco do estudo e se Deus quiser no outro ano vou voltar a estudar [...] para concluir o 2º grau.”²¹¹

Como podemos analisar, o sujeito do discurso – podemos nos referir ao entrevistado, tomando como suporte teórico a História Oral – retoma em seu discurso a importância do estudo, aspecto do qual demonstra estar distanciado anteriormente. Sabemos que a educação é um significado essencial para a nossa cultura. Desta forma, este significado é retomado nas vozes do sujeito-entrevistado neste processo complexo de relação entre memória e identidade²¹².

Nossa identidade (ou identidades, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com a própria vivência. Construímos nossa identidade através do processo de contar

²⁰⁹ HALBWACHS. *Op. cit.*, p. 47.

²¹⁰ THOMSON. *Op. cit.*, p. 56.

²¹¹ Júlio. Entrevista citada.

²¹² THOMSON. *Op. cit.*, p. 57.

histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Se nossa identidade molda nossas reminiscências, compreendemos, por meio dessa afirmação, por que os entrevistados reforçam a idéia de que não se identificam e não concordam mais com as ações desenvolvidas na rua, a exemplo do trecho da entrevista de Sílvio, que afirmou: “É, prá aquele tempo eu achava bom, né?”

A compreensão que temos desse trecho nos faz dialogar com Thomson, especialmente quando este afirma que “quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.”²¹³ Motivados pelas novas vivências e pelos interdiscursos, os sujeitos lançam novos olhares para as experiências do passado, “para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes.”²¹⁴ Sendo assim, no trecho citado, o entrevistado deixa claro que não acha certo o que fazia na rua tampouco com os “caminhos” que seguia por influência dos demais.

O referido autor também cita a existência de silêncios no processo de composição da memória. Estes ocorrem, de acordo com a História Oral, quando o entrevistado lida com experiências traumatizantes e ameaçadoras. No trecho a seguir, o entrevistado diz o seguinte: “Era aquele caso, quando um estava com fome o outro tinha dava, quando não tinha fazia uma correria, arrumava dinheiro comprava. Algumas meninas se prostituíam para arrumar dinheiro.”²¹⁵

Durante a segunda entrevista, que ocorre um ano depois, foi dito o seguinte:

Aos treze anos de idade como lhe falei minha mãe era alcoólatra e eu fui pra rua, *me prostitui*, usei drogas, passei por humilhações, tive pessoas que me deu apoio, tive pessoas que me esnobava, tive amigos e tive inimigos e tenho inimigos, mas tenho muitos amigos.²¹⁶ (grifo nosso)

Na primeira entrevista, Roberto aponta a prostituição como característica da vida de mulheres em situação de rua. Na segunda entrevista, porém, o entrevistado afirmou que se prostituiu. Quais as razões para o silenciamento desta informação na

²¹³ THOMSON. *Op. cit.*, p. 57.

²¹⁴ *Idem*, p. 57.

²¹⁵ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

²¹⁶ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

primeira conversa? Como já pudemos apontar anteriormente, Roberto, na ocasião da primeira entrevista, embora não se identificasse mais como “menino de rua”, utilizava-se da rua como espaço de trabalho, relacionava-se com várias pessoas naquele espaço, inclusive com “meninos de rua”.

No segundo momento, Roberto já apresenta, de maneira enfática, em sua entrevista, a representação de “menino de rua” comum na sociedade: “incômodos”, “marginais”, “pivetes”. Neste momento, evita os silêncios iniciais e analisa suas memórias de quando era um “menino de rua”, demonstrando aspectos muito negativos daquilo que foi e que não quer mais ser. Como sua identidade está em processo de construção, está em uma fase complexa, Roberto afirma: “o que posso dizer de Roberto, do velho Roberto e do novo Roberto, que quando eu sair daqui eu tenho certeza que eu vou sair um novo homem diante da sociedade, diante da justiça.”²¹⁷

Este segundo depoimento de Roberto teria uma dimensão mais política? Thomson afirma que o trabalho de História Oral que explora e questiona os processos de afloramento de lembranças envolve um dilema ético, que tem uma dimensão política, pois pode contribuir “para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores, ou foram marginalizados.”²¹⁸ Sendo assim, na segunda entrevista, não estando mais na rua, o entrevistado de certa forma denuncia os problemas enfrentados pelos “meninos de rua”, em um contexto que meninos e meninas são vulneráveis a todos os tipos de violências.

Apesar da presença marcantes dos estereótipos nos discursos – e nas entrevistas, do ponto de vista da teoria da História Oral –, é possível percebermos uma posição política em diversos textos analisados. Diante do questionamento sobre o que o governo fazia na época em que era “menino de rua”, houve a seguinte resposta: “O governo? Nada. Até hoje eu acho que o governo não faz nada.”

Os teóricos da História Oral em geral discutem a importância da relação entre entrevistador - entrevistado. Podemos nos valer das reflexões da AD sobre o mecanismo de antecipação, que está relacionada às “formações

²¹⁷ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²¹⁸ THOMSON. *Op. cit.*, p. 69.

imaginárias”, para discutir esta relação. Segundo Orlandi, “tudo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.”²¹⁹ Sendo assim, fazemos o seguinte questionamento: se a entrevista fosse realizada por um Policial Militar ou por um representante de uma instituição, será que os sentidos expressos seriam os mesmos da entrevista realizada por uma ex-Conselheira Tutelar? Como os “meninos de rua” são significados diante de alguém que ocupou a posição do sujeito que luta pelos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?

Pollak também nos dá uma contribuição muito importante para a reflexão sobre as identidades ao afirmar que “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.” Ele continua dizendo que identidade, nesta abordagem,

é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.²²⁰

Assim como na AD, que faz referência ao Outro, o interdiscurso, a História Oral também se refere ao Outro, que é fundamental na construção da identidade. Esta é construída em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, tudo isso por meio da negociação com os outros.

Esse aspecto é visível nas entrevistas, pois os entrevistados – a posição sujeito que assumem – desejam agora fazer parte da sociedade, sem exclusão, sem preconceito. “Hoje, se a pessoa, se a sociedade não abrir a porta pra mim, na vagabundagem eu não vou entrar, isso eu tenho certeza, não entro na vagabundagem.”

²¹⁹ ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000, p. 39.

²²⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.

Neste trecho percebemos a negociação entre a memória e a identidade. Anteriormente, foi dito nesta mesma entrevista o seguinte: “fui muito bagunceiro, arranhei carros [...], botei prego em pneu de carro pra furar, mandei pessoas tomarem em lugar indevido, hoje eu não tenho mais essa coragem.”²²¹ O conflito com as memórias e a luta pela identificação com uma imagem positiva no presente é visível nesta entrevista. E o Outro está presente nestes conflitos e negociações, pois é para principalmente para ele que a imagem é construída.

Neves discute o conceito de memória, classificando-o como abrangente e polifônico. Segundo a autora,

o conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.²²²

Esta reflexão é bastante útil para nosso estudo, pois, assim como a memória trabalhada pela AD, a memória abordada pelos teóricos da História Oral não é homogênea e é lugar de constantes regularizações. As oposições citadas pela autora nos apontam para a complexidade da memória, característica que identificamos no trecho a seguir, em que o entrevistado, ao abordar o que acha dos meninos que se encontram na rua atualmente, disse o seguinte:

Por mais que estejam ali, só precisam de uma pessoa pra orientar, pra dizer o que é bom e o que é ruim: que o que estão fazendo não é certo, que na rua tem que ter respeito, e se um dia ele achar uma pessoa que dê carinho a ele, amor, como eu tive com uma pessoa que morreu. Onde eu vou eu lembro de finado B. B morreu, foi uma pessoa que fez falta e que é um exemplo. Ele morou lá no abrigo, já estava quase formado, trabalhando.²²³

As lembranças e os estereótipos se entrelaçam, pois ao mesmo tempo em que o “menino de rua”, como já pudemos ver no capítulo anterior, é apontado como

²²¹ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²²² NEVES, Lucília de Almeida. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**. Nº. 6, junho de 2003, p. 18.

²²³ Sílvio. Entrevista citada.

alguém que desrespeita, que apenas age errado em um espaço que lhe é impróprio, B (inicial do nome da pessoa citada na entrevista), um “(ex-) menino de rua”, é citado como exemplo para o entrevistado. Mas essa memória torna-se ainda mais complexa na continuidade da entrevista, em que Sílvia explica a causa da morte deste amigo: “ele achou que aquilo (o abrigo) ali não dava pra ele, tava ganhando um salário não dava pra ele. E daí ele foi roubar ai o homem chegou e matou.”

Se o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história, podemos afirmar que a relação com as memórias está sempre em movimento, afetando continuamente as identidades dos sujeitos. Posteriormente, os sujeitos dos discursos analisados construirão outros discursos, terão outras visões sobre os “meninos de rua” e, conseqüentemente, apresentarão outras identidades.

3.3 A identidade imposta: os interdiscursos

No item anterior, tratamos da memória baseando-nos na História Oral. Neste, tratamos também da memória, porém enfatizamos os interdiscursos e a relação destes com as identidades. Apontaremos os interdiscursos relacionados à família, e também ao trabalho, à escola e à religião, que estão relacionados ao sentido de família e à idéia de estar na casa e não mais na rua, e a influência destes no processo de identificação dos sujeitos. Para realizarmos estas abordagens, necessariamente voltamos a discutir sobre os sentidos do “menino de rua”, que motivam continuamente a construção das identidades.

Já discutimos anteriormente que o “menino de rua” é, geralmente, diferenciado da criança e do adolescente que moram na casa, que convivem regularmente com a família e com outras instituições, como a escola. É certo que as formas de vida são muito diferentes e que o prejuízo para os “meninos de rua” que não têm seus direitos garantidos, assim como as demais crianças, deixam seqüelas para o resto de suas vidas.

Mas não estamos tratando, nesta dissertação, da situação material concreta de “meninos de rua”. Como trabalhamos com discursos, com sentidos, com memórias, buscamos identificar como eles são significados pela maior parte da população: por estarem “fora do lugar”, são caracterizados como “menores” e os outros adjetivos que já discutimos e parece que deixam de ser crianças e

adolescentes. São da rua. Não pertencem ao mundo dos “normais”. E esta forma de “olhar” o “menino de rua” acaba direcionando a realidade que a sociedade constrói para estas pessoas.

Um aspecto muito importante é a realidade de trabalho. Como já apontamos, se a criança e o adolescente têm direito ao lazer, esporte, cultura e todos os outros elementos apontados no artigo 4º do ECA, resta ao “pivete” de rua o mundo do trabalho. Este fator, como analisaremos, está presente de maneira muito forte nos discursos, motivando a posição que o sujeito ocupa. Pelas formações discursivas, identificamos as formações ideológicas que determinam o sentido do trabalho para a criança pobre que é motivada a trabalhar para que não fique no ócio, sujeita, portanto, a cometer atos ilícitos.

No primeiro capítulo, citamos uma reunião do CMDCA, que fora realizada na Associação Comercial de Santo Antônio de Jesus. Na referida reunião, analisamos discursivamente o trecho da ata relativa à fala do então Presidente da Associação, que tratou “sobre crianças que andam atrapalhando o nosso comércio e do projeto do Pólo Industrial que tem como meta prioritária dar emprego às crianças carentes.”²²⁴

Mais uma vez podemos constatar, pelo trecho citado, a ideologia do trabalho como meio de resolver o problema dos “meninos de rua”. É curioso observarmos a força dessa ideologia, que atravessa gerações. Menezes trata do trabalho infantil, ao afirmar que

a presença de crianças e adolescentes nos recintos de trabalho dos ‘artistas’ de Santo Antonio de Jesus era algo recorrente no início do século XX. Desde cedo muitos eram inseridos no mundo do trabalho como aprendizes de tipógrafo, barbeiro, marceneiro, alfaiate, sapateiro, carpinteiro, dentre outras profissões, para aprenderem um determinado ofício e, provavelmente também, para ajudar e/ou garantir o sustento pessoal e da família.²²⁵

Desta forma, a inserção da criança e do adolescente no trabalho é feita para que saiam da rua, para que tenham a possibilidade de, mantendo-se ocupados, não desenvolvam ações que incomodem e que coloquem em risco a tranquilidade do

²²⁴ Livro de Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ano: 1993. p. Arquivo: CMDCA.

²²⁵ MENEZES. *Op. cit.*, 60-61.p.

Outro. Além disso, o trabalho aparece como responsabilidade para crianças e adolescentes cujas famílias carecem de recursos financeiros.

Esta ideologia não é recente na história brasileira. No século XVIII, quando as práticas de assistência a crianças eram caritativas, já existia grande preocupação dos comerciantes com a existência de crianças e adolescentes nas ruas.²²⁶ Semelhante ao que ocorre em Santo Antônio de Jesus nas últimas décadas, essa realidade não era motivo de preocupação por parte da maioria naquele período. As ações desenvolvidas, como o encaminhamento de meninos para algum Mestre, para aprender ofícios mecânicos e agricultura, era uma forma de resolver o incômodo que a presença de meninos e meninas ociosos trazia.

Curiosamente, uma das formas encontradas para tirar meninos e meninas das ruas na década de 1990, em Santo Antônio de Jesus, foi a criação do curso de movelaria,²²⁷ promovido pelo NISSA – Núcleo Social e Profissional da Juventude de Santo Antônio de Jesus. Longe de querermos julgar os projetos do NISSA e a sua eficácia dentro da comunidade, já que esse não é o objetivo, embora reconheçamos que muitas ONGs têm uma preocupação social muito grande, chamamos a atenção para a ideologia do trabalho para a população pobre, que é visível na nossa sociedade.

Procuramos estas informações para compreender melhor o sentido do trabalho, como o que aparece no trecho a seguir:

Quando eu saí (do abrigo), fui trabalhar numa fábrica de biscoitos, já tenho uns 3 anos lá e hoje vivo essa vida que você vê. [...] Meu trabalho é bom, pra gente que sabe que a vida de homem é trabalhar. Tenho uma casa já com meu trabalho.²²⁸

O sentido do trabalho aparece, neste discurso, como transparente, natural: todos sabem que é o trabalho que “dignifica o homem”, que a vida do homem só existe, de verdade, com o trabalho. Este é o “lugar” ideal para ser ocupado por alguém que não fala mais do “lugar” de “menino de rua”. Sendo assim, é o ato de

²²⁶ MARCILIO. *Op. cit.*

²²⁷ Informação decida pela Irmã Benedita Camurugy, durante entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2008.

²²⁸ Sílvio. Entrevista citada.

trabalhar que demonstra que os sentidos praticados pelos sujeitos não mais os caracterizam como “marginais”, “malandros”.

Hoje eu moro no Bairro Irmã Dulce, estou parado, mas sempre que eu acho alguma coisa eu sou um cara com determinação, porque antes trabalhar do que roubar, né? Antes trabalhar com o seu suado do que com o mal abençoado.²²⁹

Como já abordamos, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Por isso, ao (re-)produzir esse sentido sobre trabalho, o sujeito também produz a sua identidade, identificando-se com uma posição sujeito prevista e aceitável pela sociedade, especialmente por estar em consonância com a ordem do discurso sobre o urbano. E, para tanto, o sujeito recorre ao já dito e o (res-)significa.

Pelos sentidos expressos nos discursos, o homem a mulher pobres, que trabalham, estão teoricamente preparados para assumir a família. “O que eu penso da vida é me formar, ser um bom pai, eu vou ser pai agora, meu filho vai nascer em setembro.”²³⁰ Além disso, a relação com a família está estritamente relacionada com o sentido do trabalho. Para atualizar a memória sobre família, o sujeito atualiza o sentido de homem trabalhador, honesto, pois estes sentidos fazem parte do mesmo imaginário, já que são produzidos sob as mesmas condições de produção, embora apareçam, pelo efeito ideológico, como universais e eternos.

Olha só, eu tenho pensamento super positivo. Mas tem um pequeno e grande problema ao mesmo tempo, porque meus antecedentes criminais estão sujos e a sociedade não dá oportunidade pra um ex-detento. Mas eu me viro porque eu sou barman, graças a Deus, sei instalar computador, sei digitar, sei formatar, inclusive eu aprendi até no Conselho, tudo eu comecei lá. Hoje eu se a pessoa, se a sociedade não abrir a porta pra mim, na vagabundagem eu não vou entrar, isso eu tenho certeza, não entro na vagabundagem. Porque minha mãe sofre e se minha mãe sofre eu sofro em dobro. Se eu faço minha família sofrer eu sofro mais ainda.²³¹

Se o sujeito se inscrevesse em outra formação discursiva, os sentidos de trabalho, de família, de “menino de rua” etc., seriam outros e as identidades também seriam outras. Não queremos dizer, com isso, que os discursos analisados

²²⁹ Júlio. Entrevista citada.

²³⁰ Bruno. Entrevista citada.

²³¹ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

apresentam sentidos fixos, únicos. Devemos lembrar que, como nos aponta Orlandi²³², existe uma política do silêncio, que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.”

Se o silêncio trabalha no limite entre as formações discursivas, ao ressaltar a necessidade do trabalho o sujeito silencia outros sentidos. Certamente, são os sentidos associados ao “menino de rua”, que é tido, geralmente, como vilão, sendo raramente significado como vítima dos problemas sociais. A memória sobre “meninos de rua” pouco associa a eles a importância do lazer, do esporte, da cultura etc. Por isso são os “menores”. Às crianças e adolescentes é que são direcionados estes sentidos previstos no ECA.

A memória sobre família é um aspecto imprescindível a ser observado nas entrevistas enquanto elemento motivador do processo de construção das identidades. No trecho a seguir, esta característica é visível:

Moro com minha família no Bairro Irmã Dulce, com 5 irmãos, 6 comigo, minha avó, minha tia, tem minha tia que cuida de mim também. É assim, eu penso assim, eu penso hoje no certo, não no errado, porque o errado que a gente faz um dia vai tudo pro brejo. Então, antes a pessoa andar na linha do que andar errado.²³³

Assim como estar trabalhando, estar próximo à família é um aspecto essencial para o sentido de cidadania almejado (ou seria imposto?). Isto é, o sujeito aproxima-se de sentidos desejados e previstos na sociedade, sentidos já-lá – enquanto cala outros sentidos não-desejados -, embora ele se veja como “dando” os sentidos, sendo a origem destes. “Eu gosto muito de minha mãe, todo dia eu vou lá. Meu pai, minhas irmãs, estou com ele, saio com ele. Pra mim é bom.”²³⁴

Os sujeitos dos discursos retomam uma memória de família, mesmo que estes não tenham sido praticados, experimentados.

Hoje eu quero primeiramente arrumar minha vida, ter uma casa. Porque minha casa eu to fazendo ainda, tô terminando, tá faltando terminar. Logo após, eu pretendo procurar uma pessoa, entendeu? Que eu goste, que ela goste de mim, depois casar, ter filhos.²³⁵

²³² ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: os movimentos dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 4ª ed. 1997, p. 75.

²³³ Júlio. Entrevista citada.

²³⁴ Sílvio. Entrevista citada.

²³⁵ Sílvio. Entrevista citada.

O interdiscurso direciona os objetivos, os sentidos praticados pelos sujeitos. É pela relação com este Outro que o sujeito constrói sua identidade, ou identidades. No caso da mulher entrevistada, mesmo havendo uma ausência de referenciais sobre os sentidos de família, ainda assim há a presença desta memória: “Tenho o sonho de ter uma casa.”²³⁶ O desejo aqui expresso não é apenas no sentido material. Trata-se, acima de tudo, de casa enquanto representação simbólica de família, de espaço onde são praticados os sentidos valorizados socialmente, de solidariedade, companheirismo.

Embora não tenhamos acesso ao conjunto do dizível, as memórias que temos analisado estão presentes no trecho a seguir, em que é dito o seguinte, sobre os objetivos futuros: “(Vou) trabalhar e botar comida dentro de casa (...) para minha família.”²³⁷ Este trecho é de um adolescente que ainda mora na instituição. São esses os ensinamentos realizados neste espaço? O trabalho e a família são os elementos norteadores do processo de socialização e formação das crianças e adolescentes nas instituições? Com estes questionamentos, não queremos aqui julgar se isto é certo ou não, o que nos instiga é a semelhança dos sentidos praticados, das posições dos sujeitos, nos diversos discursos.

Se os sentidos derivam de discursos que os sustentam, interessa-nos observar também, nos discursos dos sujeitos, a memória discursiva relacionada aos ensinamentos religiosos, com os quais mantiveram contato nas instituições pelas quais passaram. Seguindo uma tradição existente no Brasil desde o período colonial, grande parte das instituições de apoio à criança e ao adolescente de Santo Antônio de Jesus é de inspiração religiosa. No caso dos abrigos existentes na Cidade, todos pertencem a igrejas.

Conforme já citamos, Júlio, ao responder a primeira pergunta²³⁸, que questionava sobre a sua vida na infância, enfatizou as experiências vividas após a ida para o abrigo, no caso, o Sítio Santo Antônio. O entrevistado enfatiza que suas conquistas foram alcançadas “graças a Deus e ao Padre Nelson”. Foi graças a eles, segundo o entrevistado, que ele teve acesso à escola e deixou de usar drogas.

²³⁶ Sara. Entrevista citada.

²³⁷ Sérgio. Entrevista citada.

²³⁸ Julio. Entrevista citada.

Há nesse texto a presença marcante da memória discursiva religiosa a que o entrevistado teve acesso na instituição. Sendo assim, pela ideologia presente, foi graças a Deus – e ao Padre Nelson – que Júlio conseguiu sair da rua, ter acesso a educação, deixar de usar substâncias psicoativas, dentre outros. É certo que o Sítio é resultado da iniciativa da Igreja Católica, Paróquia de Santo Antônio, bem como do Padre Nelson. Não é isso que estamos analisando. Chamamos a atenção para o sentido presente no discurso, em que não aparece a consciência dos direitos da população infanto-juvenil, da necessidade de formulação de políticas públicas.

No texto produzido por Júlio, é visível a presença da memória em que o sujeito aparece como culpado por sua situação de pobreza, pela violência sofrida e até pela sua morte, já que muitos “não botam a mente pra funcionar”, voltando para as ruas e envolvendo-se em situações ilícitas que provocam graves conseqüências. O sujeito do discurso expressa a visão geralmente difundida na sociedade de pobreza associada à vadiagem, à malandragem e à delinqüência e a direciona aos sujeitos que, em conseqüência de diversos fatores complexos do contexto em que viveram, acabaram sendo assassinados. Segundo os discursos analisados, se as mudanças positivas na vida de Júlio e dos demais é responsabilidade de Deus, do CT ou da instituição, as coisas negativas são responsabilidade do “(ex-) menino de rua”, que certamente optou por um caminho errado, que não respeitou as regras definidas na sociedade e na instituição.

No trecho a seguir, embora não haja a presença da religião, notamos uma referência à ideologia religiosa e à memória discursiva que trata da importância dos ensinamentos religiosos para a regeneração da pessoa. Sílvio, ao ser questionado sobre o que pensa dos meninos que estão na Praça hoje, responde:

Eu penso o seguinte, que todos eles precisam de uma ajuda, que até no lixão nasce flor, né? Por mais que estejam ali, só precisam de uma pessoa pra orientar, pra dizer o que é bom e o que é ruim: que o que estão fazendo não é certo, que na rua tem que ter respeito, e se um dia eles acharem uma pessoa que dê carinho a ele, amor, como eu tive com uma pessoa que morreu. Onde eu vou eu lembro de finado B. B morreu, foi uma pessoa que fez falta e que é um exemplo.²³⁹

²³⁹ Sílvio. Entrevista citada.

A comparação da criança e do adolescente com o lixão, local onde é possível nascer flor, bem como a referência à necessidade do sujeito ter alguém que diga o que é bom e o que é ruim, nos faz pensar nos possíveis trabalhos realizados com crianças e adolescentes que saem da rua e vão para a instituição. É neste espaço que, atendendo aos anseios da sociedade, o “bandido em potencial” pode “regenerar-se”, “aprender o bem”, de acordo com preceitos religiosos seguidos pela instituição. E a flor que nasce no lixão pode ser a pessoa que passa a ter fé e a agir de acordo com os ensinamentos religiosos.

Chamamos a atenção para a memória discursiva presente em outro espaço. Dessa vez, trata-se da memória presente no discurso de Roberto, enquanto estava na prisão, período em que realizamos a segunda entrevista. Ressaltamos que, durante a primeira entrevista, em que havia referências positivas à vida de crianças e adolescentes em situação de rua, não notamos, ao realizarmos a análise do discurso, a presença de elementos do discurso religioso.

É proveitoso lembrarmos que, em entrevista com a mãe de Roberto, no mês de dezembro de 2007, ela nos informou que “ele tá, dizendo ele, que tá estudando a bíblia lá, ele tá lendo a bíblia. Ele vai ser crente [...]. Ele tem fé em Deus que quando ele sair de lá ele vai acompanhar a igreja dele.”²⁴⁰ Uma das motivações para a nova postura de Roberto é a constante presença, nos dias de visita da cadeia, de membros de igrejas evangélicas.

Na segunda entrevista, novos efeitos de sentido são identificados no discurso de Roberto. Este, ao ser questionado sobre as mudanças ocorridas em sua vida desde a nossa primeira conversa, disse:

...de lá pra cá minha vida mudou bastante, só que eu tinha uma coisa de dizer assim: “crack é coisa de otário”. Chegava pra meus amigos e dizia: “crack é droga de otário”. Mas não é que o crack me deu um abraço? Ele me levou pra o mais fundo do abismo, foi o crack. Mas eu tive coragem e fiz uma oração, drogado, e Deus me ouviu e disse a Deus: “se o Senhor quer que eu largue essa droga o Senhor pode me botar atrás das grades 2 meses. Eu tenho 9 meses preso.”²⁴¹

Este discurso é sustentado por uma ideologia que justifica as ações pela vontade de Deus. Segundo o sentido apresentado, foi pela vontade de Deus que

²⁴⁰ Sra. Maria. Entrevista citada.

²⁴¹ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

Roberto foi preso, como forma de livrá-lo do vício do crack. Em toda a sua fala, Roberto continuou fazendo referências a Deus, o que não aconteceu na primeira entrevista, em que não há nenhuma alusão à fé como forma de resolver problemas existentes.

No nosso primeiro contato, Roberto demonstrou considerar normal a vida na rua. Até aquele período, as suas experiências, inclusive de institucionalização, apareceram em seu discurso com um sentido positivo, como experiências de aprendizagem. No entanto, o fato de ser mantido preso por muitos meses causou um impacto em sua postura, alterando sentidos antes apresentados, a exemplo dos sentidos dos “meninos de rua”, e acrescentando outros, como é o caso da fé, antes não mencionada. Roberto citou que é “réu primário e então graças a Deus eu tenho um currículo na sociedade que não é praticar furto.”²⁴²

É notável a mudança na postura do entrevistado, que já não tem coragem de realizar os atos praticados enquanto vivia na rua, como “bagunçar”, “arranhar carros”, “colocar pregos em pneus de carro” etc. Isso pode estar associado como a nova postura do sujeito que se identifica com os ensinamentos cristãos, que ocupa um outro “lugar”, de forma consciente ou não, como forma de distanciar-se dos problemas com os quais se envolveu quando se encontrava na rua.

Analisando discursivamente a entrevista de Sara, não identificamos a presença da memória sustentada pelo discurso religioso. No caso desta entrevistada, como já abordamos, não houve institucionalização, tampouco vínculo com a família. Desta forma, Sara não esteve próxima do discurso religioso, não foi por ele influenciada.

Sérgio, adolescente que vive na instituição, ao ser questionado sobre como vivia, no momento da entrevista, respondeu: “Nós rezamos pelo Deus.”²⁴³ Nesta resposta, há um discurso dominado pelo interdiscurso, isto é, pelo que é dito antes, embora esquecido pelo sujeito. E nesse interdiscurso, o contato com Deus, rezar, obedecer a Deus é tido como essencial, sendo, por isso, praticado cotidianamente na vida no abrigo.

Existem outros elementos que identificamos como motivador do processo de identificação dos sujeitos dos discursos analisados. Um deles é a educação formal.

²⁴² Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²⁴³ Sérgio. Entrevista realizada em 11/07/2007.

Isto é, o acesso à escola e a aprendizagem da leitura são aspectos diferenciadores do “lugar” que o sujeito ocupa, como podemos analisar nos trechos a seguir: “Pra ser menino de rua tem que dormir na rua, tem que conviver na rua, 24 horas no ar na rua. Eu não, eu vou para casa, hoje sei ler, não muito, mas sei.”²⁴⁴

Mesmo em outras condições de produção, já que esta entrevista foi realizada na prisão, no discurso a seguir o sujeito aponta os seguintes elementos como positivos para sua identidade: “Vamos ver meu lado positivo. Hoje garças a Deus eu sei ler um pouco, sei escrever um pouco, sei me comunicar com as pessoas.”²⁴⁵

Como diz Orlandi²⁴⁶, ao falarmos sempre afastamos sentidos não-desejados. Desta forma, os discursos analisados aproximam-se do sentido que desejam expressar como único, verdadeiro: o ideal de cidadania que almejam tem como uma de suas condições o acesso à escola, ao saber formal. Identificamos este sentido nos trechos a seguir:

Acabamos indo eu e um menino que chama Bruno (para o abrigo), ai eu comecei a estudar de verdade, já tinha uns 11 anos e comecei lá a alfabetização, estudei até a 4ª série, ai a 5ª a gente já estudava na rua. Na verdade, eu comecei a estudar com 11 anos, por isso estou atrasado até hoje. [...] Então, graças a Deus eu tava estudando (desistiu há dois anos), eu pensava que não ia chegar nem na 5ª série. Hoje aprendi um pouco do estudo e se Deus quiser no outro ano vou voltar a estudar pra me formar, pra concluir o 2º grau.²⁴⁷

É importante salientarmos que este trecho foi construído para responder sobre como o entrevistado está atualmente. Isto é, não fizemos pergunta sobre a vida escolar de Júlio, tampouco sobre os demais. Como podemos notar, é pelo efeito ideológico que os sujeitos assumem esta posição.

Sílvio diz que se considera um cidadão, dando a seguinte justificativa: “...eu trabalho, *estudo*, faço minha academia e toco minha vida como Deus quiser.”²⁴⁸ (grifo nosso). Sara não faz referência aos estudos. Mas, neste discurso, não dizendo, o sujeito diz muitas coisas, apresenta sentidos que o analista atento perceberá: as dificuldades, a distância das instituições, são marcantes na trajetória

²⁴⁴ Roberto. Entrevista realizada em 02/06/2007.

²⁴⁵ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²⁴⁶ ORLANDI. *Op. cit.*

²⁴⁷ Júlio. Entrevista citada.

²⁴⁸ Sílvio. Entrevista citada.

significada pelo sujeito que não tem sua identidade marcada por aprendizagem como ler e escrever. Como é difícil para o sujeito suportar o não-sentido, na ânsia de interpretar, de dar sentidos, mesmo respondendo “não sei”²⁴⁹ sobre como se sente hoje, mesmo não tendo seus direitos mínimos garantidos, o sujeito significa-se pela relação com os filhos, pela necessidade de ter uma casa.

Como analisar a identidade do sujeito do discurso que caracteriza o estudo como importante para aprender a “fazer o nome?”.²⁵⁰ A complexidade não se dá apenas por esse discurso ser observado na entrevista feita a um adolescente. Se para significar toda palavra tira seu sentido de formulações que se sedimentaram historicamente, nos questionamos sobre esse sentido, ou melhor, sobre a ausência de sentidos do ato de estudar. Se alguém estuda apenas para escrever o nome, então a importância da educação é minimizada, reduzida a quase nada.

Observando os sentidos da escolarização nos discursos apresentados, podemos identificar posições diferenciadas dos sujeitos. Quanto mais há uma relação com os sentidos da escola, com a escrita, leitura, mais os sujeitos se aproximam dos sentidos do urbano, mais se sentem integrados à sociedade, que, pelo efeito ideológico, materializa uma formação discursiva na qual os sujeitos letrados têm mais espaço, mais respeito e são mais valorizados socialmente, ao contrário de quem possui menos ou nenhuma escolarização.

A escolarização aqui também está ligada ao acesso a outras formas de conhecimento, consideradas essenciais hoje, como o conhecimento das tecnologias. Sabemos que o computador ainda não é acessível a toda a sociedade. Portanto, o conhecimento da informática aparece no discurso a seguir e marca o sentido praticado pelo sujeito. A posição do sujeito é enfática em relação a este sentido, e este é capaz de modificar a identidade e a relação com a sociedade.

Olha só, eu tenho pensamento super positivo. Mas tem um pequeno e grande problema ao mesmo tempo, porque meus antecedentes criminais estão sujos e a sociedade não dá oportunidade pra um (ex-) detento. Mas eu me viro porque eu sou barman, graças a Deus, sei instalar computador, sei digitar, sei formatar, inclusive eu aprendi até no Conselho, tudo eu comecei lá. Hoje eu se a pessoa, se a sociedade não abrir a porta pra mim,

²⁴⁹ Sara. Entrevista citada.

²⁵⁰ Sérgio. Entrevista citada.

na vagabundagem eu não vou entrar, isso eu tenho certeza, não entro na vagabundagem.²⁵¹

É importante ressaltarmos que estas reflexões sobre as identidades dos sujeitos constituem-se em tentativas de compreensão dos processos que sustentam a interpretação, que sustentam o discurso. Conforme nos alerta Pêcheux²⁵², ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja. Sendo assim, nos valem aqui de pistas encontradas nos discursos e de conhecimentos das condições de produção para compreendermos como os sujeitos e os sentidos são produzidos.

3.4 *Discurso e identidade: conformismo e resistência*

Marilena Chauí afirma que “para que algo seja isto ou aquilo e isto e aquilo é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais.”²⁵³ Esta abordagem está intimamente relacionada à teoria da Análise do Discurso, segundo a qual o discurso não está relacionado ao real, pois não há uma relação direta ou natural entre palavra e coisa.

Sendo assim, os “meninos de rua” ou os “(ex-) meninos de rua” são definidos como “marginais” e “pivetes”, “malandros” e “pessoas sem solução”, ou “isto e aquilo” relacionado a tantos outros adjetivos desta mesma natureza, não por serem ou agirem desta forma. Mas assim a sociedade os definiu. E, pela ação do esquecimento, passam a serem vistos desta maneira sempre, como se os sentidos a eles direcionados estivessem impregnados em seu real, em sua forma de viver.

Certamente, não queremos aqui defender um sentido único para quem esteve ou quem está na rua, ocupando e (re-)significando este espaço. Se estamos analisando os “(ex-) meninos de rua” em uma perspectiva discursiva, podemos afirmar que eles podem ser isto ou aquilo, sempre. Eles são polissêmicos.

Até aqui, temos refletido sobre a ação da memória e do esquecimento e do primado do interdiscurso sobre o discurso. Com esta característica do discurso, pode parecer que todo sujeito age apenas sob o efeito do conformismo, da aceitação passiva de sentidos construídos anteriormente.

²⁵¹ Roberto. Entrevista realizada em 01/04/2008.

²⁵² PÉCHEUX. *Op. cit.*

²⁵³ CHAUI. *Op. cit.*, p. 122.

Neste sentido, há de se retomar o seguinte ponto: como nos diz Orlandi²⁵⁴, quando nascemos os discursos já estão em processo e nós entramos nesse processo. E todos, ao falarem, filiam-se a redes de sentido. Este é um processo natural, do qual não temos controle, pois é regido pelo inconsciente e pela ideologia. É necessário apontarmos estes aspectos para que fique claro que não são apenas os sujeitos com vivências na rua que (re-)produzem sentidos, retomam memórias. Ninguém está fora deste processo.

Com isto, podemos abordar formas de resistências nos discursos analisados. Como se contrapõem às formas de conformismo? Inicialmente, consideramos que é relevante retomarmos uma idéia trabalhada por Chauí, segundo a qual as práticas de parte da população, como é o caso dos “meninos de rua”, apontadas como violência, são na verdade uma manifestação de contra-violência.

Certamente, este sentido de violência apontado pela autora não coincide com o sentido do urbano vigente, que vê “meninos de rua” e demais excluídos do sentido de cidadania como o Outro, inimigo. Neste contexto, a violência cometida pela sociedade que nega os direitos, que discrimina, que silencia, não é observada. Sendo assim, por tudo o que já foi apontado nesta dissertação, qualquer ação cometida por quem está na rua, mesmo que seja uma reação, uma resposta à sociedade, está longe de ser percebida como contra-violência, como forma de resistência.

Consideramos complexo identificar as formas de resistência nos discursos dos sujeitos que já não estão na posição do “menino de rua”, que já não usam o sentido da violência como protesto e como forma de reação. Conforme temos analisado, os sujeitos procuram aproximar-se, o máximo possível, de forma inconsciente ou não, dos sentidos do urbano e do cidadão que é aceito: o trabalhador, letrado, com família. Estes que a sociedade considera “normal”, aceitável.

Podemos afirmar que estes sentidos, estas formações discursivas sobre os vários elementos que passam a ser praticados após a saída da rua, estas novas formas de identificação em si são formas de resistência. Como? Um exemplo contundente é o sentido de família. Esta fora apontada inicialmente como

²⁵⁴ ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000, p. 39.

responsável pela existência do “menino de rua” e depois, referindo-se à vida na atualidade, é apontada como essencial, harmoniosa. Se para entrar na ordem do urbano é necessário estar na família este fator aparece de forma bastante visível nos discursos.

Os textos analisados nos dão várias pistas de formas de resistência: “Todo mundo respeitando todo mundo. Era uma família mesmo”; “...eu penso assim, eu penso hoje no certo, não no errado...”; “Hoje eu me vejo como um cidadão...”. Trechos como estes, já citados e analisados – retirados das vozes de Roberto (segunda entrevista), Júlio e Sílvio respectivamente – nos fazem questionar por que os sujeitos são afetados por estes e não por outros sentidos. Seria isto uma coisa aleatória? Cremos que não.

A insistência em sentidos positivos está na necessidade de substituir os significados anteriormente apontados para as pessoas que se encontravam na rua. Se antes eram “bandidos em potencial”, os sujeitos querem ressaltar, hoje, o sentido do “cidadão”. Essa forma de resistência não é banal, tampouco insignificante. As novas posições sujeito estão relacionadas às mudanças na sociedade, às transformações nas formas de vida. É importante ressaltarmos que, conforme já dissemos, tratamos dos sujeitos dos discursos, mas estes discursos são praticados em uma sociedade, que age de acordo com a forma como (se) significa o Outro.

Ao tratarem do presente e elaborarem projetos para o futuro – mesmo projetos mais vagos, como o caso do discurso analisado na entrevista de Sérgio e Sara, os sujeitos apontam a existência de formas de identificação continuamente negociadas, já que, se projetam sentidos para o futuro, significam-se como sujeitos não passivos, que não se posicionam como seres dominados e que vivem ao acaso.

Trabalhar, constituir família, estudar, praticar esporte, ter uma casa, ser aceito pela sociedade após sair da prisão etc. Vários são os projetos. Não importam quais sejam, se são mais ou menos difíceis de serem alcançados. Estes projetos são utilizados, também, como formas de resolver as contradições em que vivem, que mesclam sentidos de “meninos de rua” e a necessidade de novos sentidos, para quem deseja estar ou praticar os sentidos da casa. Resolvendo as contradições, os sujeitos praticam sentidos relacionados às formas de resistência. É certo que estas contradições nunca são totalmente resolvidas – pois são constitutivas dos discursos. E que as identidades nunca são completamente ajustadas. Estas são continuamente negociadas e, com isso, novas formas de resistência são construídas.

Já vimos que as formações discursivas materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações do homem com o mundo. O analista do discurso não ocupa um lugar absoluto, para enxergar todos os efeitos de sentido, todas as contradições que são materializadas nas formas de conformismo e resistência dos discursos. No entanto, por compreender que as identidades se constituem no espaço da diferença, as variadas leituras que temos realizado nos fazem compreender que as formas de resistência dos sujeitos por nós analisados foram sendo construídos e (re)significados em um espaço de diferença que inclui violência, exclusão. Não porque o Outro em relação ao “menino de rua” é violento por natureza. Mas porque aprendeu que a violência, a exclusão e a indiferença são as formas ideais de tratar aquele que está “fora do lugar”. Referimo-nos não à violência física (isto pode ser matéria de outros tipos de análise). Tratamos aqui do âmbito histórico-discursivo, que trazem conseqüências para a sociedade, pela forma que sujeitos e sentidos são (re)produzidos.

Como diz Orlandi, compreender é saber que o sentido pode ser outro.²⁵⁵ Para o analista do discurso, a AD nos encaminha no processo de reflexão, nos ensina a pensar, é que ela nos tira as certezas e o mundo fica mais desafiador. E pensar que o sentido pode ser sempre outro vai nessa direção.

E para o sujeito do discurso analisado? Como se porta diante desse Outro sentido? Certamente, ele não tem consciência do deslizamento de sentidos. Este sujeito não reflete que a linguagem, do ponto de vista da AD, é essencialmente plural. E pluralidade, o que varia, não é o que tem defeito, o que não é correto. É o cerne mesmo da nossa capacidade de linguagem. Estamos sempre às voltas com versões.

Por que uma e não outra? Eis a questão. O sentido pode ser outro para uma pessoa, dependendo de sua relação com as condições de existência. Quantas vezes nos surpreendemos ao ver que soa em uma palavra um sentido ainda não tínhamos percebido? Nem poderíamos. Esta é uma questão da historicidade do sentido e da identidade do sujeito.

É por isso mesmo que a variação dos sentidos e dos sujeitos aqui analisados não é algo excepcional, algo impossível de entender. Os jogos de conformismo e

²⁵⁵ ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, S.P.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

resistência, de paráfrase e polissemia, dos discursos analisados, não estão soltos, são administrados e estão em consonância com os movimentos da história.

Como já dissemos, os silêncios fazem parte desse movimento da história. E os sujeitos usam este recurso na construção da identidade. Sabemos que muitas coisas foram silenciadas sobre a rua e sobre as pessoas e instituições com as quais mantiveram contato, com as quais foram apreendendo determinados sentidos. Esse processo faz parte do jogo de resistência, já que a sociedade rege os discursos e nem todos são autorizados a avaliar, a criticar. Silenciar, portanto, é entrar nesse jogo, buscando seu lugar de interpretar, construindo sua(s) identidade(s).

Como o teatro da identidade se organiza e se apresenta para o sujeito que fala do lugar da casa? Precisamos retomar que não é certo que esta relação com a casa é pacífica, harmoniosa e que o lugar físico que o entrevistado se encontra é a casa. cremos que isto ficou claro. O lugar aqui é simbólico. É que o sujeito do discurso não fala mais da posição de “menino de rua”. Com exceção de Roberto que, como vimos, defendia a vida de “menino de rua” durante a primeira entrevista, fato que foi sendo modificado pelas mudanças nas condições de produção, nas condições de existência.

Estas mudanças não se dão apenas por causa das dificuldades e sofrimentos vivenciados na rua e depois dela. Os sentidos vão além das experiências de fome, frio, prisão etc. As formas de resistência e as mudanças de posicionamentos e de assujeitamento ocorrem motivadas por práticas históricas e ideológicas que direcionam a “meninos e meninas” sentidos negativos. Estes sentidos chegam aos sujeitos por uma memória. Porém, pelo esquecimento, são naturalizados, como se fossem transparentes. Sendo assim, se não houvesse formas de resistências e ressignificações, talvez não tivéssemos feito as entrevistas e os “meninos de rua” nem chegassem a construir outras formas e possibilidades de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as reflexões que aqui fizemos nos levam a afirmar que este trabalho de análise vale “por aquilo que nele não deveu caber”. E isto não é um defeito desta dissertação. Trata-se da natureza da linguagem e do discurso: incompleto, os sentidos seriam outros se nossas questões fossem outras, chegaríamos a outras respostas. Por ora, reflitamos sobre as respostas que encontramos durante nossas observações.

Inicialmente, podemos afirmar que para entendermos os discursos sobre a rua, sendo estes identificados nas entrevistas das pessoas que viveram nas ruas de Santo Antônio de Jesus, a quem chamamos de “(ex) meninos de rua”, foi produtivo “passearmos” pelos sentidos construídos historicamente sobre “meninos de rua”. Seria ingenuidade acreditarmos que os sentidos hoje praticados não têm relação com aqueles que eram comuns no período em que nossos entrevistados viviam parcial ou totalmente nas ruas, ou em período anteriores da história da Cidade.

As memórias e as identidades que identificamos nas análises oferecem grande contribuição, devendo extrapolar os limites da Universidade. Por quê? Por que nelas encontramos elementos que continuam atuais em nossa sociedade. Há o primado de um interdiscurso, que sustenta estereótipos, em vez de motivar ações que possam levar cidadania a muitas crianças e adolescentes que estão nas ruas e, mais ainda, a homens e mulheres que saem das ruas e desejam (re)construir suas vidas, suas famílias, seus sentidos na sociedade.

Sendo assim, os sujeitos dos discursos vivem no jogo em que há um eterno conflito e disputa entre as memórias negativas sobre os “meninos de rua” e a resistência e a necessidade de construção de novos sentidos, que auxiliem na construção de outras identidades.

É necessário que não esqueçamos que este processo não ocorre fora da ideologia, a qual reside no fato de que ao interpretar, o sujeito considera evidente o sentido que é constituído por uma materialidade em determinadas condições de produção.

Podemos afirmar que nos discursos analisados há uma necessidade de laço social que sempre estará presente, ainda que os sujeitos falem de um “lugar” de

exclusão, de situação absolutamente desfavorável. Estes sujeitos, marcados pelos sentidos da violência continuamente sofrida, são afetados pela memória que os significa de maneira negativa, sendo que, muitas vezes, em vez de vítimas, de violentados, são significados por todos os adjetivos que foram citados neste trabalho: “moleques”, “bandidos”, “sem solução”, dentre outros.

Para a construção dos laços sociais, para serem incluídos na sociedade, quebrando todas as barreiras que dificultam esse acesso, os discursos analisados nas entrevistas de Júlio, Roberto, Bruno, Sílvio, Sara e Sérgio apresentam muitos silêncios. Destes, ressaltamos os silêncios sobre a família, sobre a vida de “menino de rua” e sobre a atualidade.

Sobre a família, os sentidos deslocaram-se quando a abordagem era feita em relação a ida para a rua e em relação aos dias atuais. Inicialmente, a família era apresentada como a grande responsável pelo entrevistado ter vivido na rua. Nos discursos analisados, os sentidos da família ausente, negligente, é a justificativa para o sujeito ter experienciado a vida de “menino de rua”.

Já apontamos que esta forma de caracterizar a família não é neutra e que não está relacionada apenas a realidade concreta dos meninos de rua. O modo de significar a família é afetado pela memória, por sentidos praticados socialmente e que são tomados como neutros, naturais. E é neste jogo em que o sujeito é afetado pela língua e pela história que o sentido acontece e que o sujeito, ao se inscrever em uma formação discursiva, constrói sua identidade.

A família é significada de uma maneira diferenciada posteriormente por causa dos deslizamentos no texto, pelos movimentos na história, nas condições de produção, pelas margens no texto, que são elementos que possibilitam as mudanças de sentidos. Portanto, ao referirem-se ao momento atual, os sujeitos significam a família de forma positiva, apontando familiares como indispensáveis no hoje, mesmo aqueles que inicialmente, segundo os discursos analisados, rejeitaram e não zelaram pela permanência do filho na casa.

Aprendemos com Pêcheux que uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Se o sentido é adquirido em cada formação discursiva, estas representam as variadas ideologias, que interpelam o sujeito de formas variadas, o que interfere diretamente na forma de significar a família. E não é apenas o sentido de família que sofre variação.

O modo como os sujeitos avaliam a experiência de “meninos de rua” nos permite fazer uma análise sobre os sentidos que imperam na sociedade: a forma negativa como a criança e o adolescente em situação de rua são caracterizados não é transparente, relacionada apenas a algo que se vê. Portanto, ao (re)produzir este sentido, o sujeito está agindo pelo efeito do esquecimento, pois não é a origem do que diz, embora, pela ideologia, há a noção de que o sujeito é responsável pelos sentidos por ele expressos.

Em um primeiro momento, podemos nos chocar com esta forma de caracterização do “menino de rua” por quem já ocupou este “lugar”. Para esta análise, é preciso lembrar que precisamos ouvir nas palavras ditas o que o sujeito não diz. Algo é silenciado. Isto ocorre porque o sentido não é solto. Este é regido numa sociedade que administra o sentido dos espaços, das coisas, das instituições. E a criança e o adolescente que estão na rua desestabilizam sentidos previstos para o espaço urbano. Por isto são negados. Para ser (re)inseridos, após a possível saída da rua, os sujeitos reproduzem sentidos e reforçam que as práticas comuns dos “meninos de rua” são roubos, uso de drogas, bagunças e brigas.

Observando os discursos sobre a vida hoje, os sujeitos enfatizam elementos considerados positivos, como trabalho, família, esporte. Por que o sujeito se “ancora” nestes sentidos? Será por que isso ocorre apenas pelo desejo mesmo de trabalhar, de estar em casa? Já dissemos que a forma que sujeito e sentidos são produzidos ocorre pela interpelação ideológica. Retomamos aqui a idéia de resistência, pois embora a reprodução de sentidos socialmente aceitos possa ser caracterizada como conformismo, consideramos que esta postura de silenciar as revoltas com a sociedade e (re)produzir os valores aceitos – trabalho, família, escola, igreja etc. – é uma maneira de resistir ao processo de exclusão, forjando caminhos de socialização e aceitação na sociedade.

A dificuldade de elaboração destes sentidos pela mulher entrevistada nos chama a atenção e nos faz questionar sobre as condições de produção em que o discurso é produzido. Essas condições são mais complexas que a dos homens entrevistados? Por que para eles os discursos foram diferenciados, havendo sentidos positivos sobre a família, sobre o futuro? Creemos que necessitamos de outros estudos, que nos permitam analisar mais cuidadosamente os discursos de mulheres que viveram experiências de rua.

Sugerimos também a realização de estudos com discursos como o que identificamos na entrevista com Sérgio. Desejamos saber como a ausência de expectativas e como os silêncios freqüentes, pela familiaridade com o “lugar” da exclusão, serão reelaborados futuramente, depois da vida na instituição.

Consideramos importante salientar que não apresentamos aqui verdades sobre as memórias dos “(ex) meninos de rua”. Antes, ressaltamos a complexidade destas memórias, que não são apresentadas com um sentido único, mas por vários sentidos. E é pela forma como estas memórias são apresentadas que a realidade é construída.

Sendo assim, estes sentidos reforçam os estereótipos de “menino de rua”, embora em alguns momentos as vozes e os silêncios nos façam perceber que o sujeito nega a visão negativa do “menino de rua”, apresentando-o como vítima da exclusão, do abandono e do descaso da sociedade, da família (que também pode não ter condições de retirar o filho da rua) e do poder público.

Estas considerações finais apresentam-se como um momento de reflexão e de retomada geral do trabalho. Compreendemos, pois, que é necessário “aceitar” a condição de não colocar o ponto final. E isso é uma motivação para que nos lancemos sempre ao prazer da descoberta em cada passo. Os autores que lemos, o aprofundamento da teoria por nós realizado, os questionamentos continuamente realizados não foram feitos para fecharmos as questões, mas para dialogarmos na diferença, na incompletude.

FONTES

FONTES ORAIS:

- Bruno
- Julio
- Roberto
- Sara
- Sérgio
- Sílvia

Obs.: Nomes fictícios

OUTRAS VOZES

:

- Irmã Benedita Camurugy (Representante de abrigo);
- Sílvia Barreto Brito Malta (Ex Presidente do CMDCA. Possui diversas experiências de atuação na área da infância e adolescência);
- Sra. Maria (Mãe de Roberto. Nome fictício).

FONTES ESCRITAS:

- Jornal O Paládio. Santo Antônio de Jesus. Números 2374 e 2387. APMSAJ;
- Livro de Atas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente. Ano: 1993. Arquivo: CMDCA;
- Ofício 537/05, encaminhado pelo CT ao CMDCA;
- Plano de Ação do Conselho Tutelar, referente ao ano de 2005;
- Relatório encaminhado pelo CT à Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, no ano de 2005, para subsidiar a implantação do programa Sentinela.

LIVROS DE MEMÓRIAS:

QUEIROZ, F. P. **A Capela do Padre Matheus**. Feira de Santana – BA: SAGRA, 1995.

SALES, G. P. **Santo Antônio de Jesus. 1965**: A cidade que encontrei. Gráfica Real, 2006.

FONTES COMPLEMENTARES:

ANTUNES, A. “Socorro” (03’12”) *in* **O essencial de Arnaldo Antunes**. (CD – áudio)
RJ: BMG internacional, 1999.

<http://www.espacoempresariaisaj.com.br>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. 112ª ed. RJ: Record, 2004.

ANTONACCI, Maria Antonieta, PERLMUTIER, Daisy (Orgs) **Ética e História Oral. Projeto História**.15 Educ, SP, 1997, Vol 15.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. RJ: Guanabara,1981.

ATAIDE, Iara Dulce Bandeira de. **Decifra-me ou devoro-te**: história oral de vida de meninos de rua de Salvador. 2 ed. São Paulo: Loyola. 1995.

BADINTER, Elizabeth . **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

BRANDÃO, Helena Hatusue. **Introdução à Análise do Discurso**. 2º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei federal 8.069/90.

CAMPOS, A. V. D. S. **O menor institucionalizado**: um desafio para a sociedade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

CASTRO, Rocio. **Análise da problemática da criança e do adolescente em situação de rua em Salvador a partir da complexidade genérico-racial**. Artigo apresentado no IV Simpósio Baiano de Pesquisadores sobre Mulher e relações de Gênero. Outubro de 1998.

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: Aspectos da Cultura popular *no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e A Rua**. 6 ed. RJ: Rocco, 2000.

D'ÁVILA, Celina. **Do cotidiano da gente**. ART – CONTEMP, Salvador / BA, 1992.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**. Da Criança na rua à criança cyber. Vozes: Rio de Janeiro, 2005.

ESPINHEIRA, G. **A casa e a rua**. *Cadernos do CEAS*, 145, 1993.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. Um breve preâmbulo.” in FERREIRA, M. C. L. (Org.) **Michael Pêcheux e a Análise do Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

FERREIRA, Rosa Maria Fisher. **Meninos de rua**: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Comissão Justiça e Paz / CEDEC.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador. 1890-1940. Salvador: CEB, 2003

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. SP: Editora Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir** – Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. 1ed. São Paulo: HUCITEC/EDUFBa, 1996.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GONÇALVES, Z. A. **Modo de vida e representações de menores de rua**. Belém. Projeto Alternativas de Atendimento a Menores de Rua, UNICEF/ SAS/ FUNABEM (Mímeo), 1985.

GRACIANE, Maria Stela Santos. “Ludicidade: a expressão e a resistência da criança de (e na) rua”, in SILVA, E. e MOTTI, A. (Orgs) **10 Anos de Estatuto**. A Construção da cidadania da Criança e do Adolescente. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2001.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. - RJ: DP&A, 2005.

LONDOÑO, Fernando Torres. "A origem do conceito Menor". *in* Priore, Mary del. (Org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MACHADO, Maria Clara Thomaz. "A Pobreza Urbana na Ótica do Capital". (Uberlândia – 1900 – 1960), *in* SILVA, Marcos A da. **República em Migalhas**; história regional e local. Porto Alegre: Marco Zero. 1990.

MACHADO, Rosa Helena Blanco. **Vozes e silêncios de meninos de rua**: o que os meninos de rua pensam sobre as nossas instituições. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. XXXII.

MARCILIO, M. L. **História Social da criança Abandonada**. Hucitec: SP 1998.

MATTOS, Ilmar Rohlloff. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. 4 ed. RJ: ACCESS, 1994.

MENEZES, Eliane. **A Beneficente dos 'Artistas' Santantoniense**. Dissertação. (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). UNEB, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, 2008.

MOTA, Maria de Lourdes Almeida de. *et. al.* **Viagens Poéticas**. Santo Antônio de Jesus, Ba: FFPSAJ / UNEB, 1991.

NEIVA-SILVA, L. & KOLLER, S. H. "A rua como contexto de desenvolvimento". *in* LORDELO, E. R., CARVALHO, A. M. & KOLLER, S. H. (orgs.) **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. SP: Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA, 2002.

NEIVA-SILVA, L. & KOLLER, S. H. "Adolescentes em situação de rua". in KOLLER, S. H. (Org) **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e referencias críticas. RJ: Conselho federal de Psicologia, 2002

NEVES, Lucília de Almeida. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**. Nº. 6, junho de 2003.

OLIVEIRA C. F. G. **Se essa rua fosse minha**: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife. Recife, UNICEF, 1989.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas, S.P.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **As formas do silêncio**: os movimentos dos sentidos. Campinas, SP: Pontes. 4ª ed. 1997.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2000.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas. SP: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

_____. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

ORTIZ, Esmeralda do Carmo. **Esmeralda, por que não dancei**. Coordenação do projeto: Gilberto Dimenstein. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

PASSETTI, Edson. "Crianças carentes e políticas públicas". in PRIORE, Mary del. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 1995.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História** nº 15, abril de 1997.

RIBEIRO, I. "Sociedade e família no Brasil contemporâneo": de que menor falamos? *in* RIBEIRO, I. & BARBOSA, M. L. V. A. (Orgs.), **Menor e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

RIZZINI, Irma & RIZZINI, Irene. "Menores institucionalizados e meninos de rua": Os grandes temas de pesquisa na década de 80. *in* FAUSTO, A. & CERVINI, R. (Orgs.), **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. São Paulo: Cortez. 1992

RODRIGUEZ, Suzy Lagazzi. ORLANDI, Eni P. (Orgs) **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Vidas nas fronteiras: Práticas Sociais e Experiências de Feirantes no Recôncavo Sul da Bahia Santo Antônio de Jesus 1948 – 1971**. Dissertação. UNEB, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, 2007.

SANTOS, Miguel. **O dinamismo urbano de Santo Antônio de Jesus**. Salvador: Editora UNEB, 2002.

SANTOS, Milton. (Org.). **Recôncavo Baiano**. Realidade socioeconômica e cultural. UNEB, *Campus V*, 1998.

SOUZA, Aristeu. ASSIS, J. Carlos. **A serviço do Brasil**. A trajetória de Rômulo Almeida. Salvador - Bahia, 2006.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da paternidade**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, n 21, 1979.